



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais



PROCONVERGENCIA
AÇORES



RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO

2008

A P R O V A D O
na 3^a. Comissão de
Acompanhamento de
9 de Junho de 2009

PROCONVERGENCIA - Programa Operacional
dos Açores para a Convergência

Convergência

NUT II

2007-2013

2007PT161PO006

C(2007) 4625 DE 05-10-2007

ÍNDICE

	<i>Pags.</i>
Introdução	3
Sumário Executivo	5
1. Identificação e Enquadramento	9
1.1 Identificação	9
1.2 Enquadramento	9
2. Aspectos Gerais da Execução do PROCONVERGENCIA em 2008	15
2.0 Evolução da Conjuntura Económica e Social	15
2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA em 2008	23
2.1.1 A Execução Material	23
2.1.2 A Execução Financeira	25
2.1.3 Fluxos Financeiros	27
2.1.4 Aspectos Complementares da Execução	28
2.2 Análise qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO	33
2.3 Acompanhamento	34
2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA	36
2.5 Durabilidade das Operações (Artº 57º do Regulamento (CE) Nº 1083/2006)	37
2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos	37
2.7 Sistemas de Gestão, de Monitorização, de Avaliação, de Acompanhamento e de Informação	38
2.8 Conformidade com as Políticas Comunitárias	44
2.9 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção	46
3. Execução por Eixo Prioritário	47
3.1 Eixo Prioritário I – Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	47
3.2 Eixo Prioritário II– Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	50
3.3 Eixo Prioritário III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	53
3.4 Eixo Prioritário IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	56
3.5 Eixo Prioritário V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	59
4. Grandes Projectos	61
5. Assistência Técnica	63
6. Informação e Publicidade	65

ANEXOS 81

Anexo I	Ficha de programa	
Anexo II	Processo de selecção por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)	
Anexo III	Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)	
Anexo IV	Projectos aprovados por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)	
Anexo V	Repartição cumulativa das dotações da contribuição comunitária por Categoria	
Anexo VI	Programação financeira, aprovações e execução por dimensão Tema Prioritário	
Anexo VII	Aprovações e execução por NUT III	
Anexo VIII	Repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de Financiamento	
Anexo IX	Repartição da contribuição comunitária por dimensão Tipo de Território	
Anexo X	Repartição da contribuição comunitária por dimensão Actividade Económica	
Anexo XI	Resumo Implementação Financeira - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006	
Anexo XII	Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006	
Anexo XIII	Informação relativa a Grandes Projectos (com parecer favorável da AG)	

Introdução

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência, o PROCONVERGENCIA, é um programa participado pelo fundo estrutural FEDER, para o período 2007-2013, enquadrado no objectivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para Portugal.

O PROCONVERGENCIA foi um dos primeiros três programas operacionais a obter Decisão Comunitária, em Outubro de 2007, decorrente de todo o processo de preparação e negociação do QREN. Este segundo Relatório de Execução Anual do PROCONVERGENCIA reporta a execução financeira e física e os principais trabalhos desenvolvidos e que preencheram o ano de 2008, período algo complexo e denso, por se justapor a execução física e financeira das operações aprovadas e em execução do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 com o período de programação 2007-2013.

Nos capítulos seguintes serão reportadas as actividades desenvolvidas e os principais aspectos que marcaram o segundo ano de execução do novo ciclo de política regional, dando cumprimento às disposições previstas quer no artigo 67º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, quer no Anexo XVIII do Regulamento (CE) nº 1828/2006, de 8 de Dezembro.

Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (ex-DREPA)

Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA

Maio de 2009

Sumário Executivo

- O PO PROCONVERGENCIA foi aprovado em 5 de Outubro de 2007. Até ao final daquele ano foram preparados os instrumentos de gestão e de acompanhamento e aprovados em Comissão de Acompanhamento os critérios e as metodologias de selecção dos projectos e das operações. Foram ainda lançados os avisos de candidaturas e desenvolvidas acções de divulgação do programa.
- Durante o ano de 2008 iniciou-se o processo normal e corrente de apresentação de candidaturas, de análise e aprovação das operações e ainda da validação dos pedidos de pagamento e respectivo reembolso da comparticipação FEDER, para além das demais tarefas de gestão e de acompanhamento da programação.
- O Relatório que a seguir se apresenta procura evidenciar e detalhar os traços mais importantes da execução do programa, quer ao nível financeiro, quer também o material, apoiando-se para o efeito no disposto em regulamentação comunitária, designadamente os Regulamentos (CE) 1083 e 1828, e também em orientações da autoridade nacional de pagamento.
- Em 2008 a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA aprovou candidaturas com uma despesa pública associada de 204,6 milhões de euros, a que correspondeu uma comparticipação FEDER de 160,4 milhões de euros. Ao nível da execução das operações, foram validados pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários na ordem dos 87,5 milhões de euros de despesa pública, com uma comparticipação FEDER de 69,4 milhões de euros. O valor do montante de fundo estrutural FEDER pago aos beneficiários atingiu os 68,4 milhões de euros.
- No âmbito do QREN 2007-2013, componente FEDER, o PROCONVERGENCIA foi o programa operacional com maior taxa de execução financeira, 7,2% para uma média dos PO de 1,5%. A taxa de compromisso foi praticamente idêntica à registada no conjunto dos PO comparticipados pelo FEDER, entre 16 a 17% do total do valor da programação para 2007-2013.
- A cobertura financeira para os reembolsos FEDER, de despesa efectivamente paga, devidos aos beneficiários finais, foi obtida através da mobilização dos adiantamentos transferidos pela Comissão Europeia, correspondentes a 5% da dotação FEDER, 48,3 milhões de euros, a que se adicionou um adiantamento facultado pela autoridade nacional de certificação por

conta de pedido de pagamento, na ordem dos 20 milhões de euros, e ainda uma pequena parcela de juros gerados de cerca de 0,06 milhões de euros.

- A execução material está devidamente evidenciada através de um conjunto alargado de indicadores de realização física, distribuídos pelas diferentes tipologias de projectos previstas no programa, registando-se uma menor execução ao nível do Eixo Prioritário I, no que concerne a incentivos ao investimento privado e investimento em ciência, tecnologia e sociedade da informação.
- Neste relatório sublinha-se a situação de sobreposição de execução entre períodos de programação (encerramento financeiro e físico de projectos no âmbito do QCA III em paralelo com o arranque do novo ciclo 2007-2013) o que condicionou a execução material e financeira de algumas tipologias de projectos, sem prejuízo de preconizar uma monitorização deste particular para o período seguinte de 2009.
- Ao nível da gestão e acompanhamento do PO a destacar a preparação dentro dos prazos regulamentares de toda a documentação relativa ao sistema de gestão e controlo a apresentar às autoridades nacionais de certificação e de auditoria e posteriormente à Comissão Europeia, para efeitos de obtenção de declaração de conformidade (compliance assessment). Apesar desta documentação ter merecido a validação por parte da autoridade nacional de auditoria, a DGREGIO veio a devolver para reformulação, não só os documentos da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA como de todos os restantes PO nacionais comparticipados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, bem como da própria Autoridade de Certificação.
- À data da elaboração deste relatório de execução informa-se que o sistema de gestão e controlo do PROCONVERGENCIA foi o primeiro dos PO FEDER e Fundo de Coesão nacionais a obter a declaração de conformidade e também o primeiro a promover o primeiro pedido de pagamento intermédio à Comissão Europeia, o qual foi certificado pela autoridade de certificação e já pago pelos serviços competentes da Comissão Europeia.
- Durante o ano de 2008 foi desenvolvido e aperfeiçoado o sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, o SIPOP, o qual permitiu, em termos de Front Office, uma operação simples e amigável por parte dos beneficiários, erradicando a circulação do suporte de informação em papel. Em termos de Back Office facilitou e apoiou a gestão corrente do programa e ainda a operacionalização de uma pista de auditoria completa, possibilitando o acesso remoto por parte das autoridades de auditoria e/ou de certificação a todos os documentos associados às candidaturas, toda a documentação de análise dessas candidaturas (check-list, relatórios, etc.), os pedidos de pagamento com todos os documentos de despesa digitalizados, toda a contratação pública associada (documentos

digitalizados dos diversos contratos), a variedade de formulários e instrumentos de notação usados, as acções de verificações on spot (checklists e relatórios), relatórios de acompanhamento e demais documentação.

- A Autoridade de Gestão em articulação com a Autoridade de Certificação e a DGREGIO desenvolveu diversas tarefas relativas à preparação da aprovação do Grande Projecto (investimentos superiores a 50 milhões de euros) previsto no texto do Programa, relativo à aquisição de navios tipo ferrie para operação inter-ilhas. À data de elaboração deste relatório, a Autoridade de Gestão solicitou o cancelamento desta candidatura, em razão do promotor público desta operação ter resolvido o contrato com os estaleiros, evocando o incumprimento de cláusulas contratuais.
- Com o desenvolvimento da crise internacional, nomeadamente nos últimos meses do ano de 2008, a Autoridade de Gestão em linha com orientação do Governo dos Açores iniciou os contactos e os trabalhos relativos à consulta da Comissão de Acompanhamento para introdução de medidas de engenharia financeira, não previstas inicialmente.
- A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA e do PRO-EMPREGO reuniu-se em Junho de 2008, na ilha de S. Miguel nas Furnas onde foi aprovado o Relatório de Execução do Programa de 2007, analisado e discutido um ponto de situação da execução actualizado à data, tendo sido promovida uma visita a projectos localizados em 3 ilhas diferentes, em que participaram elementos da Autoridade de Gestão, do Observatório do QREN e ainda da DGREGIO.

1. IDENTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO

1.1 Identificação

Designação do Programa Operacional:	PROCONVERGENCIA - Programa Operacional dos Açores para a Convergência
Objectivo:	Convergência
Zona Elegível	NUT II
Período de Programação:	2007-2013
Número do Programa (CCI):	2007PT161PO006
Decisão de Aprovação:	C(2007) 4625 de 05-10-2007

Documento:	Relatório Anual de Execução
Ano do relatório:	2008
Data de Aprovação pela Comissão de Acompanhamento:	9 de Junho de 2009

1.2 Enquadramento

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA) é um Programa Operacional comparticipado pelo FEDER, para o período de programação 2007-2013, enquadrado no Objectivo Comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Português.

O PROCONVERGENCIA foi preparado pelo Governo Regional dos Açores, sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional. A sua

estrutura e conteúdo corresponde aos princípios e às regras definidas nos Regulamentos Comunitários em matéria de programação, parceria, gestão, acompanhamento, avaliação e controlo, no quadro geral de partilha de responsabilidades entre as autoridades públicas comunitárias, nacionais e regionais.

A estratégia definida assenta em prioridades que estruturam a programação, com intervenção, respectivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e do território.

As principais linhas de orientação estratégica do PROCONVERGENCIA, resultantes das prioridades definidas e dos respectivos objectivos gerais, sintetizam-se no quadro seguinte:

PROCONVERGENCIA – grandes linhas de orientação estratégica						
Desígnio Comunitário	PROMOVER A CONVERGÊNCIA REAL					
Prioridade estratégica	Fomento de uma Actividade Económica Dinâmica e Competitiva		Elevação do Nível de Educação e Qualificação da População	Qualificação das Redes de Infra-estruturas de Mobilidade	Valorização e Qualificação do Sistema Ambiental	Minimização dos Efeitos da Ultraperifericidade
Objectivo Geral	FOMENTAR E FACILITAR A ACTIVIDADE EMPRESARIAL	ALICERÇAR UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	EDUCAR, FORMAR E INTEGRAR OS RECURSOS HUMANOS	MELHORAR AS ACESSIBILIDADES INTRA E INTER-ILHAS	PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	COMPENSAR OS CUSTOS COM A DUPLA INSULARIDADE

Associado às grandes linhas de orientação estratégica construiu-se um quadro de programação assente em eixos prioritários de intervenção (EP), os quais encerram objectivos específicos (OE), devidamente quantificados, os quais definem o âmbito da elegibilidade das candidaturas ao programa. Assim, de forma sintética:

EP1- Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

- OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial

Compreende sistemas de incentivos, com apoios nos domínios do desenvolvimento local, do turismo, de sectores estratégicos, da competitividade, da eficiência energética, entre outros domínios.

- OE1.2 - Rede de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas
Abrange a construção e equipamento de laboratórios, centros de distribuição, infra-estruturas turísticas, campanhas de promoção, marketing, certificação, promoção da qualidade.
- OE1.3 - Apoiar a investigação na Região
Integra as infra-estruturas e reequipamento científico, actividades de I&D; divulgação científica; ensino experimental das ciências, entre outras áreas de intervenção.
- OE1.4 - Iniciativas de I&D de contexto empresarial
Parcerias entre instituições científicas e empresas, transferência tecnológica; investigação aplicada.
- OE1.5 - Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs
Projectos abrangendo o equipamento informático, de comunicação, infra-estruturas; conteúdos multimédia, apoio a espaços TIC; novos produtos e serviços, portais, digitalização de arquivos.

EP2- Qualificar e Integrar a Sociedade

- OE2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares
Construção, remodelação, ampliação e modernização dos estabelecimentos de ensino. Aquisição de equipamento.
- OE2.2 - Valorizar o património cultural
Construção, remodelação, ampliação e modernização de equipamentos culturais. Inventariação do Património. Divulgação, Aquisição de equipamentos.
- OE2.3 - Melhorar a rede de equipamentos locais
Construção, remodelação, ampliação, reequipamento e modernização de equipamentos desportivos e de animação local.
- OE2.4 - Modernizar equipamentos de saúde
Construção, remodelação, ampliação e reequipamento de unidades de saúde. Modernização tecnológica dos estabelecimentos.
- OE2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de inclusão social
Construção, remodelação, ampliação e reequipamento de unidades de actividades ocupacionais, integração dos imigrantes, repatriados.

EP3- Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidade

- OE3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas
Construção, beneficiação e modernização de troços de estrada das redes viárias regional e municipal. Estacionamento, obras de arte, muros, correcção de traçados, alargamento de faixas. Ampliação, modernização das infra-estruturas portuárias comerciais e de pesca, incluindo a intervenção em cais, molhe, parques e terminais portuários.
- OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas
Equipamentos de segurança rodoviária, de sinalização, de gestão automática de tráfegos, de carga e descarga, de apoio à operação no mar, introdução de novas tecnologias de gestão dos sistemas, estudos, diagnósticos, planos directores, de mobilidade.

EP4- Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental

- OE4.1 - Ordenar o território

Planos de ordenamento do território, da orla costeira, das bacias hidrográficas, gestão do ambiente urbano, produção cartográfica de base digital.

- OE4.2 - Aumentar a cobertura das redes de infra-estruturas ambientais

Infra-estruturas e equipamentos de abastecimento de água, de recolha tratamento e destino final de águas residuais e dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos. Estudos, campanhas.

- OE4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental

Centros de interpretação, de educação ambiental, valorização das áreas classificadas, construção e equipamento de infra-estruturas ambientais, aquisição de equipamentos e instrumentos específicos, campanhas de educação ambiental, estudos e projectos que visem ampliar o conhecimento sobre o património ambiental.

- OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Elaboração de estudos, de planos, sensibilização da população para a temática, monitorização dos riscos, construção beneficiação dos quartéis de bombeiros, aquisição de equipamento.

EP5- Compensar os Custos da Ultraperifericidade

- OE5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago

Compensação: sobrecusto no serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, do sobrecusto com o transporte de doentes e do sobrecusto com o transporte de resíduos.

- OE5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte no arquipélago

Modernização, qualificação e equipamento de aerogares. Realização de obras nas pistas. Aquisição de equipamento de placa.

EP6- Assistência Técnica

- Comparticipação de despesas relativas à gestão, acompanhamento, controlo, avaliação do programa.

Beneficiários

O leque de beneficiários finais é amplo, desde as empresas privadas que concorrem aos sistemas de incentivos ao investimento, até aos departamentos do governo regional, autarquias locais, institutos públicos, sector empresarial público, associações sem fim lucrativo, universidade, ONGs, entre outras.

Financiamento

Em termos financeiros o PROCONVERGENCIA tem uma dotação do fundo estrutural FEDER de 966,3 milhões de euros, a que corresponde uma despesa pública total de cerca de 1,2 milhões de euros.

Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA								
Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Co-financiamento (Euros)								
EIXOS PRIORITÁRIOS	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa de Co-Financiamento	Contribuição do BEI	Outros Financiamentos
			Financiamento Público Nacional	Financiamento Privado Nacional				
	(a)	(b)=(c)+(d)	(c)	(d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a)/(e)	(g)	(h)
Eixo Prioritário I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	344.444.353	60.784.298	60.784.298		405.228.651	85,00%		100.000.000
Eixo Prioritário II - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	233.781.483	41.255.556	41.255.556		275.037.039	85,00%		
Eixo Prioritário III - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades	170.989.709	30.174.655	30.174.655		201.164.364	85,00%		
Eixo Prioritário IV - Valorizar e qualificar o sistema ambiental	147.532.671	26.035.177	26.035.177		173.567.848	85,00%		
Eixo Prioritário V – Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	65.600.833	65.600.833	65.600.833		131.201.666	50,00%		
Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica do Programa	4.000.000	705.882	705.882		4.705.882	85,00%		
TOTAL	966.349.049	224.556.401	224.556.401		1.190.905.450	81,14%		100.000.000

Quadro institucional

Em síntese, o modelo institucional do PROCONVERGENCIA segue o proposto na Regulamentação Comunitária e compreende os seguintes órgãos:

- **Autoridade de Gestão**

O Governo dos Açores decidiu através da Resolução do Conselho de Governo nº112/2007, de 17 de Outubro, designar a Direcção Regional de Estudos e Planeamento, actual Direcção do Planeamento e Fundos Estruturais, como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, devendo assegurar o exercício das competências definidas pelos regulamentos comunitários para as Autoridades de Gestão, receber a orientação política do órgão de direcção política do PO e prestar as informações relevantes e pertinentes sobre a execução do Programa, designadamente no que respeita a realizações, resultados e impactos, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN de auditoria e controlo e de certificação;

Existe um contrato de delegação muito alargada de competências com a Direcção Regional Apoio ao Investimento e à Competitividade (ex-DRACE), no que respeita à gestão e acompanhamento de sistemas de incentivos que integram o programa.

A Autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA apoia-se num secretariado técnico estruturado em unidades operacionais, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e comunicação. Acresce ainda funções de Apoio Geral que serão exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da direcção regional, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e actualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo; a actualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

- **Comissão de Acompanhamento**

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da Região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

Em conformidade, em Outubro de 2007 foi elaborada e publicada a Resolução nº 108/2007, de 11 de Outubro, que define a constituição e as atribuições desta Comissão de Acompanhamento.

- **Autoridade de Certificação**

A nível nacional e na aceção do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 as funções de autoridade de certificação é exercida pelo Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR, IP) no que respeita ao FEDER e FC.

- **Autoridade de Auditoria**

Finalmente, ainda no domínio do estado membro, na sequência dos períodos de programação anteriores e no quadro do Artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º1083/2006, as funções de autoridade de Auditoria são exercidas pela Inspecção-geral de Finanças (IGF).

2. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PROCONVERGENCIA EM 2008

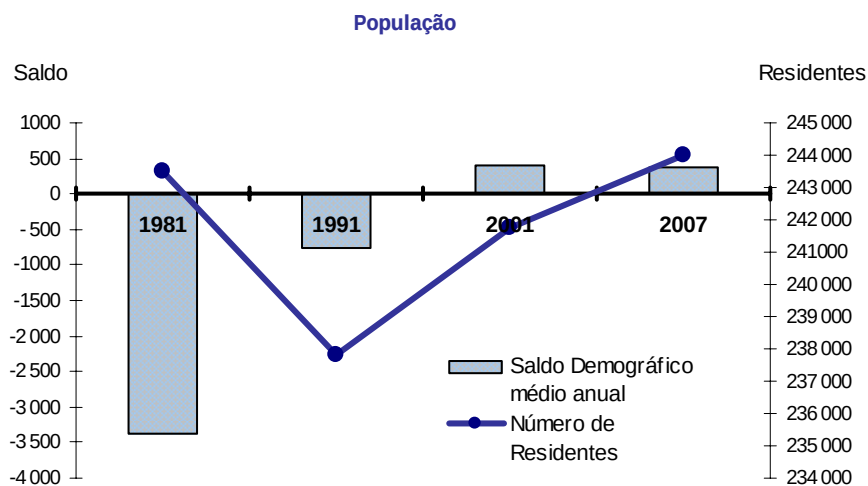
2.0 Evolução da Conjuntura Económica e Social

A conjugação do facto dos principais indicadores estarem referenciados numa base anual e dos efeitos da crise internacional se terem sentido de forma sensível nas últimas semanas do ano em análise, ainda não transparece nas variáveis em apreciação o seu impacte na actividade económica e no emprego da Região.

As Pessoas

A população residente tem vindo a registar crescimentos médios anuais integráveis numa tendência confirmada a partir dos dados do censo de 2001.

Esta evolução foi possível pelo acumular de saldos demográficos positivos, na sequência das reduções das correntes emigratórias que começaram a fazer-se sentir aquando da crise económica internacional a meados dos anos setenta e das transformações institucionais e sociais internas que se prolongaram pelos anos oitenta.



As novas condições estruturais transformaram os Açores numa região relativamente atractiva. Efectivamente, ao crescimento gerado pelos movimentos demográficos naturais tem vindo a juntar-se saldos migratórios positivos. É verdade que os saldos fisiológicos anuais revelam tendência a

decrecer, mas ainda comportam níveis de natalidade significativamente maiores do que os das regiões com as quais há interações de mobilidade social e de economia.

O carácter positivo dos saldos migratórios decorre de mudanças nas relações com as sociedades de emigração mais antiga, mas também vem incluindo novas situações. De facto os últimos dados sobre população estrangeira legalmente residente nos Açores registaram um total de 4 826 pessoas no ano de 2007.

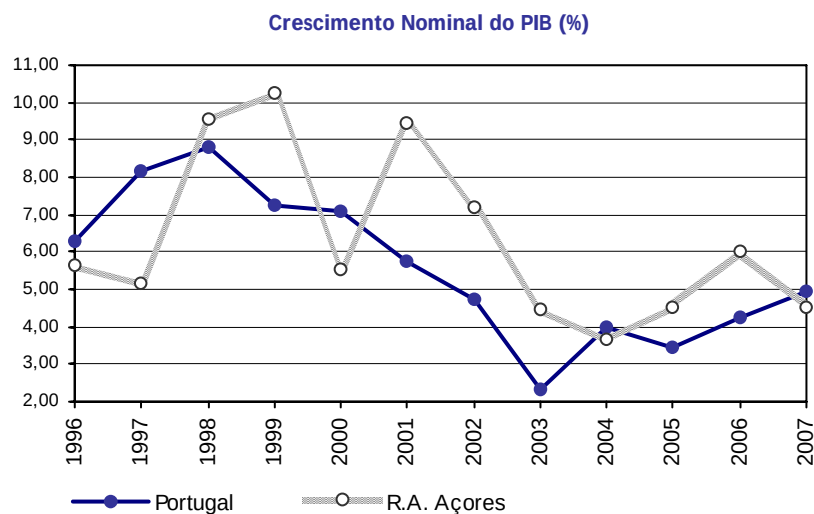
O Crescimento Económico

A análise do crescimento económico a partir da série regionalizada das contas económicas do INE aponta no sentido de um processo de desenvolvimento gerador de mais riqueza, ao mesmo tempo que se verificam condicionantes de variação cíclica das actividades açorianas no âmbito do conjunto da economia do país.

Efectivamente, as taxas de crescimento nos Açores têm sido frequentemente superiores às da economia mais madura do país, mas sem esconder efeitos cíclicos com ritmos de intensidade concreta e temporalmente observáveis.

As diferenças maiores em determinados momentos decorrerão da conjugação de factores de incidência particular num ou noutro território e de desfasamento temporal na difusão de efeitos económicos.

Observando mais pormenorizadamente (ver gráfico) as variações anuais do PIB do país e as do PIB regionalizado para os Açores, desde o ano de crise de 2003, verificam-se taxas de crescimento anuais que apontam no sentido de retoma, com moderação, mas integrando-se numa linha de formação de tendência.



Os números sobre a actividade económica nos Açores revelam uma quota de participação na economia nacional na ordem de 2%, contribuindo para a sustentação de um nível de rendimento que, medido em termos de PIB per capita, atingiu 13,7 mil euros por habitante no ano de 2007 e representava, ao mesmo tempo, cerca de 89% da média registada para o conjunto do país.

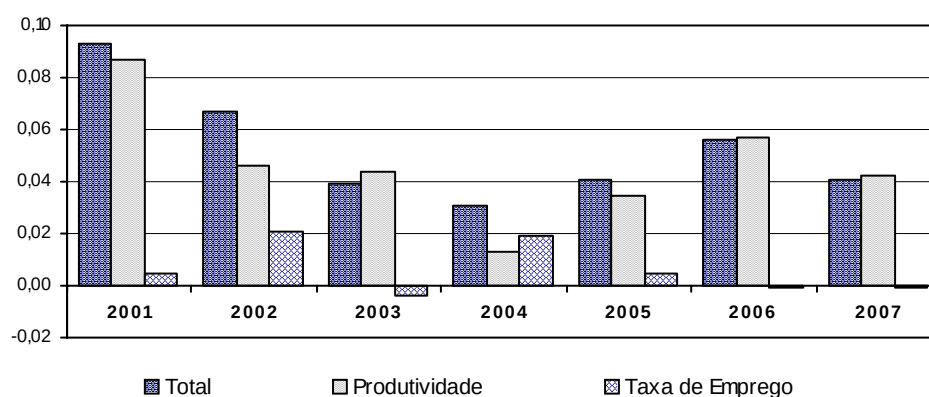
Produto Interno Bruto - a Preços de Mercado							
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
1. Açores	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343
2. País	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 119
% (1/2)	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05
PIB per capita (mil euros/hab.).....	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7
PIB per capita (Portugal=100).....	83,5	85,7	87,6	87,4	88,3	89,9	89,3

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A evolução do nível de riqueza vem sendo sustentada através de ganhos de eficiência, observáveis através do indicador de produtividade, não se registando crescimento significativo através de utilização mais intensa de recursos humanos, conforme contributo medido pela taxa de emprego permite verificar.

Crescimento do PIB/Hab. e Componentes



A desagregação do VAB por ramos de actividade evidencia a dimensão absoluta de serviços, enquanto indústrias e energia se destacam em termos de um padrão com maior regularidade de crescimento, a par de uma base de produção de actividades primárias que se mantêm a um certo

nível de representatividade. Já as actividades de construção revelam maior variabilidade em termos dos respectivos volumes de produção.

VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)							
Unid.: milhões de Euros							
Actividades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Primárias.....	295	311	313	323	321	316	318
Industriais e energia.....	193	216	232	248	265	289	313
Construção.....	166	172	161	173	162	164	174
Comerciais	484	517	544	569	594	628	653
Financeiras.....	325	332	371	373	406	424	445
Outros serviços	707	769	798	824	849	916	962
Total.....	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 865

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A Formação Bruta de Capital Fixo, ao longo do último ano com dados conhecidos, acumulou um total de 871 milhões de euros. Este montante aproximou-se de cerca de um terço do valor da produção no mesmo ano; mais concretamente, a chamada taxa de investimento aparente de FBCF em relação ao respectivo VAB foi de 31,8%.

Os ramos de serviços captam, os maiores volumes de investimento, mas é nos das indústrias que se atingem taxas de investimento mais significativas e, particularmente, mais ajustadas a uma linha de tendência mais regular.

FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo, (A6)							
Actividades	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Primárias.....	36	33	39	38	33	126	22
Industriais e energia... ..	87	105	131	173	160	192	142
Construção.....	37	39	36	21	31	32	15
Comerciais	189	176	184	372	311	372	227
Financeiras.....	117	61	65	280	292	331	225
Outros serviços	457	588	584	283	200	236	239
Total.....	923	1 002	1 039	1 167	1 027	1 290	871

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

O Emprego

O número de 117,6 milhares de indivíduos da população activa no ano de 2008 incorpora um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior. Esta evolução correspondeu a uma maior utilização de recursos humanos disponíveis, tendo a taxa de actividade atingido 48,2%, face a 46,1% no ano anterior.

A taxa de actividade feminina de 38,4%, ao mesmo tempo que acompanhou a evolução global, prosseguiu a tendência de reforço da participação das mulheres no mercado de trabalho.

A partir destes dados, observa-se uma capacidade de oferta de emprego reforçada em relação ao ano anterior, registando-se uma criação líquida de empregos superior a três milhares. Por outro lado, o crescimento da procura a um ritmo ainda mais intenso acentuou o nível do desemprego, que se traduziu numa taxa de 5,5%, enquanto ano anterior fora de 4,3%.

Condição da População Perante o Trabalho									
	Nº Indivíduos								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
População Activa	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159	117 582
Empregada	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284	111 168
Desempregada.....	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875	6 414
População Inactiva.....	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222	126 540
Tx. de Actividade (%)....	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1	48,2
Tx. de Actividade Feminina (%).....	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0	38,4
Tx. de Desemprego (%)	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3	5,5

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Os sectores secundário e terciário, pela sua dimensão e composição por ramos mais heterogénea, registaram variações mais significativas no seu interior, algumas fazendo parte de tendências mais consistentes.

Assim, no sector secundário o ramo de construção voltou a registar uma criação líquida de emprego, enquanto o das indústrias transformadoras registou uma nova redução líquida de postos de trabalho.

No sector terciário, as actividades com criação líquida de empregos situaram-se no ramo de actividades imobiliárias e serviços prestados a empresas de alojamento e, ainda, no de alojamento e restaurantes; ao contrário, nas actividades de serviços públicos e sociais registaram-se decréscimos, nomeadamente nos de administração.

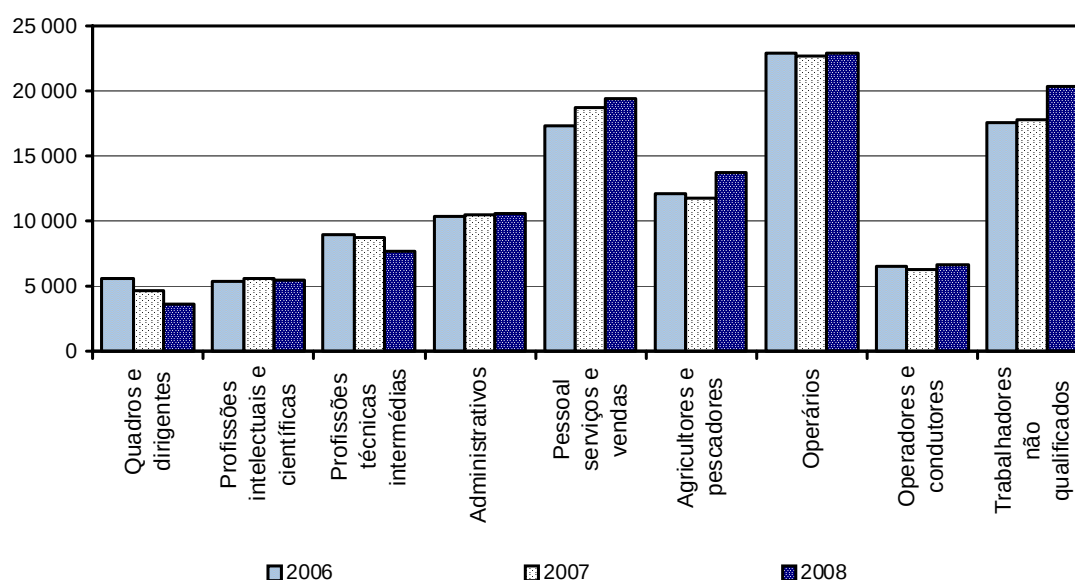
População activa Empregada, por Sectores de Actividade									%
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Sector Primário	16,4	13,8	13,4	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0	13,1
Sector Secundário...	25,9	28,2	29,2	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8	26,7
Sector Terciário.....	57,7	58,0	57,4	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2	60,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

A evolução da população empregada segundo a profissão registou crescimentos mais expressivos na categoria de Agricultores e trabalhadores qualificados na agricultura e pescas e, também, na categoria de Trabalhadores não qualificados em geral.

Crescimentos mais moderados, mas ainda significativos no sentido de serem superiores ao crescimento médio, registaram-se na categoria de Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem e, também, na de Pessoal dos serviços e vendedores.

População Activa Empregada, por Profissão (%)



A actividade feminina destacou-se pela evolução revelada nos últimos anos, que permitiu atingir a taxa de 38,4% no ano de 2008. Todavia, tomando como referência os níveis atingidos na sociedade

portuguesa em geral e na europeia dos 27 países da EU, observa-se uma margem para uma maior quantidade de mulheres ingressarem no mercado de trabalho.

Se se considerar aspectos mais qualitativos, de formação, e tomando como medida o nível de escolaridade completo, verifica-se uma maior proximidade da estrutura nos Açores à do conjunto do país, o que aponta para a necessidade de transformações, por um lado, de âmbito supra-regional ou nacional e, por outro lado, mais referenciadas a estruturas dos 27 países da EU.

Elementos de Estrutura, 2008			
	Açores	Portugal	UE (27 países)
Taxa de Actividade			
Total.....	48,2	53,0	48,6
Homens	58,1	58,2	54,8
Mulheres	38,4	48,0	42,8
Nível de Escolaridade Completo (%)			
Até ao básico, 3º ciclo.....	79,3	69,8	24,5
Secundário.....	12,7	15,2	49,3
Superior	8,0	14,9	26,1

Fontes: SREA / INE, Eurostat e DREPA.

2.1 A Execução do PROCONVERGENCIA em 2008

2.1.1 A Execução Material

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	INDICADORES		2007	2008	2010	2015
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)						
EP1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores						
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas						
	Campanhas e eventos promocionais	Realização Efectiva (execução)		20		
		Metas			15	35
	Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização Efectiva (execução)		4		
		Metas			30	70
EP2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana						
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares						
	Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	Realização Efectiva (execução)		1		
		Metas			4	10
OE 2.2 - Valorizar o património cultural						
	Equipamentos culturais construídos/ /intervencionados (1)	Realização Efectiva (execução)		2		
		Metas			5	12
EP3 - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades						
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas						
	Novas estradas construídas	Realização Efectiva (execução)		1		
		Metas			10	20
	Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Efectiva (execução)		68		
		Metas			170	400
	Portos comerciais intervencionados	Realização Efectiva (execução)		2		
		Metas			3	5
	Portos de pesca intervencionados	Realização Efectiva (execução)		4		
		Metas			2	4
EP4 - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental						
OE 4.1 - Ordenar o território						
	Planos de ordenamento apoiados	Realização Efectiva (execução)		1		
		Metas			9	20
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais						
	Captação e tratamento de água	Realização Efectiva (execução)		2		
		Metas			7	15
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental						
	Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	Realização Efectiva (execução)		7		
		Metas			12	25
	Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	Realização Efectiva (execução)		1		
		Metas			5	12
EP5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade						
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago						
	Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	Realização Efectiva (execução)		15		
		Metas			15	15
EP6 - Assistência Técnica						
	Número de processos de entidades públicas analisados	Realização Efectiva (execução)		100		
		Metas			300	600

O ano de 2008 constitui-se como o primeiro ano de execução efectiva do PROCONVERGENCIA, donde dos 52 indicadores de realização material considerados que se encontram previstos para avaliar o progresso físico do programa, cerca de uma dezena e meia apresentava execução, estando esses

indicadores representados no quadro anterior, apresentando-se em anexo o universo dos indicadores físicos considerados no programa.

Destaca-se da análise do quadro de indicadores que no caso do sector do turismo e das infra-estruturas portuárias de pesca existem graus elevados de aproximação às metas e inclusivamente alguma ultrapassagem, a evidenciar alguma correcção em matéria futura de avaliação.

Face às quantidades aprovadas no final de 2008, há indicadores que permitem antecipar o cumprimento das metas para 2010, como são os casos do indicador, estradas reconstruídas ou remodeladas (174 contra 170), do indicador, equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil (10 contra 9) e do indicador, rotas de transporte aéreo inter-ilhas objecto de compensação financeira (15 contra 15).

Os principais indicadores assinalados traduzem-se nas seguintes realizações: 20 campanhas e eventos promocionais, 69 km de estradas construídas/remodeladas, 6 portos intervencionados, 7 projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização de recursos, 15 rotas de transporte aéreo inter-ilhas objecto de compensação financeira.

Como será evidente, sendo o ano de 2008 o primeiro ano de execução do programa é ainda prematuro e desenquadrado iniciar uma análise sobre os indicadores de resultado.

Uma situação que é iniludível, e por isso será referida por algumas vezes, relaciona-se com a sobreposição entre períodos de programação (finalização do QCA III e arranque do novo período 2007-2013). Com efeito, existe algumas tipologias de projectos, como sejam os investimentos privados inseridos nos sistemas de incentivos, projectos no domínio da inovação, ciência e sociedade da informação em que os promotores regionais se encontram em fase final de finalização física e financeira dos projectos inseridos no QCA III, sejam os integrados no programa regional PRODESA, sejam os aprovados por programas sectoriais/nacionais onde a Região participou, como sejam os casos do PRIME, POSC, Ciência 2010.

2.1.2 A Execução Financeira

EXECUÇÃO FINANCEIRA POR EIXO									
	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compro- misso (AP/PR)	Taxa de exe- cução (EX/PR)	Taxa de reali- zação (EX/AP)
TOTAL	1.190.905.450	966.349.049	204.597.318,06	160.440.920,35	87.455.730,90	69.411.770,20	16,60	7,18	43,26
EP I Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	405.228.651	344.444.353	12.087.043,84	10.273.987,26	3.993.355,57	3.394.352,25	2,98	0,99	33,04
EP II Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	275.037.039	233.781.483	41.679.548,60	35.427.616,31	9.458.935,67	8.040.095,32	15,15	3,44	22,69
EP III Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	201.164.364	170.989.709	94.918.312,67	80.680.565,77	50.320.745,29	42.772.633,50	47,18	25,01	53,01
EP IV Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	173.567.848	147.532.671	17.435.841,48	14.820.465,27	9.609.548,37	8.168.116,13	10,05	5,54	55,11
EP V Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	131.201.666	65.600.833	38.476.571,47	19.238.285,74	14.073.146	7.036.573	29,33	10,73	36,58
EP VI Assistência Técnica	4.705.882	4.000.000							

Na sequência da aprovação dos regulamentos e dos critérios de selecção, estes na reunião da Comissão de Acompanhamento de 20-11-2007, foram abertos os períodos para apresentação de candidaturas.

Em Dezembro de 2007, publicaram-se 6 avisos de abertura de candidatura, um por cada eixo prioritário, incluindo o da assistência técnica.

Para além da descrição do respectivo eixo prioritário e de cada objectivo específico associado, o conteúdo dos avisos inclui ainda a indicação da categoria de beneficiários, a tipologia das operações, bem como a metodologia e os critérios a utilizar para fins da sua avaliação de mérito e consequente selecção.

Ao longo de 2008 foram apresentadas 128 candidaturas, todas de natureza pública, envolvendo um montante de 293,3 milhões de euros de despesa pública e 232,4 milhões de euros de FEDER.

Nos últimos 2 meses do ano de 2007 foram submetidas 15 candidaturas, as quais transitaram para o ano seguinte para fins da sua decisão. Assim, do total das candidaturas apresentadas em 2007 e 2008, 3 foram não admitidas e 1 desistiu. Foram admitidas 96 a análise de mérito, das quais, 87 obtiveram decisão de aprovação e 9 foram rejeitadas. No final de 2008 mantinham-se em apreciação 43 candidaturas.

As 87 candidaturas aprovadas, apresentavam uma programação de despesa pública de 204,6 M€ e uma comparticipação comunitária de 160,4 M€. A taxa de compromisso (relação entre o valor do Fundo aprovado e a valor do Fundo programado) global aproxima-se dos 17% avaliada em termos do Fundo.

A contrapartida regional aprovada no montante de 44,2 milhões de euros, reparte-se entre as seguintes fontes de financiamento: administração regional (79,7%), administração local (9,7%), entidades públicas empresariais (2,4%) e Outras (8,2%).

Quando se compara o valor aprovado do Fundo com o valor programado do Fundo para o biénio 2007/2008, a taxa de compromisso eleva-se para 61%.

As candidaturas aprovadas em 2008 apresentam uma programação com elevado grau de concentração (80%) nos anos de 2007 e 2008, ainda com significado em 2009 (17,4% do total) e residual em 2010 (2,3% do total).

O valor médio do investimento programado nas operações aprovadas ronda os 2,4 milhões de euros. Este indicador tem um valor superior à média verificada no âmbito do QCAIII (677 mil euros).

Um dos princípios que nortearam a elaboração do programa, foi o de introduzir escala adequada à dimensão e potencial da Região às operações aprovadas, de modo a permitir avaliar mais claramente os impactes sobre os objectivos prioritários. A autoridade de gestão regulamentou esse princípio, determinando uma dimensão mínima para as operações em infra-estruturas ou em que a construção detenha uma peso preponderante no total do investimento de 400 mil euros.

Até ao final de 2008, foram celebrados com os beneficiários contratos ou termos de aceitação relativos às 87 candidaturas aprovadas, a que corresponde 160,4 M€ de fundo contratado. Os contratos ou termos de aceitação assinados representam 100% do universo de candidaturas aprovadas e 100% do fundo comunitário associado.

A análise da realização financeira do Programa, para o ano de 2008, baseia-se na relação entre o valor da despesa validada do Fundo e o valor da despesa programada do Fundo, designada por taxa de execução e a relação entre o valor da despesa validada do Fundo e o valor do Fundo aprovado/contratado, designada por taxa de realização.

Em termos globais e para todo o período de programação, o PO apresenta no final de 2008 uma taxa de execução de 7,2%. Em valores absolutos, a execução do Fundo ultrapassou ligeiramente os 69,4

milhões de euros, que compara com uma dotação do fundo programada até 2015 de 966 milhões de euros.

Tendo em conta que a despesa validada em 2008 se reporta à despesa realizada e paga em 2007 e em 2008 (e esta certamente não toda), então quando se analisa a performance do programa no quadro da programação acumulada 2007/2008, a taxa de execução sobe para os 26,4%.

2.1.3 Fluxos Financeiros

Neste ponto, em particular, haverá que sublinhar que, no caso específico das Regiões Autónomas, compete às autoridades de gestão, não só validar despesa realizada pelos beneficiários, mas também proceder aos pagamentos da comparticipação comunitária. Para este efeito, o IFDR deve efectuar as transferências financeiras para estas autoridades de gestão, para que estas possam realizar esses pagamentos, (alínea b) do nº2 do Artigo 16º do Decreto-lei nº 312/2007, de 17 de Setembro).

Em 2008 os fluxos financeiros com a Comissão Europeia circunscreveram-se ao pagamento do segundo pré-financiamento nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 82º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho.

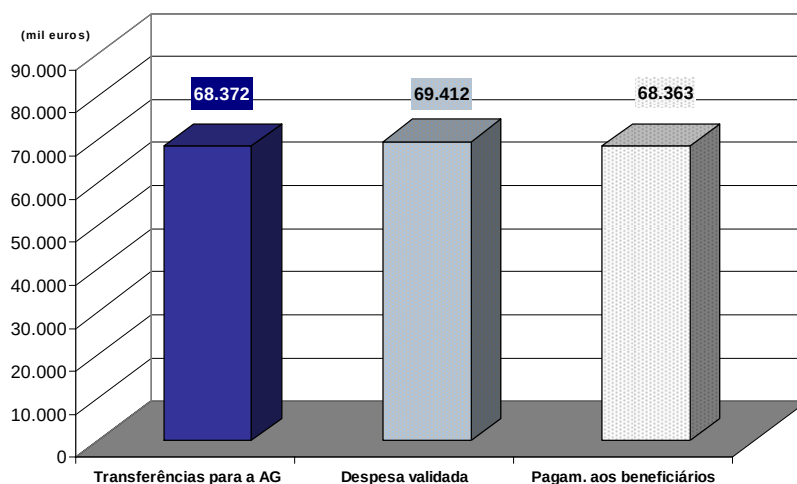
Histórico das Transferências da Comissão Europeia		
Ano	Designação	Montante
2007	1ª Fracção (2%)	19.326.980,98
2008	2ª Fracção (3%)	28 990 471,47
Total dos montantes transferidos		48.317.452,45

A transferência financeira para a autoridade de gestão do PO PROCONVERGENCIA da segunda parcela da primeira fracção, no valor de 10.000.000€ foi efectuada pelo IFDR em Janeiro de 2008, tendo em 2 de Maio procedido à transferência da segunda fracção do pré-financiamento, bem como do montante de 54.671,18€ referente aos juros gerados pelas aplicações feitas pelo IFDR junto do IGCP, realizadas com a primeira fracção do pré-financiamento.

A Autoridade de Gestão a 3 de Novembro atendendo ao ritmo de execução do Programa solicitou ao IFDR um adiantamento para fazer face aos compromissos existentes. Foi concretizado a 23 de Dezembro um adiantamento no montante de 20 milhões de euros que permitiu assegurar a quase

totalidade dos pagamentos aos beneficiários tendo-se atingido uma taxa de reembolso de 98,5%. Em 24 de Abril de 2009 foi efectuada a reposição do adiantamento aquando da transferência do 3º pré-financiamento.

Os montantes pagos pelos beneficiários e validados pela gestão totalizaram 87.455.730,90€, a que corresponde uma comparticipação FEDER de 69.411.770,20€. Os montantes pagos aos beneficiários totalizaram o montante de 68.362.530,72€.



Durante o 4º trimestre de 2008 foram encetados os procedimentos para apresentação do 1º Pedido de certificação de Despesa à Comissão Europeia o qual, após a realização da acção de controlo prévia à certificação de despesa efectuada pelo IFDR, foi remetido pela autoridade de certificação à Comissão Europeia a 20 Abril de 2009.

A despesa total certificada ascendeu a 41.664.352,89€, a que correspondeu um pedido de reembolso FEDER de 35.414.699,91€.

2.1.4 Aspectos Complementares da Execução

Análise por Tipologia de Beneficiário

Cerca de 57% do total das candidaturas apresentadas em 2008 foram submetidas pelo beneficiário, Governo Regional, através dos departamentos encarregados da aplicação das principais políticas públicas com alcance regional. O montante do Fundo aprovado no que se refere àquelas candidaturas representa 69,5% do total dos compromissos aprovados.

As autarquias locais, enquanto autoridades de âmbito municipal, foram responsáveis pela apresentação de 21% do total das candidaturas, sendo que o Fundo aprovado corresponde a 15,1% dos compromissos totais aprovados.

Os restantes 22% do total das candidaturas apresentadas distribuem-se pelas Câmaras do Comércio (8 candidaturas, 1,8% dos compromissos aprovados), Serviços personalizados (2 candidaturas, 5,9% dos compromissos aprovados), Entidades públicas empresariais (5 candidaturas, 3,9% dos compromissos aprovados), Institutos públicos (2 candidaturas, 1,6% dos compromissos aprovados) e associações públicas (2 candidaturas e 2,2% dos compromissos aprovados).

Análise por Dimensão Território

No quadro da tipologia adoptada pela Comissão e consagrada em Tratado a Região Autónoma dos Açores é considerada como uma Região Ultraperiférica.

O território da Região Autónoma dos Açores é formado por um arquipélago com 9 ilhas habitadas, com dimensão e potencial demográfico variável, desde pouco mais de 4 centenas de residentes na ilha do Corvo, passando por um conjunto de 3 ilhas com população entre os 4 a 5 mil habitantes, 1 ilha com perto de 10 mil habitantes, 2 com cerca de 15 mil e, finalmente, a Terceira com cerca de 56 mil residentes e S. Miguel com 133 mil, num total de 243 mil habitantes.

A análise em termos da distribuição do investimento aprovado pelo território evidencia naturalmente as diferenças de dimensão de cada parcela, sem prejuízo de revelar igualmente alguma orientação do investimento para as ilhas de menor dimensão.

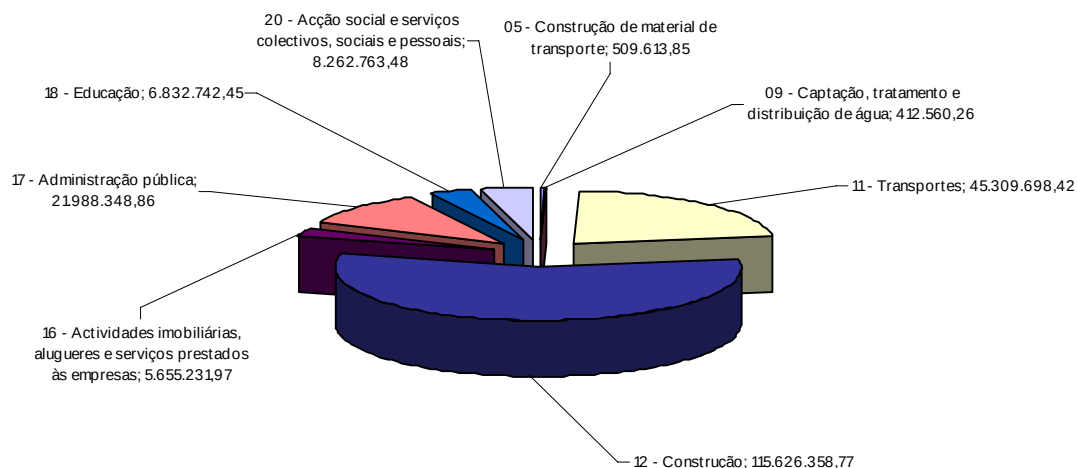
Com efeito, se as ilhas da Terceira e S. Miguel representam cerca de 78% da população residente no arquipélago, apenas 61% dos fundos comunitários aprovados no PROCONVERGENCIA se concentraram nas ilhas de S. Miguel e da Terceira, com 41% e 20%, respectivamente.

Análise por Dimensão da Actividade Económica

Tratando-se o PROCONVERGENCIA de um programa participado pelo fundo estrutural FEDER e registando a Região de algum défice em infra-estruturas e equipamentos de base para o seu desenvolvimento será expectável que perto de 61% do valor das operações aprovadas se insira na actividade económica Construção.

Estão classificadas nesta AE todas as intervenções que envolvam actividades de construção (nova, remodelação, requalificação), independentemente do sector de destino (estradas, escolas, património cultural e infra-estruturas de ambiente).

Em seguida, representando 15,6% das aprovações surge a actividade económica dos transportes (apenas portos) e com 11,7% a administração pública.

Aprovação
Dimensão da actividade económica**Análise dos financiamentos complementares de despesas**

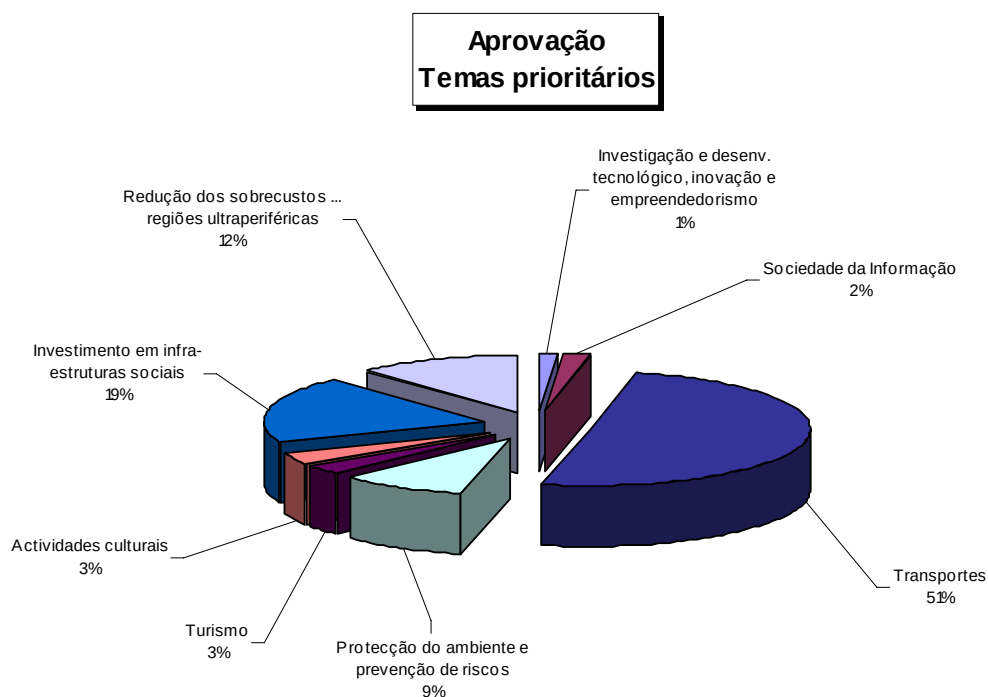
Em 2008 não se verificou financiamentos complementares de despesa, nos termos do nº 2 do artº 34º do Reg. (CE) 1083/2006 (Anexo IV).

Repartição indicativa da programação e aprovação/execução por Tema Prioritário

Sendo o primeiro ano de execução do programa, com as condicionantes já apontadas relativamente a sobreposição de períodos de programação, implicando ausência de aprovações/execução em domínios prioritários como sejam o apoio às empresas e a ciência, tecnologia e sociedade da informação, a repartição do investimento por temas prioritários conterá necessariamente algum enviesamento face ao proposto durante o período de elaboração do programa.

A repartição das aprovações em 2008 por temas prioritários evidencia uma concentração em torno dos temas dos transportes e das infra-estruturas sociais (69% do total aprovado). Se adicionar as aprovações no âmbito do tema da compensação dos sobrecustos aquela taxa sobe para 81%.

Destacam-se as aprovações cujas despesas contribuem para os temas prioritários dos sobrecustos e também dos transportes, em que os montantes aprovados representam cerca de 59% e 33% do total programado em cada tema, respectivamente (Anexo VI).



Repartição da execução financeira por categorias

Das 87 candidaturas aprovadas, 37 concorrem para as prioridades da UE de promoção da competitividade e criação de emprego (despesas earmarking).

O total aprovado que contribui para as despesas em earmarking ascende a 81,4 milhões de euros, 51% do montante global das aprovações. Quando comparado com o total programado em earmarking, aquele montante representa 12,7%.

O facto de não se terem registado aprovações ao nível do objectivo específico, qualificar o investimento empresarial, cuja despesa contribui directamente para o tema prioritário 8 – outros investimentos nas empresas, restringe as conclusões relativas às prioridades da EU de promoção da competitividade e criação de emprego.

O destaque vai para as aprovações ocorridas nas prioridades dos transportes, protecção do ambiente e infra-estruturas educativas, bem como nas prioridades da investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo, e da sociedade da informação.

O valor da execução em despesas earmarking situou-se nos 31,4 milhões de euros. Este montante equivale a 45,2% do valor total executado, a 38,6% do valor aprovado em earmarking (taxa de realização) e a 4,9% do valor total programado (taxa de execução) (Anexos VII a X).

Indicação dos montantes executados acumulados por combinação das diferentes dimensões de categorização, de acordo com parte C do Anexo II do 1828

Vide Anexo V

Referência às aprovações aprovadas ao abrigo do mecanismo de spillover

Não existem aprovações ao abrigo do mecanismo de spillover.

Dotação específica para as regiões ultraperiféricas

Todo o território da Região Autónoma dos Açores é considerado, no âmbito do Tratado, como Região Ultraperiférica.

No actual período de programação da política regional europeia, e pela primeira vez, foi consagrado em regulamento comunitário a possibilidade destas regiões poderem utilizar financiamentos comunitários para comparticipação sobrecustos decorrentes justamente desta situação de ultraperifericidade.

No PROCONVERGENCIA foi, nos termos regulamentares, criado um eixo prioritário exclusivo para este efeito, com uma dotação financeira apreciável. De acordo com o nº 11 do Reg. (CE) 1080/2006, essa dotação dever ser utilizada em pelo menos 50% do seu montante, em ajudas ao funcionamento e despesas relacionadas com contratos e obrigações de serviço público nas regiões ultraperiféricas.

Em 2008, no âmbito deste eixo, foram apresentadas cinco candidaturas, duas na vertente das ajudas ao funcionamento e três dirigidas ao investimento. As primeiras referem-se por um lado, à compensação dos custos com as obrigações de serviços público no transporte aéreo inter-ilhas e, por outro lado, a compensação com os custos acrescidos com o transporte de resíduos sólidos para o exterior. Quanto às segundas, as candidaturas enquadram investimentos em infra-estruturas aeroportuárias, com vista à sua requalificação e melhoria da sua operacionalidade.

Os montantes envolvidos nas candidaturas submetidas ascendiam a 41,8 milhões de euros de despesa pública e a 20,9 milhões de euros de Fundo (50% de taxa co-financiamento). Deste total, 92% foram objecto de aprovação, sendo repartidos entre as despesas de funcionamento (18,8 milhões de euros) e as despesas de investimento (730 mil euros).

Reutilização de verbas

No ano de 2008 não foram restituídos ou reutilizados montantes de comparticipação comunitária na sequência da anulação de apoio, em conformidade com o artigo 57º e o nº 2 do artigo 98 do Regulamento (CE) nº 1083/2006.

2.2 Análise qualitativa sobre a Evolução da Execução do PO

A execução do PROCONVERGENCIA durante o ano de 2008 é tributária da situação registada neste ano: sobreposição entre períodos de programação e consequente esforço material e financeiro solicitado aos promotores dos projectos.

Com efeito, para sensivelmente o mesmo universo de promotores e beneficiários da Região dos apoios FEDER, há que considerar a despesa realizada para finalizarem os seus projectos aprovados nos PO do QCA III e, em adição, lançar novas operações para o novo período de programação 2007-2013.

De todo o modo será legítimo e oportuno colocar algumas questões sobre a qualificação do nível da execução do programa evidenciada nos pontos anteriores, como por exemplo, como valorar o nível de execução financeira? Reduzido, elevado.... Houve procura distribuída e equilibrada pelos eixos prioritários? Se não se verificou, a que se deveu? O PO responde à situação criada pela recente conjuntura financeira e económica?

Abordando a primeira questão, poder-se-á ter uma primeira ideia sobre o nível de desempenho através de elementos de comparação entre o que se verifica a nível nacional, em termos de execução dos PO comparticipados pelo FEDER e o PROCONVERGENCIA. Assim, a taxa de execução financeira medida pelo ratio entre o FEDER de despesa efectivamente paga e validada até 31 de Dezembro de 2008 e o FEDER programado para o período 2007-2013, no caso do PROCONVERGENCIA (7,1%) é quase quántupla da apurada para a média do QREN - FEDER (1,5%), para o mesmo período anual. No caso dos compromissos (aprovações) a taxa é praticamente idêntica, situando-se no intervalo entre os 17 a 18%. Por outras palavras, o PROCONVERGENCIA evidencia ritmos superiores de execução financeira e maior eficiência nos compromissos assumidos, em termos da tradução de aprovações em execução efectiva.

Quanto ao nível de dispersão da procura de financiamento FEDER pelos diferentes eixos do programa e das respectivas tipologias, tendo em consideração que se tratou na prática do primeiro ano para

admissão e aprovação de projectos, observa-se, sem dúvida, uma relativa distribuição pelas tipologias dos diversos eixos, com excepção do Eixo Prioritário I.

Com efeito, quer através da execução financeira por objectivo intermédio, quer tomando os indicadores físicos, retira-se uma ausência de expressão ao nível dos sistemas de incentivos e também no âmbito da investigação e do fomento das TICs, justamente as tipologias que no QCAIII ainda se encontram em execução, sendo contempladas também em programas nacionais/sectoriais (PRIME, POSC e Ciência e Inovação 2010), originando um “desvio de execução” neste particular.

A situação verificada nos últimos meses do ano proporcionada pela crise internacional veio revelar algumas debilidades do programa em proporcionar instrumentos mais adequados para as empresas, para além dos sistemas de incentivos. Com efeito, não sendo antecipável esta conjuntura financeira e económica e não havendo particular tradição em utilizar mecanismos de engenharia financeira, não estavam previstos apoios nesse domínio, situação que já foi corrigida à data de elaboração deste reporte.

Em termos finais, pelo exposto e considerando ainda que algumas das intervenções mencionadas em texto do programa, como por exemplo o grande projecto na área dos transportes e as intervenções independentes na rede regional de portos de pesca, tiveram desenvolvimentos, não se poderá deixar de retirar que, no conjunto do QREN 2007-2013 e no contexto da envolvente à execução (sobreposição de períodos de programação e crise internacional), o PROCONVERGENCIA apresentou traços e evidências de níveis razoáveis de execução e de implementação durante o ano de 2008. Ficará para aprofundar uma monitorização futura para avaliação e melhor percepção do grau de aderência do leque de oferta de instrumentos de apoio financeiro à procura dos promotores regionais de projectos.

2.3 Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

Em conformidade, em Outubro de 2007 foi elaborada e publicada a Resolução nº 108/2007, de 11 de Outubro, que define a constituição e as atribuições desta Comissão de Acompanhamento.

O site do programa constitui o meio privilegiado para a divulgação dos resultados e destaque das principais notícias e eventos do Programa, pelo que foi criado um espaço próprio para as actividades da Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento conjunta PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO reuniu pela primeira vez em 20 de Novembro de 2007, tendo os trabalhos incidido na análise e aprovação da proposta de regulamento interno, apresentação dos Programas Operacionais, apresentação e aprovação dos critérios de selecção de candidaturas e na troca de informações entre os diferentes representantes dos principais intervenientes na execução e acompanhamento do PROCONVERGENCIA.

Em 13 de Março de 2008 foi encetada uma consulta escrita para análise e aprovação dos critérios de selecção do Subsistema de incentivos, Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e Inovação, e dos Sistemas de incentivos PROENERGIA E SIRIART, tendo-se efectuado a notificação de aprovação a 18 de Abril de 2008 e disponibilizado no site a versão final do documento.

No 1º semestre de 2008 procedeu-se à elaboração do Relatório de Execução de 2007 do PROCONVERGENCIA, tendo o mesmo sido aprovado na 2ª reunião da Comissão de Acompanhamento conjunta PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO realizada a 17 de Junho nas Furnas, Ilha de São Miguel.

Da agenda da reunião destacam-se ainda a aprovação por unanimidade da alteração ao Regulamento Interno da Comissão de Acompanhamento e a apresentação da estrutura de gestão e execução do Programa, que à data da realização da comissão de acompanhamento registava 58 candidaturas apresentadas das quais 28 aprovadas. A 30 de Julho de 2008 a Comissão Europeia notificou a autoridade de Gestão da aceitação do relatório anual de 2007, não tendo formulado quaisquer observações sobre o conteúdo do mesmo.

Associada à Comissão de Acompanhamento foi promovida uma visita a 6 projectos comparticipados pelo FEDER e Fundo de Coesão II, que decorreu de 17 a 19 de Junho, que contou com a presença de elementos da DG REGIO, do Observatório do QREN e do IFDR somente no dia 17.

Conforme definido no Modelo de Governação do QREN incumbe ao IFDR a monitorização operacional e financeira do QREN e dos Programas Operacionais no que se refere às operações financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão. Nestes termos foram estabelecidos procedimentos pelo IFDR para garante da recolha periódica de informação FEDER e pelo Fundo de Coesão.

A Autoridade de Gestão tem reportado ao IFDR de forma continuada, desde o mês de Junho de 2008, informação mensal sobre a monitorização da execução do PROCONVERGENCIA, informação que é apurada através do sistema de informação (SIPOP) e tratada de acordo com os quadros emanados do IFDR.

2.4 Alterações da Envolvente à Execução do PROCONVERGENCIA

Apesar de durante e após os meses de verão, se adensarem notícias sobre a crise financeira e imobiliária na América e possível repercussão na Europa, durante os 3 primeiros trimestres de 2008 a envolvente socioeconómica à execução normal do programa não apresentava mudanças ou alterações significativas que pusessem em causa a evolução normal da execução física e financeira.

A nível de enquadramento político nada a registar com relevância que suscitasse qualquer alteração do PROCONVERGENCIA. As eleições para o parlamento regional em Outubro e a consequente constituição do X Governo dos Açores não tiveram repercussão no programa, incluindo as estruturas de gestão e acompanhamento.

Ao nível da legislação, apenas se registou, por iniciativa da Comissão Europeia, a emissão de uma carta com uma interpretação restritiva sobre a não elegibilidade de alguns equipamentos e infra-estruturas sociais, os quais, segundo a CE poderiam ser associados a investimento em habitação com carácter permanente e por conseguinte não elegíveis ao FEDER.

A Autoridade de Gestão fez a divulgação desse documento aos potenciais beneficiários e promotores de projectos, incluindo a edição em site do programa.

À data da elaboração deste relatório, após esclarecimentos mútuos entre o Governo Português e a Comissão Europeia esta questão encontra-se ultrapassada, retornando-se à posição inicial sobre a elegibilidade destes investimentos.

Nos últimos meses do ano e com maior intensidade em 2009 a evolução da envolvente socioeconómica evidenciou os sinais característicos desta crise, designadamente algum comportamento defensivo dos agentes, com quebras do consumo, do investimento e da procura em termos globais, dificuldades no acesso ao crédito, estagnação dos preços, potencial risco de aumento do desemprego.

Com o agravamento da situação socioeconómica aprofundou-se e alargou-se o debate sobre alguns aspectos da execução deste período de programação, nomeadamente a necessidade de introdução no PROCONVERGENCIA de instrumentos de engenharia financeira em ordem a minorar alguns constrangimentos financeiros das empresas e com impacte na manutenção dos postos de trabalho, toda a temática da aferição e da métrica subjacente a alguns dos objectivos propostos, aspecto transversal a todos os PO, a ainda a necessidade de introdução de alguma flexibilidade em matéria regulamentar, em ordem a gerir de forma mais eficiente os recursos neste novo quadro.

As principais medidas adoptadas, a diversos níveis da governação, desde as iniciativas da Comissão Europeia, passando pelas adoptadas pelo Governo da República e as que adicionalmente foram introduzidas pelo Governo dos Açores tiveram maior visibilidade e efeito já durante o ano de 2009.

2.5 Durabilidade das Operações (Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006)

Nos termos do previsto no nº2 do Artigo 57º do Regulamento (CE) Nº1083/2006, a autoridade de gestão reporta que não foram detectadas alterações na acepção do nº1 daquele Artigo.

2.6 Complementaridade com Outros Instrumentos

Nos termos do previsto no ponto 2.6, do Anexo XVIII do Regulamento 1828/2006 da Comissão, para efeitos do cumprimento do nº4 do artigo 9º do regulamento (CE) 1083/2006), refere-se que desde o início da preparação do programa, ainda em 2006, com a Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, definiram-se as grandes linhas de rumo para a preparação e elaboração dos programas relativos às intervenções dos vários fundos, de forma a assegurar a coordenação política e também técnica do processo de definição dos objectivos, metas, eixos estratégicos de programação, estrutura das medidas e acções e respectivo quadro de financiamento e de gestão.

Aquela Orientação estabelece ainda as bases do Modelo Institucional de Governação da programação com comparticipação comunitária, definindo órgãos de orientação política, de aconselhamento estratégico, de gestão e de acompanhamento. O modelo, em capítulo próprio explicitado, prevê a monitorização e o acompanhamento estratégico de todas as intervenções integradas no período de programação 2007-2013, garantindo assim a sua coordenação através de um quadro regulamentar apropriado que permite a troca de informações, o despiste de sobreposições indesejáveis de investimentos e a obtenção de sinergias e complementaridades nas diversas intervenções, numa perspectiva de optimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

Durante o ano de 2008 foram assinados protocolos com as demais entidades gestoras de fundos, com o objectivo em ordem a excluir qualquer risco de sobreposição e/ou duplicação de apoios concedidos, prevendo-se a comparação dos dados relevantes registados nos respectivos sistemas de informação.

Em 2008, as primeiras candidaturas aprovadas neste novo período de programação concentraram-se nos PO FEDER e FSE. No âmbito da execução destes programas a gestão de cada um participa e/ou toma conhecimento do processo de selecção de operações para a aprovação.

2.7 Sistemas de Gestão, de Monitorização, de Avaliação, de Acompanhamento e de Informação

Gestão e Acompanhamento das Operações

A Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (ex-DREPA) assume, nos termos do previsto na regulamentação comunitária, a responsabilidade de autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, tendo sido designada para o efeito através de Resolução do Governo dos Açores.

Estruturando-se o PROCONVERGENCIA em vários instrumentos de política pública, as funções de análise e aprovação de candidaturas durante o ano de 2008 foram apoiadas, meramente em termos consultivos, por comissões de selecção, constituídas uma por cada eixo prioritário, integradas por elementos com responsabilidades na gestão desses instrumentos, no âmbito dos principais domínios de intervenção englobados em cada eixo.

Em termos de funcionamento interno a Autoridade de Gestão assentou em dois grandes níveis:

a) Estrutura

No primeiro nível situa-se o gestor do programa operacional, o director da DRPFE (ex-DREPA), como primeiro responsável da autoridade de gestão, com a capacidade exclusiva de decisão, de representação principal da autoridade de gestão e ainda com a coordenação directa de algumas funções de gestão.

Compreende ainda um elemento de coordenação, o director de serviços da DRPFE (ex-DREPA), que tem como principal função a coordenação directa de algumas funções de gestão e de representação da autoridade de gestão, quando solicitado e/ou na falta e impedimentos do gestor.

O secretariado técnico do PROCONVERGENCIA estrutura-se em unidades operacionais segregadas, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e ainda comunicação.

Acresce ainda funções de Apoio Geral que são exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da DRPFE (ex-DREPA), onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e actualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo; a actualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

b) Funções delegadas pela autoridade de gestão

Conforme previsto no número 2 do Artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e em consonância com as disposições dos artigos 42.º e 43.º do mesmo Regulamento, as funções de gestão relativas a sistemas de incentivo ao investimento privado inseridos no Eixo prioritário I – Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores foram delegadas na Direcção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade - DRAIC (ex-DRACE), serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento ao investimento privado. O contrato de delegação de competências foi formalmente assinado já durante o ano de 2008.

c) As principais actividades desenvolvidas

Os trabalhos da Autoridade de Gestão desdobraram-se em dois grandes vectores: por um lado, o exercício das suas competências na análise e aprovação de candidaturas, no processo de validação e reembolso de despesa dos promotores, no acompanhamento das operações na comunicação, e, por outro lado, na preparação dos instrumentos de base necessários à obtenção da declaração de conformidade da gestão, aspecto essencial para o estabelecimento dos fluxos financeiros com a Comissão Europeia.

Iniciando o reporte por este último aspecto, a obtenção da Declaração de Conformidade (Compliance Assessment), a autoridade de gestão preparou toda a documentação de base em articulação com a Autoridade Nacional de Pagamento e Autoridade de Auditoria, foi inclusivamente dos primeiros dossiers encerrados no quadro de todos os programas operacionais portugueses. Em Dezembro de 2008, no limite do tempo regulamentar para a Comissão informar sobre a sua avaliação, todos os programas operacionais comparticipados pelo FEDER e Fundo de Coesão, onde se inclui o PROCONVERGENCIA, foram informados sobre a necessidade de revisão e reformulação dessa documentação.

À data de elaboração deste relatório, a situação descrita anteriormente encontra-se ultrapassada, tendo o PROCONVERGENCIA sido o primeiro PO português comparticipado pelo FEDER a obter uma declaração de conformidade favorável e, por consequência, legitimada a capacidade de formulação de pedidos de pagamento e estabelecer com normalidade os fluxos financeiros com a Comissão, para além dos adiantamentos regulamentares.

Em relação ao funcionamento corrente da gestão, à data de 31 de Dezembro de 2008 tinham sido submetidas 143 candidaturas (15 em 2007 e 128 em 2008). Deste universo foram admitidas 96, aprovadas 87 o que representa uma taxa bruta de aprovação de 61%.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe por eixo e objectivo específico.

CANDIDATURAS AO PROCONVERGENCIA – Valores Acumulados					
Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Candi- daturas apre- sentadas	Candi- daturas admitidas	Candi- daturas aprovadas	Taxa de admissibilidade (admitidas/ apresentadas)	Taxa de aprovação bruta (aprovadas/ apresentadas)
	Nº	Nº	Nº	%	%
Total	143	96	87	67%	61%
EP I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	28	13	13	46%	46%
OE1.1 - Qualificar o investimento empresarial	7				
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas	18	11	11	61%	61%
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região					
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial					
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs	1				
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa	2	2	2	100%	100%
EP II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	32	21	20	66%	63%
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares	20	13	13	65%	65%
OE 2.2 - Valorizar o património cultural	7	6	6	86%	86%
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local	2	1		50%	
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde					
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	3	1	1	33%	33%
EP III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	46	39	36	85%	78%
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas	45	39	36	87%	80%
OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas	1				
EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	32	20	16	63%	50%
OE 4.1 - Ordenar o território	5	5	1	100%	20%
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	12	3	3	25%	25%
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental	14	11	11	79%	79%
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos	1	1	1	100%	100%
EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	5	3	2	60%	40%
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago	2	1	1	50%	50%
OE 5.2 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	3	2	1	67%	33%
EP VI - Assistência Técnica					

A partir de dados do sistema de informação do programa, o SIPOP, evidenciam-se alguns indicadores físicos sobre fluxos de documentação na interacção entre beneficiários e a gestão do PO.

Progressivamente e em termos definitivos, a partir dos últimos meses do ano em apreciação, todos os fluxos de informação e a respectiva transmissão se procedeu por via telemática, a partir do front office do sistema de informação SIPOP, eliminando-se em definitivo os suportes editados em papel.

Indicador	Quantidade
Candidaturas Submetidas	128
Contratos Públicos Analisados	314
Ficheiros introduzidos (documentos, check-list, outros)	4 138
Pedidos de pagamento submetidos	262
Documentos de despesa analisados	2 711

c) Validação, Verificações e Pista de Auditoria

A análise e validação documental é efectuada com base em dados e informações submetidas de forma digitalizada no SIPOP pelo promotor, não havendo, no caso particular da despesa, qualquer processo de amostragem, sendo obrigatório a inserção do universo documental de toda a despesa de cada operação.

Complementarmente ao processo de análise e validação do universo documental da despesa apresentada nos pedidos de pagamento, a autoridade de gestão promove visitas de acompanhamento e de verificação junto do promotor, utilizando não só os recursos humanos da unidade operacional de acompanhamento, como também a contratação externa de serviços de auditoria.

No ano de 2008 a autoridade de gestão promoveu uma consulta pública com vista à contratação de empresa de auditoria para processo de verificação junto dos promotores de uma amostra de operações com despesa validada, cobrindo o período até 15 de Outubro de 2008. À data de elaboração deste relatório verificou-se mais um processo de contratação pública para cobertura de amostra de despesa validada até 30 de Março do corrente ano.

Todo o reporte sobre estas acções de verificação on spot, desde a sua preparação, compreendendo o processo e a metodologia utilizada para a selecção da amostra de operações, até aos relatórios finais produzidos, juntamente com todo o universo de dados e informações sobre as operações, estão disponíveis no SIPOP para consulta e análise das autoridades de certificação e de auditoria, que remotamente podem aceder ao Sistema de Informação, com a capacidade de desenvolver de forma acessível uma pista de auditoria completa e fiável.

Sistema de Avaliação

Na actual regulamentação, designadamente o Regulamento (CE)1083/2006, a questão da avaliação é abordada de forma muito diversa e mais flexível em relação ao período precedente 2000-2006, em que, para além de referências muito claras ao princípio da proporcionalidade e da opção facultativa de elaboração de plano de avaliação, e ainda de algum desenvolvimento conferido à avaliação ex-ante (nº2 do artigo 48º), refere que os Estados Membros poderão realizar processos de avaliação relacionadas com “o acompanhamento dos programas operacionais, em particular quando esse acompanhamento indicar que há um desvio considerável em relação aos objectivos...”.

Acresce ainda, em termos comparativos entre períodos de programação, que no QCA III nacional a avaliação foi uma das peças do processo de atribuição de Reserva de Eficiência, situação que não volta a acontecer neste período de programação, por não estar prevista para o QREN a constituição e a atribuição de reserva de desempenho.

As autoridades nacionais apresentaram um Plano de Avaliação, com vários momentos e universos temáticos objecto de processos de avaliação, incluindo, à partida, para os PO regionais 2 grandes momentos de avaliação:

- Um primeiro momento relativo ao processo da Operacionalização dos Programas no Contexto da Estratégia do QREN, e
- Um segundo momento, com o desenvolvimento de um processo aprofundado de avaliação, designado como Avaliação Intercalar 2007-2010.

No caso do PROCONVERGENCIA e tomando o período de reporte deste relatório, ano de 2008, a autoridade de gestão apresentou uma proposta de trabalhos de avaliação a desenvolver durante o ano de 2009, com os seguintes objectivos e questões a abordar:

Operacionalização do PO PROCONVERGENCIA – Objectivos e Questões de Avaliação	
Principais objectivos	Avaliar o modo de operacionalização do PROCONVERGENCIA na prossecução das prioridades estratégicas estabelecidas
Principais questões de avaliação	• Qual o contributo das candidaturas aprovadas e da respectiva execução para a prossecução das prioridades definidas no PROCONVERGENCIA (fomento de uma actividade económica, dinâmica e competitiva, elevação do nível de educação da população, qualificação das redes de infra-estruturas de mobilidade e valorização e qualificação do sistema ambiental). • Qual o grau de satisfação dos beneficiários no acesso ao Programa (adequação dos avisos, das orientações técnicas e interface com o Sistema de Informação)? • Qual a melhor adequação do actual sistema de incentivos no quadro da conjuntura financeira actual?

Sistema de Informação

Logo que foi tomada a decisão, a nível da autoridade de certificação, de ruptura com a prática anterior de existência de um sistema informático comum a todos os programas, rumando para um novo paradigma em que cada PO tem de assegurar de per si a construção dos respectivos sistemas de informação, a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA desenvolveu os procedimentos necessários de resposta a esta nova situação.

O sistema de Informação do PROCONVERGENCIA, designado por SIPOP, foi projectado e construído com base em grandes orientações genéricas dos regulamentos, da autoridade de certificação e com uma articulação muito intensa e próxima entre a programação e o Secretariado Técnico do programa.

Procurou-se atender desde o arranque da construção do sistema a 3 grandes linhas de orientação: 1) Facilidade e simplicidade no Front Office, 2) Capacidade de corresponder às solicitações regulamentares e de possibilitar uma pista de auditoria desde o processo de candidatura até ao encerramento da operação e 3) capacidade de desenvolvimento modular, aproximando tendencialmente o SI a todas as necessidades da gestão, acompanhamento, controlo, avaliação do PO.

Quanto à primeira questão, que tem a ver com a relação entre o beneficiário e o programa, tem-se constituído, até de forma algo inesperada, como um rotundo sucesso. Com efeito, esta facilidade e simplicidade no Front Office provocou inclusivamente uma falha, neste caso virtuosa, em termos de planeamento do apoio e formação nesta área, já que não foram implementadas acções previstas neste domínio, devido à capacidade quase imediata de todos os beneficiários de operarem o sistema, no processo de submissão das candidaturas, dos pedidos de pagamentos e de reprogramações.

A satisfação das exigências regulamentares e a capacidade de conexão com o sistema da autoridade de certificação eram condições necessárias para a boa execução do programa, já que a sua inobservância resultaria na ausência de fluxos financeiros. À data de realização deste relatório, foi efectuado com sucesso, através do SIPOP, um pedido de pagamento intermédio, o primeiro efectuado a nível nacional dos PO FEDER e Fundo de Coesão do QREN, cumprindo-se todas as exigências regulamentares e evidenciando-se a capacidade de transmissão e ligação telemática entre os sistemas. Inclusivamente, através de registos autorizados de entrada (utilizador e password), o sistema permitiu a verificação por parte da autoridade de certificação do estabelecimento de uma pista de auditoria completa, por acesso remoto ao Backoffice do SIPOP a todos os documentos associados às candidaturas, toda a documentação de análise dessas candidaturas (check-list, relatórios, etc.), os pedidos de pagamento com todos os documentos de despesa digitalizados, toda a contratação pública associada (documentos digitalizados dos diversos

contratos), a variedade de formulários e instrumentos de notação usados, as acções de verificações on spot (checklists e relatórios), relatórios de acompanhamento e demais documentação.

O ano de 2008 foi marcado essencialmente pela implementação das duas primeiras grandes prioridades enunciadas e referidas nos parágrafos anteriores. Durante o próximo período anual procurar-se-á alargar o SIPOP a outras funcionalidades, designadamente no domínio da monitorização estratégica do programa.

2.8 Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

Este capítulo do relatório tem como objectivo reportar as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão para assegurar o respeito pelas políticas comunitárias, incluindo-se as regras da concorrência, os mercados públicos, a protecção do ambiente.

Concorrência e Regime de Auxílios

Mantém-se firme o compromisso de respeitar os procedimentos e as regras materiais enunciadas no texto do Programa e que se consubstanciam:

- i- a contribuir para o objectivo de assegurar que uma parte substancial dos apoios directos às empresas respeite a PME. Este compromisso é assumido no enquadramento regulamentar da alínea a) do número 2 do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, aplicando-se consequentemente a todos os Estados-Membros;
- ii –a incluir nos relatórios anuais e no relatório final de execução, informação sobre a totalidade dos apoios directos concedidos a empresas, explicitando os relativos a PME.

Conforme já referido, no período coberto por este relatório de execução, não se registou a atribuição de comparticipação FEDEDR a projectos de investimento integrados em sistemas de incentivos de base regional.

Compatibilidade com os Mercados Públicos

As operações enquadradas no PROCONVERGENCIA foram executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos, designadamente as relativas às Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

Uma das condições de aceitabilidade subjacente à operação candidata foi a demonstração do respeito pelas disposições legais em matéria de contratação pública. O cumprimento das regras dos mercados públicos constitui balizas fundamentais em todo o processo de análise e decisão das candidaturas, e posteriormente no âmbito do acompanhamento e do controlo das operações.

No PROCONVERGENCIA, na fase de análise da candidatura, ou o mais tardar na fase de apresentação da despesa, a verificação do cumprimento da legislação sobre contratação pública, foi suportada numa check-list, onde foram referenciados todos os aspectos ligados à celebração de contratos de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos de bens e serviços.

Os potenciais beneficiários têm sido informados, pelos mais diversos meios, da necessidade imperiosa de submeterem os contratos às regras dos mercados públicos, sendo esta uma condição prévia indispensável à preparação de um processo de candidatura a co-financiamento comunitário no âmbito do Programa.

O novo código dos contratos públicos foi aprovado tendo entrado em aplicação a 29 de Julho de 2008. Para melhor conhecimento e interpretação deste novo código o Secretariado Técnico do Programa frequentou plano de formação em ordem à aquisição dos conhecimentos adequados e necessários à correcta verificação dos procedimentos utilizados para celebração dos contratos públicos.

Compatibilidade com as políticas de ambiente e do desenvolvimento sustentável em matéria de controlo e redução de emissões de gases com efeito de estufa e de promoção da eficiência energética

A gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, procurou dar cumprimento às normas europeias, nacionais e regionais em matéria de Ambiente, bem como na promoção da eficiência energética, enquanto factor de ponderação no processo de selecção de candidaturas.

Compatibilidade com as políticas da igualdade entre homens e mulheres e da não discriminação

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais para 2007-2013, explicita no seu artigo 16.º que os Estados-membros e a Comissão “devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres” e “tomar todas as medidas adequadas para evitar qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, durante as várias fases de aplicação dos fundos, nomeadamente no que respeita ao acesso aos mesmos”.

O contributo para a concretização dos objectivos estratégicos da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres é implementado a nível do Programa através do apoio a operações com impacto na conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar de mulheres e homens (ampliação e

optimização das redes de equipamentos de educação, equipamentos de apoio social, sociedade da informação TIC's, expansão da rede de jardins de infância, colmatar as deficiências das infra-estruturas e equipamentos de saúde, desporto, melhoria das acessibilidades e as redes de transportes públicos). Acresce ainda a participação na Comissão de Acompanhamento de representante das organizações não governamentais da área do ambiente.

2.9 Problemas, Constrangimentos e Medidas de Correção

Em termos muito sintéticos refere-se que o ano de 2008 marcou o arranque efectivo do PROCONVERGENCIA havendo porém que assinalar alguns constrangimentos que se têm vindo a minimizar durante o ano de 2009.

O principal problema que se veio a registar no ultimo trimestre de 2008 foi a não aceitação dos sistemas de gestão e controlo dos programas operacionais portugueses comparticipados pelo FEDER e Fundo de Coesão, onde se integra o PROCONVERGENCIA, por parte dos respectivos serviços da Comissão Europeia.

Esta questão teve duas grandes consequências: Por um lado a reafecção de recursos humanos e de tempo para a adaptação e a reformulação da descrição do sistema de gestão e por outro lado inviabilizar a formalização do 1º pedido de pagamento intermédio à Comissão Europeia.

Em relação à descrição do SGC as medidas adoptadas foram no sentido de apreciação das notas da Comissão e o enriquecimento da descrição com novas vertentes, trabalho desenvolvido em articulação quer com a autoridade de certificação, quer com a Autoridade Auditoria.

No que concerne ao não estabelecimento de um fluxo financeira da Comissão Europeia para o Programa, este problema foi colmatado, em parte, através de, conforme já referido neste relatório, de um adiantamento de 20 milhões de euros facultado pela autoridade certificação. Com efeito face ao esgotamento dos adiantamentos previstos na regulamentação comunitária, esta medida veio proporcionar um certo alívio na pressão exercida pelos promotores das operações aprovadas para obtenção do devido reembolso das despesas apresentadas.

Regulamento CE 1083/2006, nº1 do artigo 62º

Nos termos do disposto no nº1, alínea d), subalínea i), do artigo 62º do Regulamento CE 1083/2006, não foi recepcionado na autoridade de gestão do Programa qualquer relatório anual de controlo – Informação ao Comité de Acompanhamento.

3. A EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

3.1 Eixo Prioritário I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores

Este eixo prioritário engloba 6 objectivos específicos, enquadrando 3 grandes linhas de orientação estratégica: o apoio ao sector empresarial, o fomento da actividade científica, da inovação, incluindo a ligação ao mundo empresarial e ainda a modernização administrativa, enquanto elemento de minimização dos custos de contexto.

Conforme referido em pontos anteriores, a execução do programa neste período anual de 2008 é tributária da sobreposição entre medidas de programas e tipologias de projectos no QCA III e no QREN 2007-2013. E neste eixo em particular tal aspecto é particularmente marcante no que concerne aos sistemas de incentivos e aos projectos do plano regional de ciência e tecnologia, em que os promotores se encontram no processo de encerramento e finalização financeira e material dos seus projectos ainda durante o período de vigência do QCAIII. De destacar que apenas nos últimos dias do ano se confirmou o prolongamento da vigência do QCA III até ao primeiro semestre do ano de 2009.

No eixo prioritário registaram-se aprovações em tipologias enquadradas em dois objectivos específicos: o da dinamização das redes de infra-estruturas e serviços de apoio às empresas (11 aprovações e 7,2 milhões de euros de Fundo) e o da eficiência administrativa (2 aprovações e 3,1 milhões de euros de Fundo).

Sublinha-se o conjunto das candidaturas aprovadas no âmbito do objectivo específico dinamização das redes de infra-estruturas e serviços de apoio às empresas, especialmente centradas em acções de promoção, divulgação e animação turística, mas também nos domínios da prestação de serviços às empresas regionais (a qualidade, missões empresariais, espaços para divulgação de produtos e serviços).

A taxa de execução financeira decorre do nível de aprovações alcançado e dos respectivos quadros de programação temporal aprovados e da ausência de aprovações nas tipologias mais dotadas, designadamente no caso do fomento ao investimento, aspecto que, à data de elaboração deste relatório, estará devidamente ultrapassado.

A taxa de realização de 33% é um indicador que aponta para a existência de um quadro de programação das candidaturas aprovadas com um horizonte de realização médio de 3 anos.

INDICADORES FINANCEIROS									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP I - Total	405.228.651,00	344.444.353,00	12.087.043,84	10.273.987,26	3.993.355,57	3.394.352,25	2,98	0,99	33,04
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas			8.447.758,00	7.180.594,30	3.215.449,77	2.733.132,31			38,06
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa			3.639.285,84	3.093.392,96	777.905,80	661.219,94			21,38

INDICADORES DE REALIZAÇÃO									
Indicador	Unid.	Aprovado		Executado		Meta 2010	Meta 2015	Grau de aproximação à meta 2010	Grau de aproximação à meta 2015
		Quantidade	Despesa Pública	Quantidade	Despesa Pública				
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas									
Infra-estruturas de apoio à actividade económica	N.º	1	827.926,30			2	5		
Campanhas e eventos promocionais	N.º	40	5.669.458,33	20	2.792.239,60	15	35	133%	57%
Ações de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	N.º	18	1.950.373,37	4	423.210,15	30	70	13%	6%
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa									
Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	N.º	2	3.639.285,84	0	777.905,80	5	10		

Em termos físicos 3 indicadores apresentam execução: campanhas e eventos promocionais, acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados e projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados.

A avaliação do grau de aproximação à meta 2010, permite destacar que o indicador campanhas e eventos promocionais, ultrapassou no final de 2008 a meta fixada (20 executadas contra 15 programadas).

O próprio valor já aprovado, em número de 40, ultrapassa o valor da meta prevista para 2015 (35). Isto significa que as tipologias de operações associadas a este indicador revelaram uma procura elevada por parte dos potenciais beneficiários.

Obviamente no primeiro ano de execução efectiva do PROCONVERGENCIA e com as condicionantes particulares observadas para algumas tipologias de projectos neste eixo, já referidas anteriormente, não será de estranhar uma menor execução financeira e material observada.

Em termos de monitorização estratégica convirá acompanhar o nível de procura dos apoios contemplados neste eixo, findas que são as condicionantes apontadas. Porém, dever-se-á também ter em consideração o facto do agravamento súbito e muito acentuado da crise internacional nas últimas semanas do ano de 2008 e o seu impacte nas pequenas e médias empresas regionais e o necessário ajustamento neste eixo para integrar medidas consentâneas com a nova envolvente socioeconómica.



RIAC - Modernização e Informatização dos Postos de Atendimento

3.2 Eixo Prioritário II- Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana

O eixo prioritário II integra investimentos de natureza e âmbito marcadamente público, maioritariamente distribuído pelas esferas da educação e do apoio e inclusão sociais.

A taxa de compromisso (aprovações) neste Eixo atingiu os 15%. Em valores absolutos, os compromissos aprovados em investimentos ligados às redes de equipamentos escolares, culturais e de protecção social, enquadrados pelo eixo II, atingiram 35,4 milhões de euros, demonstrando uma dinâmica de procura acentuada (32 candidaturas apresentadas, das quais 20 aprovadas).

Ao nível das aprovações, identificam-se as principais candidaturas, quer pelo volume de investimento, quer pela sua importância em termos de oferta de equipamentos: no objectivo específico modernizar a rede de equipamentos escolares, as candidaturas relativas à requalificação da escola E/B, S de Vila Franca do Campo (9,7 milhões de euros de Fundo), as novas Instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas na Horta e a Construção do Edifício Interdepartamental do Campus de Angra do Heroísmo, ambas da Universidade dos Açores (totalizam 8,4 milhões de euros de Fundo) e as Novas Instalações da escola Profissional Ilha de S. Jorge - 2ª Fase (3,3 milhões de euros de Fundo); no objectivo específico valorizar o património cultural, as candidaturas de remodelação do Recolhimento de Santa Barbara - Edifício extensão do Museu Carlos Machado e a ampliação do Museu dos Baleeiros - Lajes do Pico (ambas com 0,5 milhões de euros de Fundo); no objectivo específico modernizar a rede de equipamentos de protecção social, a candidatura de construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais, Angra do Heroísmo (3,0 milhões de euros de Fundo).

A execução financeira face à programação global, indica uma taxa de 3,4%. Comparando a despesa executada do Fundo em 2008 com a programação acumulada do Fundo para 2007/2008, verifica-se que aquela taxa sobe para 12,6%.

A comparação dos valores executados com os valores aprovados, que determina a taxa de realização, permite constatar uma taxa de próxima dos 23%.

INDICADORES FINANCEIROS									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP II -Total	275.037.039,00	233.781.483,00	41.679.548,60	35.427.616,31	9.458.935,67	8.040.095,32	15,15	3,44	22,69
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares			32.437.830,64	27.572.156,04	5.121.163,56	4.352.989,03			15,79
OE 2.2 - Valorizar o património cultural			5.704.956,67	4.849.213,17	2.755.745,19	2.342.383,41			48,30
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social			3.536.761,29	3.006.247,10	1.582.026,92	1.344.722,88			44,73

INDICADORES DE REALIZAÇÃO									
Indicador	Unid.	Aprovado		Executado		Meta 2010	Meta 2015	Grau de aproximação à meta 2010	Grau de aproximação à meta 2015
		Quantidade	Despesa Pública	Quantidade	Despesa Pública				
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares									
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	N.º	4	13.815.079,61	1	3.902.092,43	4	10	25%	10%
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional remodelados	N.º	6	18.622.751,03	0	1.219.071,13	9	20		
OE 2.2 - Valorizar o património cultural									
Equipamentos culturais construídos/intervencionados	N.º	4	5 704 956,67	2	2.755.745,19	5	12	40%	17%
Museus	N.º	3	3 746 266,42	1	1.390.648,24				
Bibliotecas	N.º	1	582 507,60	1	578.958,61				
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social									
Projectos de intervenção social apoiados	N.º	1	3.536.761,29	0	1.582.026,92	7	15		

O quadro dos indicadores para este eixo prioritário revela que 4 dos 6 indicadores registam valores de aprovação: estabelecimentos de ensino, básico, secundário e profissional construídos, estabelecimentos de ensino, básico, secundário e profissional remodelados, equipamentos culturais construídos/intervencionados e projectos de intervenção social apoiados. No que se refere ao

primeiro indicador mencionado a quantidade aprovada iguala a meta fixada para 2010 (4), ao passo que o indicador associado aos equipamentos culturais tem aprovado cerca de 80% da meta.

Em conjunto, as quantidades aprovadas destinadas a intervenções em estabelecimentos de ensino, nova construção e remodelação, representam já 77% da meta para 2010 e 33,3% da meta para 2015.

Em termos de execução, a avaliação do grau de aproximação à meta 2010, identifica dois indicadores com taxas de progresso significativas, os equipamentos culturais construídos/intervencionados com uma taxa de 40% e os estabelecimentos de ensino, básico, secundário e profissional construídos com uma taxa de 25%.

Em termos de apreciação qualitativa de destacar que as autoridades regionais procuraram manter o programa de investimentos projectado para o período, designadamente aqueles projectos que integram os instrumentos de política pública. Espera-se que nos períodos seguintes avancem os projectos relativos ao sector da saúde.

Cabe ainda neste domínio o reporte sobre uma interpretação restritiva sobre a elegibilidade de alguns equipamentos sociais, que poderiam configurar supostamente situações de “habitação”, o que contraria a regulamentação comunitária. Já no decurso no ano de 2009 foi restabelecida a interpretação inicial e portanto reposta a elegibilidade destes equipamentos previstos no PROCONVERGENCIA.



Novas instalações da Escola Profissional de S. Jorge

3.3 Eixo Prioritário III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades

Este eixo compreende a intervenção em infra-estruturas de acessibilidade o que, nos Açores com a sua configuração territorial tão particular, implica necessariamente um investimento acrescido.

No final de 2008, mais de 47% da dotação global do eixo encontrava-se comprometida. Estes compromissos respeitam a 36 candidaturas aprovadas no âmbito da requalificação da rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas e atingiram 80,7 milhões de euros em termos de fundo, mais de metade dos compromissos assumidos pelo programa em 2008.

Como principais aprovações, destacam-se as seguintes candidaturas: no domínio das acessibilidades marítimas, a ampliação do Porto de Pesca de Vila Franca do Campo, o melhoramento das condições operacionais do Porto de Pesca de São Mateus, em Angra do Heroísmo e a ampliação do cais comercial do Porto da Praia, na ilha Graciosa; no domínio das acessibilidades terrestres, a remodelação da Via Vitorino Nemésio, ilha Terceira, a construção do prolongamento da Av. Marginal de Ponta Delgada - 2ª Fase, e a reabilitação de rede viária do concelho da Horta.

A candidatura de requalificação da Via Vitorino Nemésio, ilha Terceira, com 20,3 milhões de euros de despesa pública aprovada, e 17,2 milhões de euros de Fundo, é a segunda maior aprovação verificada no programa, em termos de volume financeiro e refere-se a uma intervenção em toda a extensão (cerca de 20km) destinada a modernizar a via, equiparando-a com um perfil de auto-estrada, e melhorando significativamente os diversos fluxos de tráfegos que operam entre as cidades de Angra do Heroísmo (centro administrativo e de serviços) e da Praia da Vitória (localização do aeroporto, do porto comercial, parque industrial e parque de combustíveis), bem como de ligação a algumas infra-estruturas económicas da ilha.

Comparando a despesa executada do Fundo em 2008 com a programação acumulada do Fundo para o biénio 2007/2008, verifica-se que a taxa de execução se situa nos 92%, indiciando um comportamento bastante positivo do eixo. A salientar, o facto do montante executado pelo eixo III (42,8 milhões de euros), representar 62% do valor da despesa do Fundo executada no total do programa.

A comparação dos valores executados com os valores aprovados, que determina a taxa de realização, permite constatar que o eixo prioritário III alcança uma taxa de realização acima da média do programa, com 53%.

INDICADORES FINANCEIROS									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP III - Total	201.164.364,00	170.989.709,00	94.918.312,67	80.680.565,77	50.320.745,29	42.772.633,50	47,18	25,01	53,01
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas			94.918.312,67	80.680.565,77	50.320.745,29	42.772.633,50			53,01

INDICADORES DE REALIZAÇÃO									
Indicador	Unid.	Aprovado		Executado		Meta 2010	Meta 2015	Grau de aproximação à meta 2010	Grau de aproximação à meta 2015
		Quantidade	Despesa Pública	Quantidade	Despesa Pública				
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas									
Novas estradas construídas	Km	2	7.664.029,18	1	4.791.091,07	10	20	10%	5%
Estradas reconstruídas ou remodeladas	Km	174	56.723.029,79	68	22.333.518,91	170	400	40%	17%
Portos comerciais intervencionados	N.º	2	6.328.813,93	2	5.177.191,26	3	5	67%	40%
Portos de pesca intervencionados	N.º	5	24.202.439,77	4	18.018.944,09	2	4	200%	100%

De acordo com as candidaturas aprovadas, os indicadores associados ao objectivo específico requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas apresentam execução. Em termos de quantidades aprovadas, o indicador portos de pesca intervencionados, por via dos 6 portos aprovados, ultrapassam as metas fixadas para 2015 (4 portos), enquanto que o indicador estradas reconstruídas ou remodeladas, 174 km aprovados, ultrapassam as metas fixadas para 2010 (170 km).

A avaliação do grau de aproximação à meta, medido pela execução, revela um desempenho bastante positivo por parte de alguns indicadores: o indicador portos de pesca intervencionados, apresenta uma taxa de 200% face à meta de 2010 e de 100% face à meta de 2015; o indicador portos comerciais intervencionados regista uma taxa de 67% face à meta de 2010; o indicador estradas reconstruídas ou remodeladas regista uma taxa de 40% face à meta de 2010.

Em termos gerais, o grau de execução deste eixo apresenta níveis razoáveis de execução, à excepção de aquisição de alguns equipamentos para as administrações portuárias, aspecto corrigido já durante 2009.



Ampliação do Porto de Pescas de Vila Franca do Campo



Remodelação da Via Vitorino Nemésio

3.4 Eixo Prioritário IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental

A taxa de compromisso do eixo prioritário IV situa-se próximo dos 10%. Todos os objectivos específicos que constituem este eixo registaram aprovações. No entanto, uma significativa parcela dos compromissos assumidos (88,5%) incidiram na valorização e promoção dos recursos ambientais (centros de interpretação ambiental, protecção da biodiversidade e do equilíbrio ambiental), que compete em larga medida à autoridade ambiental regional (14 candidaturas apresentadas e 11 aprovadas); as aprovações enquadradas nas redes de infra-estruturas ambientais, água, saneamento e resíduos sólidos, tipologias de investimentos de natureza municipal (12 candidaturas apresentadas e 3 aprovadas), representam 6,7% do total aprovado no eixo.

As principais candidaturas aprovadas reportam-se à componente da promoção ambiental, dirigida para a criação/instalação de centros de interpretação ambiental: centro interpretativo do Farol dos Capelinhos, centro interpretativo da Paisagem protegida do Monte da Guia, centro interpretativo da Casa de Apoio aos Visitantes da Montanha do Pico, centro interpretativo da Paisagem Protegida de interesse Regional da Cultura da Vinha da ilha do Pico, centro de apoio aos visitantes da Furna do Enxofre na ilha Graciosa, Centro de Interpretação Ambiental e Ecoteca em Vila do Porto e o centro de interpretação Ambiental e Cultural do Corvo.

Os restantes objectivos específicos, ordenar o território e melhorar os sistemas de prevenção e gestão de riscos, registam cada um, apenas uma candidatura aprovada.

A análise da execução financeira do eixo indica uma taxa de execução de 5,5%. Comparando a despesa executada do Fundo em 2008 com a programação acumulada do Fundo para 2007/2008, verifica-se uma subida da taxa para 20%.

A comparação dos valores executados com os valores aprovados, que determina a taxa de realização, permite constatar que o eixo prioritário IV alcança uma taxa de realização acima da média do programa, 55%.

INDICADORES FINANCEIROS									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP IV - Total	173.567.848,00	147.532.671,00	17.435.841,48	14.820.465,27	9.609.548,37	8.168.116,13	10,05	5,54	55,11
OE 4.1 - Ordenar o território			58.526,49	49.747,52	52.674,00	44.772,90			90,00
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais			1.166.305,88	991.360,00	460.972,10	391.826,29			39,52
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental			15.450.257,95	13.132.719,26	9.095.902,27	7.731.516,94			58,87
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos			760.751,16	646.638,49					

INDICADORES DE REALIZAÇÃO									
Indicador	Unid.	Aprovado		Executado		Meta 2010	Meta 2015	Grau de aproximação à meta 2010	Grau de aproximação à meta 2015
		Quantidade	Despesa Pública	Quantidade	Despesa Pública				
OE 4.1 - Ordenar o território									
Planos de ordenamento apoiados	n.º	1	58.526,49	1	52.674,00	9	20	11%	5%
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais									
Rede de distribuição de água construída/beneficiada	Km	7	534.361,12			45	100		
Captação e tratamento de águas	n.º	3	631.944,76	2	460.972,10	7	15	31%	15%
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental									
Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização de recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	n.º	10	10.209.093,00	7	7.254.358,16	12	25	58%	28%
Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	n.º	4	5.241.164,95	1	1.841.544,11	5	12	20%	8%
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos									
Equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil	n.º	10	760.751,16			9	20		

Para monitorar a execução do eixo IV foram seleccionados 13 indicadores. Destes, 6 encontram correspondência nas candidaturas aprovadas. São os casos dos seguintes indicadores: o indicador equipamentos de protecção civil adquiridos, com um total de 10 unidades, ultrapassam já as metas

fixadas para 2010 (9 unidades), os indicadores, projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental e projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização de recursos, que apresentam quantidades aprovadas na ordem dos 80% da meta para 2010 e os restantes 3 indicadores (planos de ordenamento, rede de distribuição de água e captação e tratamento de água) cujas quantidades aprovadas se situam entre os 11% e os 43% da meta para 2010.

A avaliação do grau de aproximação à meta, medido pela execução, revela um desempenho bastante positivo por parte do indicador, projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização de recursos, com uma taxa de 58% face à meta de 2010.



Requalificação do Farol dos Capelinhos - Centro de Interpretação



Centros interpretação Ilha do Pico

3.5 Eixo Prioritário V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

Este eixo é específico para as Regiões Ultraperiféricas e compreende intervenções em domínios particulares e representativos da situação periférica e dos sobrecustos existentes nestas regiões.

No período de 2008, o eixo prioritário V registou uma taxa de compromisso de 29%. De facto para um valor programado de fundo, na ordem dos 65,5 milhões de euros, os compromissos assumidos situaram-se nos 19,2 milhões de euros.

No caso em concreto deste eixo, em que a taxa de apoio é de 50%, a contrapartida pública regional é aqui manifestamente superior ao verificado nos restantes eixos.

Foram aprovadas duas candidaturas, uma por cada objectivo específico: na vertente das ajudas ao funcionamento a candidatura, Compensar os custos de funcionamento no transporte aéreo inter-ilhas (2007-2009) com um montante de despesa pública de 37,7 milhões de euros e uma contribuição comunitária de 18,8 milhões de euros e na vertente do investimento a candidatura, Construção do Parque de Estacionamento da Aerogare do Aeródromo da Ilha de S. Jorge.

Salienta-se pelo impacto acrescido que tem a nível do programa, a candidatura que visa a compensação dos custos decorrentes das obrigações de serviço público impostas para o tráfego aéreo inter-ilhas. Trata-se de ajudas ao funcionamento dos sistemas de transportes aéreos inter-ilhas e que se destinam a compensar os sobrecustos resultantes da situação de do défice de acessibilidade e da fragmentação do território.

A análise da execução e comparando com a programação global, indica que a taxa de execução do Eixo V é de 10,7%. Confrontando a despesa executada do Fundo em 2008 com a programação acumulada do Fundo para 2007/2008, verifica-se uma taxa de execução do Eixo V de 39,3%.

Ao efectuar a comparação dos valores executados com os valores aprovados, que determina a taxa de realização, constata-se que o eixo prioritário alcança uma taxa de realização de 36,6%.

INDICADORES FINANCEIROS									
Objectivo Específico	Programado 2007-2013 (PR)		Aprovado (AP)		Executado (EX)		Indicadores financeiros (Fundo) %		
	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Despesa Pública	Fundo	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (EX/PR)	Taxa de realização (EX/AP)
EP V - Total	131.201.666,00	65.600.833,00	38.476.571,47	19.238.285,74	14.073.146	7.036.573	29,33	10,73	36,58
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago			37.745.636,00	18.872.818,00	14.073.146	7.036.573			37,28
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago			730.935,47	365.467,74					

INDICADORES DE REALIZAÇÃO									
Indicador	Unid.	Aprovado		Executado		Meta 2010	Meta 2015	Grau de aproximação à meta 2010	Grau de aproximação à meta 2015
		Quantidade	Despesa Pública	Quantidade	Despesa Pública				
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago									
Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	n.º	15	37.745.636,00	15	14.073.146,00	15	15	100%	100%
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago									
Infra-estruturas aéreas intervencionadas/apetrechadas	n.º	1	730 935,47			3	5		

Cada domínio de intervenção previsto no eixo tem associado, um indicador de realização.

Os indicadores de rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira e infra-estruturas aéreas intervencionadas apresentam valores de aprovação. Em relação ao indicador associado às despesas de investimento foi aprovada intervenção numa infra-estrutura aérea, o que traduz um cumprimento de 33,3% face à meta para 2010.

4. GRANDES PROJECTOS

No texto do programa operacional, em particular no capítulo referente à Disposições de Implementação, no ponto 14- Grandes Projectos, refere-se que do levantamento inicial efectuado durante a preparação da programação destaca-se a aquisição de 2 navios tipo ferrie, para operação inter-ilhas, com custo estimado em cerca de 58 milhões de euros.

Com efeito, durante o período anual abrangido por este relatório, uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos vocacionada para os transportes marítimos preparou uma operação de aquisição dos navios, tendo inclusivamente desenvolvido, em articulação com a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, as tarefas relativas à preparação da candidatura deste “grande projecto”.

Assim, em

- Março de 2008 foi entregue junto da autoridade de certificação uma primeira proposta de candidatura, a qual nas semanas seguintes foi objecto de aperfeiçoamento, melhor definição de alguns aspectos financeiros e económicos desta operação.
- Nos primeiros dias de Maio desse ano, a autoridade de certificação remeteu para a Comissão, via SFC, o formulário e demais documentos de candidatura deste grande projecto.
- Em 6 de Junho o IFDR reenvia o processo de candidatura, incluindo alterações em termos de operação do sistema de transmissão de correspondência SFC.
- Em meados de Agosto a DGREGIO remete um primeiro ofício a solicitar informações e dados complementares.
- Em 19 de Setembro a autoridade de gestão remete ao IFDR a resposta à carta da Comissão, sendo essas informações remetidas via SFC à Comissão ainda nesse mês.
- Em 9 de Dezembro a Comissão remete uma segunda carta em que coloca algumas questões, maioritariamente em jeito de recomendações, em termos de requisitos a observar, em matéria ambiental e outra, na futura operação dos navios.
- Ainda nesse mês, a autoridade de gestão remeteu resposta a essa carta.

À data de elaboração deste relatório de execução anual é conhecido o desfecho desta candidatura, a qual foi objecto de anulação, em resultado do não cumprimento, por parte do navio de maior porte, das condições acordadas no contrato estabelecido com os estaleiros.

As principais razões evocadas para a resolução do contrato relacionam-se maioritariamente com a ultrapassagem dos prazos de entrega e, após teste de mar, o incumprimento da cláusula contratual relativa à velocidade mínima que o navio deveria atingir.

Acresce, finalmente, que o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos apresentou um relatório com um conjunto alargado de reservas e observações à legalização e operacionalidade do navio.

Segundo declarações públicas, não é vontade das autoridades regionais abandonar a estratégia definida para o transporte marítimo inter-ilhas, devendo a prazo lançar novo concurso público internacional para novo navio de transporte de passageiros e viaturas entre as ilhas dos Açores. Porém, atendendo à necessidade de salvaguardar a boa aplicação dos recursos financeiros públicos, regionais e comunitários, a saída para esta situação foi a da anulação da candidatura.

Apesar de se registarem pagamentos de facturação do promotor deste projecto aos estaleiros, a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, nos termos da regulamentação comunitária então aplicável, não procedeu a qualquer pagamento de comparticipação financeira FEDER, seja a título de adiantamento e/ou de reembolso, por não dispor da decisão da Comissão sobre este Grande Projecto, pelo o que não haverá lugar a qualquer processo de restituição de fundos neste processo de anulação da candidatura.

5. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, designadamente as definidas no artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho, tem que assegurar um conjunto de actividades, nomeadamente de preparação, de coordenação, de gestão, de execução, de acompanhamento e controlo, de avaliação, de informação e publicidade do Programa Operacional.

A assistência técnica do Programa tem como objectivo apoiar financeiramente a implementação e o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento e divulgação e ainda a promoção de outras acções conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afectação dos meios financeiros.

A dotação global do FEDER prevista no Eixo VI ascende a 4 milhões de euros, correspondendo a 0,4% do Financiamento Comunitário total do Programa. À data de 31 de Dezembro não se encontravam aprovadas candidaturas neste eixo.

Em 2008 foram despendidas verbas elegíveis à Assistência Técnica, que foram apresentadas em candidatura aprovada em 2009 que abrange o período de 2007 a 2010.

Despesas inerentes ao desenvolvimento do sistema de informação SIPOP, com a realização da 2ª Comissão de Acompanhamento, com a divulgação e publicidade do programa, nomeadamente a grande acção de divulgação e a participação na Feira Ambitec Açores, com as acções de verificação e as acções de formação sobre o novo Código dos Contratos Públicos, aquisição de material informático e software, são as despesas mais representativas que irão constar do primeiro pedido de pagamento no âmbito deste eixo.

Em conformidade com o estipulado na regulamentação comunitária, nacional e regional e no aviso de abertura deste eixo foram ainda contabilizadas as despesas com a remuneração de pessoal contratado exclusivamente para a realização das tarefas de gestão e acompanhamento do PROCONVERGENCIA.

6. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

As acções de divulgação, informação e publicidade descritas neste capítulo dizem respeito às medidas previstas no Plano de Comunicação PROCONVERGENCIA, aprovado pela Comissão Europeia a 30 de Abril de 2008.

O ano de 2008 caracterizou-se pela intensa actividade em torno da comunicação do programa, especialmente no primeiro trimestre do ano, com a realização da grande acção de lançamento do PROCONVERGENCIA, na Região Autónoma dos Açores, e com a entrega, na Comissão Europeia, do Plano de Comunicação e a respectiva estratégia de comunicação a adoptar, nas acções de divulgação e informação, para o período de programação 2007-2013.

O grande desígnio nas acções empreendidas foi disponibilizar o máximo de informação sobre as potencialidades do PROCONVERGENCIA de forma a assegurar maior transparência na aplicação dos fundos na região. A mensagem adoptada pretendia mostrar os objectivos e conteúdos do programa; divulgar as oportunidades disponíveis para a região; explicar como aceder a estas oportunidades; e indicar os vários meios para obter informações. Aos conteúdos de comunicação esteve igualmente associada uma forte identidade gráfica PROCONVERGENCIA, difundida nos suportes de comunicação, com o objectivo de criar visibilidade e notoriedade do programa junto dos seus públicos.

O relatório que a seguir se apresenta baseia-se na estrutura do Regulamento (CE) nº. 1083/2006, tendo-se dispendido em 2008 para a concretização do Plano de Comunicação o montante de 82,7 mil euros.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

OBJECTIVO GERAL 1 - PROMOVER O CONHECIMENTO, A TRANSPARÊNCIA E A CLAREZA DA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

PROMOVER AS ACÇÕES REGULAMENTARES DE LANÇAMENTO E ANUAIS	5.412,35€
MANTER A PRESENÇA CONSTANTE DO PO	23.534,33€
MELHORAR, SIMPLIFICAR, E PROMOVER COMUNICAÇÃO DE PROXIMIDADE	9.035,65€

OBJECTIVO GERAL 2 - POTENCIAR A INTER-ACÇÃO FUNCIONAL E PROMOCIONAL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS E A GESTÃO DO PROCONVERGENCIA

INFORMAR SOBRE AS OPORTUNIDADES E AS REGRAS DE FINANCIAMENTO	40.974,57€
PROMOVER A EFICIÊNCIA, O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS	3.783,87€

TOTAL	82.740,77€

a) O Plano de Comunicação PROCONVERGENCIA e os progressos na sua execução

-> As acções previstas no Plano de Comunicação e as acções realizadas

OBJECTIVO GERAL 1 - PROMOVER O CONHECIMENTO, A TRANSPARÊNCIA E A CLAREZA DA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

PROMOVER AS ACÇÕES REGULAMENTARES DE LANÇAMENTO E ANUAIS	
- Lançamento do programa	REALIZADO
- Hasteamento da bandeira	REALIZADO
MANTER A PRESENÇA CONSTANTE DO PO	
- Conferências de Imprensa	REALIZADO
- Folhetos, brochuras	REALIZADO
- Merchandising	REALIZADO
- Lista projectos aprovados website	REALIZADO
- Publicação de notícias website	REALIZADO
- Compra de espaços nos medias	REALIZADO
- Compra de espaços nas revistas TAP e SATA	REALIZADO
MELHORAR, SIMPLIFICAR, E PROMOVER COMUNICAÇÃO DE PROXIMIDADE	
- Acções educacionais junto da comunicação social	REALIZADO
- Participação em seminários, encontros, feiras temáticas	REALIZADO

OBJECTIVO GERAL 2 - POTENCIAR A INTER-AÇÃO FUNCIONAL E PROMOCIONAL ENTRE OS BENEFICIÁRIOS E A GESTÃO DO PROCONVERGENCIA

INFORMAR SOBRE AS OPORTUNIDADES E AS REGRAS DE FINANCIAMENTO	
- Campanhas de informação temática - sistema incentivos	REALIZADO
- Actualização do website	REALIZADO
- Sistema de informação	REALIZADO
PROMOVER A EFICIÊNCIA, O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS	
- Participação na rede de Comunicação QREN	REALIZADO

-> Os indicadores previstos no Plano de Comunicação e os indicadores realizados no ano 2008

QUANTIFICAÇÃO DOS INDICADORES

	Plano Comunicação	2008
Número de websites	1	1
Número de documentos publicados no website	80/total	47
Número de notícias publicadas no website	12/ano	24
Número visitas website	3 000/ano	18 980
Número de dias de bandeira europeia hasteada	110/ano	10
Número de anúncios na imprensa	30/total	4
Número de comunicados produzidos	12/ano	12
Número de vídeos promocionais	17total	-
Número de acções de divulgação/seminários	87total	1
Número de Comissões de Acompanhamento	1/ano	1
Número de eventos promocionais	1/ano	1
Número de publicações impressas	2/ano	3
Número de placards colocados	120 até 2010	32
Número de redes parcerias estabelecidas	27total	1
Número de estudos de avaliação e monitorização	27total	-
Percentagem de beneficiários registados sistema informação	100%	74 Entidades
Número de artigos promocionais distribuídos	2 0007total	613

b) As medidas de informação e publicidade empreendidas**O PÚBLICO-ALVO E AS ACÇÕES REALIZADAS**

Beneficiários	Sessão Apresentação, Brochura (Encarte jornal e Direct Mail), Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Merchandising.
Potenciais Beneficiários	Sessão Apresentação, Brochura (Encarte Jornal e Direct Mail), Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Merchandising.
Público em Geral	Brochura (Encarte jornal), Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Anúncios imprensa, Participação em feiras, Painéis publicidade projectos, Merchandising.
Meios de comunicação social	Sessão Apresentação, Conferências de Imprensa, Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website.
Autoridades regionais	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Comissão de Acompanhamento.
Autoridades nacionais	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Comissão de Acompanhamento.
Comissão Europeia	Website, Lista projectos aprovados website, Notícias website, Comissão de Acompanhamento.

DIRECT-MAIL BROCHURA PROCONVERGENCIA

Objectivo	Divulgar o guia de acesso ao programa
Público-alvo	Beneficiários e potenciais beneficiários
Data	Dezembro de 2008
Meios	Diário dos Açores e Açoriano Oriental
Indicadores	Envio para 65 entidades registadas no Sistema de Informação e 105 entidades públicas regionais

c) Os meios de comunicação utilizados**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A SUA UTILIZAÇÃO**

Televisão	Notícias
Rádio	Notícias
Imprensa	Anúncios revistas, Notícias jornais e revistas, Encarte jornais
Internet	Notícias website PROCONVERGENCIA, website QREN, portal azores, websites jornais

CONFERÊNCIAS DE IMPRENSA

Objectivo	- Divulgar resultados; - Transparência na aplicação dos fundos.
Público-alvo	Comunicação social
Meio	Portal Açores e Imprensa
Indicadores	4 Notícias no Portal Açores
Foto - Palácio dos Capitães Generais, 5 Junho 2008	

Conferência de Imprensa Portal Açores e Imprensa	 	

PUBLICAÇÃO DE NOTÍCIAS NO WEBSITE

Objectivo	- Informação sobre as potencialidades do programa; - Transparência na aplicação dos fundos; - Mostrar resultados.
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Meio	Website PROCONVERGENCIA
Indicadores	24 Publicações ano

ENCARTE JORNAIS REGIONAIS BROCHURA PROCONVERGENCIA

Objectivo	Divulgar o guia de acesso ao PROCONVERGENCIA
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários e público em geral
Data	17 de Junho de 2008
Meios	Diário dos Açores e Açoriano Oriental
Indicadores	Distribuição de 2 200 exemplares no Diário dos Açores e 4 500 exemplares no Açoriano Oriental

d) Exemplos das medidas de informação e publicidade empreendidas no âmbito da execução do plano de comunicação

BROCHURA

Objectivo	Guia de Acesso ao PROCONVERGENCIA
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral e comunicação social
Indicadores	4 800 Unidades impressas
Brochura	  

ANÚNCIOS IMPRENSA

Objectivo	Dar a conhecer o PROCONVERGENCIA
Público-alvo	Público em geral
Meios	Directório da União Europeia e Revista Perspectiva do Jornal o Público
Dimensão	Directório da EU 1 página e Revista Perspectiva ½ página
Edição	Directório da EU edição 7 e Revista Perspectiva edição Abril 2008
Indicadores	Revista Perspectiva tiragem 70 000 exemplares
Anúncios: Perspectiva/Público Directório da União Europeia	

ANÚNCIOS IMPRENSA | COMPANHIAS AÉREAS

Objectivo	Dar a conhecer o PROCONVERGENCIA a todas as pessoas que visitam os Açores
Público-alvo	Público em geral
Meios	Revista UP da TAP e Revista Spirit da SATA
Dimensão	Revista UP 1 página bilingue e Revista Spirit ½ página bilingue
Edição	Revista UP edição de Março 2008 e Revista Spirit edição Primavera 2008
Indicadores	Revista UP tiragem de 60 000 exemplares e Revista Spirit tiragem de 10 000 exemplares
Anúncios: Spirit SATA UP TAP	

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Objectivo	- Divulgar o PROCONVERGENCIA; - Mostrar resultados.
Público-alvo	Público em geral
Feira	Ambitech Açores - Água, Resíduos, Energia e Ambiente
Local	Portas do Mar - Ponta Delgada
Data	9 a 11 de Julho de 2008
Indicadores	100 brochuras PROCONVERGENCIA distribuídas
Painéis Stand	
Fotos Stand	

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Local	Furnas - São Miguel
Data	17 de Junho de 2008
Suportes de comunicação	5 Painéis, 50 brochuras, 50 kits de merchandising (t-shirt, chapéus, pastas, relógios de mesa e ponteiros laser)
Indicadores	42 presenças
Painéis	
Fotos	
Indicadores Imprensa	- Notícias em 5 jornais regionais (São Miguel, Terceira); - 2 Notícias no portal Açores; - Notícias em todos os noticiários da RDP Açores (17 de Junho de 2008); - Notícias no jornal da noite da RTP Açores (17 de Junho de 2008).
Revista "Saber Açores", nº.104, Julho 2008	

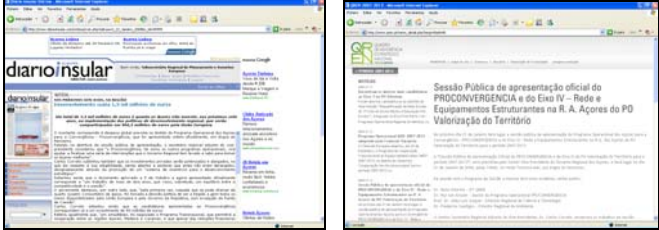


e) Responsabilidade da autoridade de gestão relativamente a medidas de informação e publicidade

A Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA organizou as seguintes acções de informação e publicidade, de forma a dar cumprimento às medidas previstas no plano de comunicação:

-> Sessão pública de apresentação do PROCONVERGENCIA

Objectivo	- Apresentação do PROCONVERGENCIA na Região Autónoma dos Açores; - Divulgação sobre as potencialidades do programa; - Transparência na aplicação dos fundos.
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários e comunicação social
Mensagem	Construir o futuro
Local	Angra do Heroísmo
Data	22 de Janeiro de 2008
Suportes de comunicação	8 Painéis, 100 folhetos, 100 convites, 100 canetas
Indicadores	65 Presenças
Fotos	
Convite	
Folheto	

Painéis Comissão de Acompanhamento	
Indicadores Imprensa	- Notícias em 5 jornais regionais (São Miguel, Terceira e Faial); - Notícias em 6 websites (5 regionais, um nacional); - Notícias em todos os noticiários da RDP Açores (22 de Janeiro de 2008); - Notícias no jornal da noite da RTP Açores (22 de Janeiro de 2008).
Imprensa	
Websites	

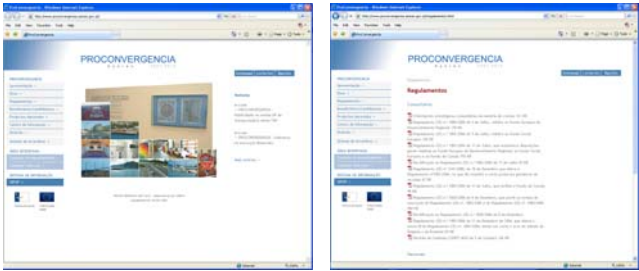
-> Hasteamento da bandeira da União Europeia durante uma semana em frente das instalações da Autoridade de Gestão PROCONVERGENCIA

Indicadores	10 Dias
Fotos	

-> A publicação em formato electrónico, no website PROCONVERGENCIA, da lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes das subvenções públicas a estas atribuídas

Objectivo	Transparência na aplicação dos fundos.
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Meio	Website PROCONVERGENCIA - www.proconvergenca.azores.gov.pt
Indicadores	5 Publicações ano
Datas de publicação	14.04.2008, 03.06.2008, 21.07.2008, 30.09.2008, 16.12.2008

WEBSITE PROCONVERGENCIA

Objectivo	- Disponibilizar toda a informação sobre o programa; - Divulgar resultados; - Mostrar transparência na aplicação dos fundos.
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Indicadores	- 18 980 visitas, com uma média de 52 vistas por dia.
Website PROCONVERGENCIA	

f) Responsabilidade dos beneficiários relativamente às medidas de informação e publicidade destinada ao público

Está disponível no website do PROCONVERGENCIA, na área dos beneficiários, a orientação nº.3 – 2008, sobre informação e publicidade, destinada a todas as entidades responsáveis pela execução de projectos financiados pelo PROCONVERGENCIA. O documento contém instruções sobre a aplicação do regulamento (CE) nº. 1828/2006, da Comissão, de 8 de Dezembro de 2006, que estabelece as disposições gerais no que respeita às acções de informação e divulgação.

A Unidade de Comunicação acompanha a aplicação desta orientação junto dos beneficiários através da check-list – publicidade onde regista os projectos com valor superior a 500 mil euros e a respectiva evidência fotográfica.

PAINEIS DE PUBLICIDADE

Objectivo	- Garantir a aplicação do regulamento 1828/2006 da Comissão; - Transparência na aplicação dos fundos	
Indicadores	De 52 projectos com valor superior a 500 mil euros - 32 Painéis de obras colocados; - 6 Placas comemorativas colocadas.	
Fotos		

g) Redes de intercâmbios de experiências

O PROCONVERGENCIA, através da Unidade de Comunicação, tem participado activamente nas reuniões e actividades desenvolvidas pela Rede de Comunicação do QREN.

Indicadores	- Participação em 4 reuniões da rede; - Membro da equipa do QREN que recolheu fotografias de projectos FINANCIADOS PELA União Europeia na Região Autónoma dos Açores.

h) Organismo intermédio - Sistema de incentivos

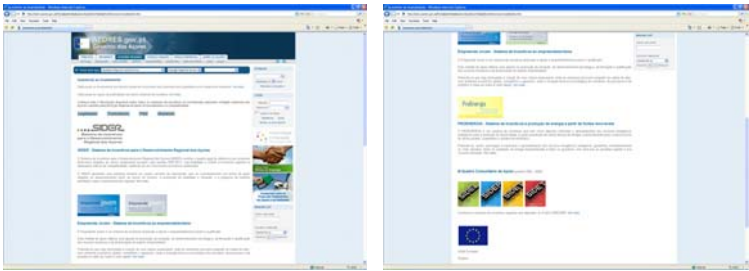
ASSINATURA CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETENCIAS ENTRE A AUTORIDADE DE GESTÃO E A DIRECÇÃO REGIONAL DE APOIO AO INVESTIMENTO E À COMPETITIVIDADE (ex-DRACE)

Data	21.05.2008	
Fotos		

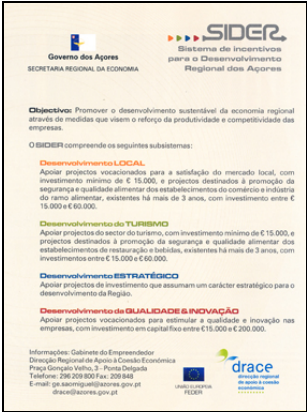
ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO SISTEMA DE INCENTIVOS

31.01.2008	Sessão de divulgação dos novos sistemas de incentivos para o QREN 2007-2013, no Auditório Municipal de Velas, presidida por S. Ex. ^a o Senhor Presidente do Governo
18.02.2008	Apresentação dos Incentivos financeiros ao investimento, no Hotel Royal Garden, durante uma sessão de trabalho com uma comitiva de Massachusetts
06.03.2008	Sessão de divulgação dos sistemas de incentivos, no Hotel Colombo, em Santa Maria
Foto Sessão Santa Maria	
18.03.2008	Sessão de divulgação dos sistemas de incentivos, na Biblioteca Municipal de Santa Cruz da Graciosa
01.04.2008	Apresentação, em 01 de Abril, no Hotel Marina Atlântico, dos sistemas de incentivos ao investimento para o período 2007-2013, numa reunião relativa à International Roting Update, com a Moody's Investor Services
04.06.2008	Intervenção da Directora de Serviços de Incentivos no Seminário de apresentação da Estratégia para a Qualidade nos Açores, na Horta, no qual apresentou os sistemas de incentivos para a qualidade e inovação
05.06.2008	Sessão pública de divulgação dos sistemas de incentivos, Auditório Municipal da Povoação, organizado pela Câmara Municipal da Povoação e CCIPO - Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, na qual o Director Regional efectuou uma apresentação do SIDER
08.10.2008	Apresentação, pelo Director Regional, dos apoios ao investimento e da situação macroeconómica da Região, a uma delegação de autarcas e empresários da Região de La Moselle, França, que decorreu no Solar do Conde

WEBSITE SISTEMA DE INCENTIVOS

Objectivo	- Disponibilizar toda a informação sobre o programa; - Divulgar resultados; - Mostrar transparência na aplicação dos fundos.
Endereço	Portal Açores - www.azores.gov.pt
Público-alvo	Beneficiários, potenciais beneficiários, público em geral, comunicação social e autoridades regionais, nacionais e comunitárias
Website Sistema de incentivos	

ANÚNCIOS IMPRENSA | COMPANHIA AÉREA

Objectivo	Dar a conhecer o PROCONVERGENCIA a todas as pessoas que visitam os Açores
Público-alvo	Público em geral
Meios	Revista Spirit da SATA
Dimensão	Revista Spirit 1 página
Edição	Revista Spirit edição Primavera 2008
Indicadores	Revista Spirit tiragem de 10 000 exemplares
Anúncio Spirit SATA	

FOLHETOS SIDER - TURISMO

Objectivo	Acesso ao SIDER - Turismo
Público-alvo	Beneficiários e potenciais beneficiários
	 The image shows two versions of the 'Folheto SIDER - TURISMO' brochure. The top version is a full-page spread with a green and yellow color scheme. It contains sections for 'Apresentação das candidaturas', 'Análise das candidaturas', 'Legislação aplicável', 'Despesas não elegíveis', 'Promoções', 'Análise', and 'Legislação aplicável'. The bottom version is a smaller, more compact version of the same brochure, also with a green and yellow color scheme, containing similar sections.

Folheto SIDER - TURISMO

FOLHETOS SIDER - ESTRATÉGICO

Objectivo	Acesso ao SIDER - Estratégico
Público-alvo	Beneficiários e potenciais beneficiários
	 The image shows two versions of the 'Folheto SIDER - ESTRATÉGICO' brochure. The top version is a full-page spread with a blue and white color scheme. It contains sections for 'Despesas não elegíveis', 'Apresentação das candidaturas', 'Análise das candidaturas', 'Legislação aplicável', 'Promoções', 'Análise', and 'Legislação aplicável'. The bottom version is a smaller, more compact version of the same brochure, also with a blue and white color scheme, containing similar sections.

Folheto SIDER - ESTRATÉGICO

FOLHETOS SIDER - LOCAL

Objectivo	Acesso ao SIDER - LOCAL
Público-alvo	Beneficiários e potenciais beneficiários
Folheto SIDER - LOCAL	
	

FOLHETOS SIDER - QUALIDADE

Objectivo	Acesso ao SIDER - Qualidade
Público-alvo	Beneficiários e potenciais beneficiários
Folheto SIDER - QUALIDADE	
	

ANEXOS

ANEXO I - FICHA DE PROGRAMA					
Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento 20.11.2007	Concurso	
				Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	Sistema de Incentivos	- Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Local (Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2007/A) - Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo (Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2007/A) - Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico (Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2007/A) - Regulamento do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento da Qualidade e da Inovação (Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2007/A) - Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo (Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A) - PROENERGIA - Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A) - SIRIART - Sistema de Incentivos à Redução do Impacto Ambiental e Renovação das Frotas no Transporte Colectivo Regular de Passageiros (Portaria n.º 21/2000 de 23 de Março)	21 de Novembro de 2007	As candidaturas podem ser apresentadas em contínuo, até à data limite de vigência do Programa.	
	Qualificar o investimento empresarial	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Apoiar a investigação na Região	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a acessibilidade e utilização das TIC	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a eficiência administrativa	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
EP2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	Modernizar a rede de equipamentos escolares	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Valorizar o património cultural	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a rede de equipamentos de animação local	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Modernizar equipamentos de saúde	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
EP3 - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades	Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO

Continuação

ANEXO I - FICHA DE PROGRAMA					
Eixo Prioritário	Área de Intervenção	Regulamentação Específica	Critérios de selecção aprovados em Comissão de Acompanhamento o 20.11.2007	Concurso	
				Aviso de abertura	Prazo de candidatura
EP4 - Valorizar e qualificar o sistema ambiental	Ordenar o território	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
EP5 - Compensar os sobrecustos da ultraperiferidade	Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
	Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO
EP6 - Assistência Técnica do Programa	Implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo, avaliação, divulgação e ainda a promoção de outras acções conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afectação dos meios financeiros	Regulamento do PROCONVERGENCIA e aviso de abertura de candidatura	21 de Novembro de 2007	Dez. 2007	Final do PO

Anexo II - Processo de selecção por Eixo Prioritário (e Área de Intervenção)

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Dotação de Fundo	Processo de Selecção por Concurso e/ou períodos de candidatura										Candidaturas apresentadas		Candidaturas admitidas		Candidaturas aprovadas						Taxa de admissibilidade (admitidas/apresentadas)		Taxa de aprovação bruta (aprovadas/apresentadas)		Taxa de aprovação líquida (aprovadas/admitidas)		Contratos/ termos de aceitação assinados		Taxa de contratação (contratos/aprovadas)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
		Total até 31-12-2008					em aberto a 31-12-2008					Enviados a 31-12-2008																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
		Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo	Nº	Fundo																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							</

ANEXO III - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO / ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Unidade: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)			Execução (EX)			Fundo Comunitário pagto ao Bene- ficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %					
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública		Fundo Comunitário	Taxa de com- pro- misso (AP/PR)	Taxa de execu- ção (EX/PR)	Taxa de reali- zação (EX/AP)	Taxa de paga- men- to (PG/AP)	Taxa de reem- bolso (PG/EX)
Total Programa Operacional	1.190.905.450,00	1.190.905.450,00	966.349.049,00	204.597.318,06	204.597.318,06	204.597.318,06	160.440.920,35	87.455.730,90	87.455.730,90	69.411.770,20	68.362.530,72	16,60%	7,18%	43,26%	42,61%	98,49%
FEDER	1.190.905.450,00	1.190.905.450,00	966.349.049,00	204.597.318,06	204.597.318,06	204.597.318,06	160.440.920,35	87.455.730,90	87.455.730,90	69.411.770,20	68.362.530,72	16,60%	7,18%	43,26%	42,61%	98,49%
EP I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores	405.228.651,00	405.228.651,00	344.444.353,00	12.087.043,84	12.087.043,84	12.087.043,84	10.273.987,26	3.993.355,57	3.993.355,57	3.394.352,25	3.394.352,25	2,98%	0,99%	33,04%	33,04%	100,00%
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial																
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas				8.447.758,00	8.447.758,00	8.447.758,00	7.180.594,30	3.215.449,77	3.215.449,77	2.733.132,31	2.733.132,31					
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região																
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial																
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs																
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa				3.639.285,84	3.639.285,84	3.639.285,84	3.093.392,96	777.905,80	777.905,80	661.219,94	661.219,94					
EP II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana	275.037.039,00	275.037.039,00	233.781.483,00	41.679.548,60	41.679.548,60	41.679.548,60	35.427.616,31	9.458.935,67	9.458.935,67	8.040.095,32	7.823.538,89	15,15%	3,44%	22,69%	22,08%	97,31%
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares				32.437.830,64	32.437.830,64	32.437.830,64	27.572.156,04	5.121.163,56	5.121.163,56	4.352.989,03	4.158.172,52					
OE 2.2 - Valorizar o património cultural				5.704.956,67	5.704.956,67	5.704.956,67	4.849.213,17	2.755.745,19	2.755.745,19	2.342.383,41	2.320.643,49					
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local																
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde																
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social				3.536.761,29	3.536.761,29	3.536.761,29	3.006.247,10	1.582.026,92	1.582.026,92	1.344.722,88	1.344.722,88					

Continuação

ANEXO III - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO / ÁREAS DE INTERVENÇÃO

Unidade: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Programação Financeira 2007-2013 (PR)			Aprovações (AP)				Execução (EX)			Fundo Comunitário Pago ao Beneficiário (PG)	Indicadores financeiros (Fundo) %				
	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Investimento/ Custo total elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		Taxa de compro- misso (AP/PR)	Taxa de execu- ção (EX/PR)	Taxa de realiza- ção (EX/AP)	Taxa de paga- mento (PG/AP)	Taxa de reem- bolso (PG/EX)
EP II - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	201.164.364,00	201.164.364,00	170.989.709,00	94.918.312,67	94.918.312,67	94.918.312,67	80.680.565,77	50.320.745,29	50.320.745,29	42.772.633,50	41.946.585,04	47,18%	25,01%	53,01%	51,99%	98,07%
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra- estruturas rodoviárias e marítimas				94.918.312,67	94.918.312,67	94.918.312,67	80.680.565,77	50.320.745,29	50.320.745,29	42.772.633,50	41.946.585,04					
OE3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas																
EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	173.567.848,00	173.567.848,00	147.532.671,00	17.435.841,48	17.435.841,48	17.435.841,48	14.820.465,27	9.609.548,37	9.609.548,37	8.168.116,13	8.161.481,54	10,05%	5,54%	55,11%	55,07%	99,92%
OE 4.1 - Ordenar o território				58.526,49	58.526,49	58.526,49	49.747,52	52.674,00	52.674,00	44.772,90	44.772,90					
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais				1.166.305,88	1.166.305,88	1.166.305,88	991.360,00	460.972,10	460.972,10	391.826,29	385.191,70					
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental				15.450.257,95	15.450.257,95	15.450.257,95	13.132.719,26	9.095.902,27	9.095.902,27	7.731.516,94	7.731.516,94					
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos				760.751,16	760.751,16	760.751,16	646.638,49									
EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultra-periferidade	131.201.666,00	131.201.666,00	65.600.833,00	38.476.571,47	38.476.571,47	38.476.571,47	19.238.285,74	14.073.146,00	14.073.146,00	7.036.573,00	7.036.573,00	29,33%	10,73%	36,58%	36,58%	100,00%
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago				37.745.636,00	37.745.636,00	37.745.636,00	18.872.818,00	14.073.146,00	14.073.146,00	7.036.573,00	7.036.573,00					
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago				730.935,47	730.935,47	730.935,47	365.467,74	0,00	0,00	0,00	0,00					
EP VI - Assistência técnica	4.705.882,00	4.705.882,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%			

ANEXO IV - PROYECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Unid.: euro

Eixo Prioritário / Área de intervenção	Código	Designação	Tema prioritário		Identificação do beneficiário			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montantes Aprobados										Para Informação		Tipologia FSE ***		
					Co- digo	Designação	Tipologia ***				NIF	Designação	Repatrição indicativa da Contrapartida Nacional												
			Contrapartida Pública Nacional										Financia- mento Privado	Empres- sários BEI	Outros Financia- mentos	Investi- mento/ Custo Total Elegível	Despesa Comu- nitário								
			AL	AR	EP	Outras	22				23	24						25	26	27					
Total do PROCONVERGENCIA	1	2	8	9	10	11	12	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+19+20+21	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27			
EPI - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores								204.597.318,06	204.597.318,06	160.440.920,35	44.156.397,71	0,00	4.264.895,92	35.210.170,87	1.048.385,22	3.632.945,71	0,00				0,00		0,00		
								12.087.043,84	12.087.043,84	10.273.887,26	1.813.056,58	0,00	0,00	801.735,39	0,00	1.011.321,19	0,00				0,00		0,00		
								8.447.758,00	8.447.758,00	7.180.594,30	1.267.163,70	0,00	0,00	600.000,00	0,00	667.163,70	0,00				0,00		0,00		
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000001	SEPROQUAL - Programa de Segurança Alimentar e Promoção da Qualidade, 3ª Edição	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512024235	INOV4 - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	736.832,94	736.832,94	626.308,00	110.524,94					110.524,94									
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000002	Organização das Jornadas Técnicas do Turismo 2008	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512006300	Camara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	78.776,89	78.776,89	66.960,36	11.816,53					11.816,53									
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000003	Ações de Promoção e captação de fluxos turísticos	55	Promoção de recursos naturais	Administração Pública	512069956	Associação Regional de Turismo	213.592,13	213.592,13	181.553,31	32.038,82					32.038,82									
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000004	Missão Empresarial a Cabo Verde	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512021260	Camara do Comércio e Indústria dos Açores	194.355,52	194.355,52	165.202,19	29.153,33					29.153,33									
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000005	Aquisição de equipamentos interactivos	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512006300	Camara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	291.158,70	291.158,70	247.484,90	43.673,80					43.673,80									
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000006	Aperfeiçoamento do Pavilhão do Mar e Organização de Feiras Sectoriais	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512006300	Camara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	1.270.626,30	1.270.626,30	1.080.032,36	190.593,95					190.593,95									
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000008	AMBITECH - Feira de Inovação e Tecnologia em Ambiente, Energia e Planeamento Urbano	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512006300	Camara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	366.055,00	366.055,00	311.146,75	54.908,26					54.908,26									
RAAFDR-01-0280-FEDER-000009	Conferência transatlântica das energias renováveis	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512044040	Camara do Comércio de Angra do Heroísmo	269.627,10	269.627,10	229.183,04	40.444,06					40.444,06										
RAAFDR-01-0280-FEDER-000010	Participação em feiras no exterior e missões empresariais	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512021260	Camara do Comércio e Indústria dos Açores	570.358,33	570.358,33	484.804,58	85.553,75					85.553,75										
RAAFDR-01-0280-FEDER-000011	Requalificação da imagem das empresas açorianas e realização de missões exploratórias	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512044040	Camara do Comércio de Angra do Heroísmo	456.375,09	456.375,09	387.918,83	68.456,27					68.456,27										
RAAFDR-01-0280-FEDER-000012	Promoção e Animação Turística	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	672001012	Direcção Regional de Turismo	4.000.000,00	4.000.000,00	3.400.000,00	600.000,00					600.000,00										
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa								3.639.285,84	3.639.285,84	3.093.392,96	545.892,88				201.735,39	0,00	344.157,49				0,00	0,00	0,00		
								2.294.383,27	2.294.383,27	1.950.225,78	344.157,49					344.157,49									
RAAFDR-01-0626-FEDER-000001	Rede integrada de Apoio ao Cidadão - Modernização e informatização dos Pontos de Atendimento	13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciberescola, ciberadministratio, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	Administração Pública	512105413	Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão - RIAC I.P.	2.294.383,27	2.294.383,27	1.950.225,78	344.157,49						344.157,49									
RAAFDR-01-0626-FEDER-000002	SIGRUARA - Sistema de informação de gestão e administração de recursos humanos para a administração regional dos Açores	13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciberescola, ciberadministratio, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	Administração Pública	672002728	Direcção Regional da Organização e Administração Pública	1.344.902,57	1.344.902,57	1.143.167,18	201.735,39					201.735,39										
EPII - Qualificar e integrar a sociedade açoriana								41.679.548,60	41.679.548,60	35.427.616,31	6.251.932,29	0,00	5.42.063,77	3.453.711,73	0,00	2.256.156,79	0,00								
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares								32.437.830,64	32.437.830,64	27.572.156,04	4.865.674,60	0,00	475.818,67	2.133.689,15	0,00	2.256.156,79	0,00				0,00	0,00	0,00		
RAAFDR-02-0145-FEDER-000001	Grande Reparação da Escola Secundária Domingos Rebelo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	908.688,05	908.688,05	772.384,84	136.303,21					136.303,21										
RAAFDR-02-0145-FEDER-000002	Novas instalações da Escola Profissional de S. Jorge	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512048746	Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge	3.902.664,15	3.902.664,15	3.317.264,53	585.399,62						585.399,62									
RAAFDR-02-0145-FEDER-000003	Elaboração do Projecto de Remodelação e adaptação ao ensino secundário da EPI/S das Vóas	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	195.946,09	195.946,09	166.554,18	29.391,91					29.391,91										
RAAFDR-02-0161-FEDER-000001	Polo da Horta - Novas instalações do departamento de oceanografia e pescas	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512017050	Universidade dos Açores	4.305.638,70	4.305.638,70	3.659.792,90	645.845,80						645.845,80									
RAAFDR-02-0145-FEDER-000004	Construção da Escola da Fome do Bataido	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512044023	Camara Municipal da Praia da Vitória	1.349.920,00	1.349.920,00	1.147.432,00	202.488,00			202.488,00												
RAAFDR-02-0145-FEDER-000005	Escola de formação turística e hoteleira	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512047855	Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional	1.207.642,55	1.207.642,55	1.026.496,17	181.146,38					181.146,38										

ANEXO IV - PROECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Unid.: euro

Eixo Prioritário / Área de intervenção	Código	Designação	Tema prioritário			Identificação do Beneficiário			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Montantes Aprovados							Para informação			Tipologia FSE **		
			Cód- digo	Designação	Tipologia ***	NIF	Designação	Repartição Indicativa da Contrapartida Nacional							Financia- mento Privado	Empres- simos BEI	Outros Financia- mentos	Investi- mento/ Custo Total Elegível	Despesa Comu- nitária	Fundo inicial				
								Contrapartida Pública Nacional																
								Total				OE	AL	AR							EP	Outras		
	1	2	8	9	10	11	12	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+19+20+21	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27		
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000007	Elaboração do Projecto de Requalificação e Adaptação ao ES da EB 1/3 Manuel Azevedo da Cunha	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	136 832,17	136 832,17	116 307,34	20 524,83			20 524,83										
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000008	Requalificação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/5 de Vila Franca do Campo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	11 439 993,58	11 439 993,58	9 723 994,54	1 715 999,04			1 715 999,04										
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000001	Elaboração de projecto técnico para construção da Escola Básica 2,3/1 de Ponta Garça	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	191 383,00	191 383,00	162 675,55	28 707,45			28 707,45										
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000002	Projecto de arquitectura da Escola Básica 2,3 Francisco F. Dinamond	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	144 175,50	144 175,50	122 549,18	21 626,33			21 626,33										
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000003	Construção de edifício para a educação pré-escolar e 1º ciclo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512014771	Camara Municipal de S. Roque do Pico	1 394 194,51	1 394 194,51	1 185 065,33	209 129,18		209 129,18											
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000004	Remodelação do Parque Escolar do Conselho de Agrupamento do Ensino Básico de São Bartolomeu	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512044040	Camara Municipal de Agrupamento do Ensino	428 009,89	428 009,89	363 808,41	64 201,49		64 201,49											
	RAAFDR-02-0161-FEDER-000002	Construção do edifício inter-departamental da Universidade dos Açores no Campus de Agrupamento do Ensino	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512017050	Universidade dos Açores	6 832 742,45	6 832 742,45	5 807 831,08	1 024 911,37						1 024 911,37							
									5 704 956,67	5 704 956,67	4 849 213,17	855 743,50	0,00	66 245,11	789 498,40	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
	RAAFDR-02-0247-FEDER-000001	Projectos Técnicos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Agrupamento do Ensino	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	588 573,59	588 573,59	500 287,55	88 286,04		88 286,04											
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000001	Remodelação do Recolhimento de Sª Bárbara - Edifício extenso do Museu Carlos Machado	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	2 758 571,72	2 758 571,72	2 344 785,96	413 785,76			413 785,76										
RAAFDR-02-0252-FEDER-000002	Ampliação e adaptação da Casa Pimentel Mesquita a Biblioteca Municipal de Santa Cruz das Flores	58	Protecção e preservação do património cultural	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	582 507,60	582 507,60	495 131,46	87 376,14			87 376,14											
RAAFDR-02-0247-FEDER-000002	Projecto de Execução do Centro de Arte Contemporânea dos Açores - Centro de Artes	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	787 609,06	787 609,06	669 467,70	118 141,36			118 141,36											
RAAFDR-02-0252-FEDER-000003	Construção da casa Museu da Feira do Arcano Místico	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	512013241	Camara Municipal da Ribeira Grande	441 634,05	441 634,05	375 388,94	66 245,11		66 245,11												
RAAFDR-02-0252-FEDER-000004	Ampliação do Museu dos Balneiros - Lajes do Pico	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	546 060,65	546 060,65	464 151,55	81 909,10			81 909,10											
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social								3 536 761,29	3 536 761,29	3 006 247,10	530 514,19	0,00	0,00	530 514,19	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	
	RAAFDR-02-0549-FEDER-000001	Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais	79	Obras infraestruturas sociais	Administração Pública	672002523	Direcção Regional Solidariade e Segurança Social	3 536 761,29	3 536 761,29	3 006 247,10	530 514,19			530 514,19										
EP III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades								94 918 312,67	94 918 312,67	80 680 565,77	14 237 746,90	0,00	3 562 523,48	9 650 254,39	1 024 969,04	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas								94 918 312,67	94 918 312,67	80 680 565,77	14 237 746,90	0,00	3 562 523,48	9 650 254,39	1 024 969,04	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	
	RAAFDR-02-0184-FEDER-000001	Reordenamento do trânsito na Avenida Príncipe do Mónaco	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	687 481,33	687 481,33	584 359,13	103 122,20			103 122,20										
	RAAFDR-02-0184-FEDER-000002	Beneficiária da Rua da Esperança em Santa Cruz das Flores e do Ramal para a Fajã Grande	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1 075 288,92	1 075 288,92	913 995,58	161 293,34			161 293,34										
	RAAFDR-02-0185-FEDER-000003	Ampliação do Porto de Pesca de Vila Franca do Campo	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	11 630 452,20	11 630 452,20	9 885 884,37	1 744 567,83			1 744 567,83										
	RAAFDR-02-0185-FEDER-000001	Melhoramento do Porto de Ponta Delgada, Ilha das Flores	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1 774 774,77	1 774 774,77	1 508 558,55	266 216,22			266 216,22										
	RAAFDR-02-0185-FEDER-000004	Beneficiário do Porto de Pesca da Fajã do Ouidor	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1 332 702,19	1 332 702,19	1 132 796,86	199 905,33			199 905,33										
	RAAFDR-02-0185-FEDER-000002	Melhoramento das condições operacionais do Porto de Pesca de São Mateus	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	7 868 672,75	7 868 672,75	6 688 371,84	1 180 300,91			1 180 300,91										

ANEXO IV - PROECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Unid.: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Código	Designação	Tema prioritário		Identificação do Beneficiário			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Repatrição Indicativa da Contrapartida Nacional							Para Informação		Tipologia FSE ***							
					Co- digo	Designação	Tipologia ***				NIF	Designação	Contrapartida Pública Nacional							Financia- mento Privado	Empres- mos BEI	Outros Financia- mentos	Investi- mento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comu- nitário		
													OE	AL	AR	EP	Outras										
			1	2	8	9	10				11	12	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+19+20+21	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000003	Beneficiação da ER 1.1ª no troço entre os Remédios e o Prai da Breinhã	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.294.122,98	1.294.122,98	1.100.004,53	194.118,45			194.118,45													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000004	Beneficiação da ER 7.2ª no Livramento e da ER 1.1ª no interior dos Feneis da Luz	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.325.185,07	1.325.185,07	1.126.407,31	198.777,76			198.777,76													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000005	Consolidação de verbenes e reabilitação do acesso à Fajã das Almas	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512075506	CM Vales	1.516.944,53	1.516.944,53	1.289.402,85	227.541,68			227.541,68													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000006	Concepção, projecto e construção do prolongamento da Av. Marginal de Ponta Delgada - 2ª Fase	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512012814	CM Ponta Delgada	5.967.879,28	5.967.879,28	5.072.697,39	895.181,89			895.181,89													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000007	Requalificação da Via dos Valados - Arrifes	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512013241	CM Ribeira Grande	1.864.493,03	1.864.493,03	1.584.819,08	279.673,95			279.673,95													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000009	Execução do Passeio Atlântico - 1ª Fase	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512013241	CM Ribeira Grande	1.885.812,07	1.885.812,07	1.602.940,26	282.871,81			282.871,81													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000010	Remodelação da Via Vilhinho Nemésio	20	Auto-estradas	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	20.296.141,62	20.296.141,62	17.251.720,38	3.044.421,24			3.044.421,24													
	RAAFDR-03-01B5-FEDER-000005	Ampliação do Cais Comercial do Porto da Praia na Ilha Graciosa	30	Portos	Administração Pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, SA	4.140.715,93	4.140.715,93	3.519.608,54	621.107,39				621.107,39												
	RAAFDR-03-01B5-FEDER-000006	Ampliação do Parque de Contentores e Construção da nova Via de Acesso ao porto de Vales, Ilha de S. Jorge	30	Portos	Administração Pública	512077703	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, SA	2.188.098,00	2.188.098,00	1.869.883,30	328.214,70				328.214,70												
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000012	Reabilitação da E. R. nº 2 - 2ª - Acesso à Vila do Topo, incluindo o Caminho Velho	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	448.362,00	448.362,00	381.107,70	67.254,30				67.254,30												
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000013	Reaparelhamento de arruamentos em cinco freguesias do concelho das Lajes do Pico e construção de um parque de estacionamento	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512074143	CM Lajes do Pico	1.153.229,92	1.153.229,92	980.245,43	172.984,49				172.984,49												
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000015	Correcção e Beneficiação do Caminho do Alameiro de Nossa Senhora da Graça	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512074410	CM Lagoa	499.995,24	499.995,24	424.995,95	74.999,29			74.999,29													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000016	Consolidação das verbenes e reabilitação de acesso à Fajã de São João	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512074089	CM Calheta	1.991.780,20	1.991.780,20	1.693.013,17	298.767,03			298.767,03													
	RAAFDR-03-01B5-FEDER-000007	Fornecimento e instalação de Postos de Abastecimento Flutuantes do Porto da Praia, Ilha Graciosa	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	509.613,85	509.613,85	433.171,77	76.442,08				76.442,08												
	RAAFDR-03-01B5-FEDER-000008	Construção dos Edifícios de Armazéns de Apreços do Porto da Praia, Ilha Graciosa	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	581.910,99	581.910,99	494.624,34	87.286,65				87.286,65												
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000017	Beneficiação da E. R. 3.1ª entre a Franchina e o Grão, Ilha de São Miguel	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.779.050,00	1.779.050,00	1.512.192,50	266.857,50				266.857,50												
	RAAFDR-03-01B5-FEDER-000009	Execução da pavimentação, infra-estrutura e assinalamento marítimo no sector de pescas do porto da praia na Ilha Graciosa	30	Portos	Administração Pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, SA	504.313,02	504.313,02	428.666,07	75.646,95					75.646,95											
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000018	Beneficiação do Ramal de Acesso ao Porto da Caloura e da ER 5-2ª, no Troço entre os Remédios e a Barrosa, Lagoa- São Miguel	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.118.201,35	1.118.201,35	950.471,15	167.730,20				167.730,20												
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000019	Requalificação e pavimentação do centro urbano da Praia da Vitória	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512044023	CM Praia da Vitória	1.982.711,93	1.982.711,93	1.685.305,14	297.406,79			297.406,79													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000020	Beneficiação de um troço da ER 1.1ª, entre os Carreiros e o Ramal para os Mosteiros	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.126.023,10	1.126.023,10	957.119,64	168.903,46				168.903,46												
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000023	Pavimentação de arruamentos municipais nas freguesias do concelho da Madalena	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512070946	CM Madalena	1.807.467,36	1.807.467,36	1.536.347,26	271.120,10			271.120,10													
	RAAFDR-03-01B4-FEDER-000021	Beneficiação do Ramal de Acesso ao Porto da Ribeirinha	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001065	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	732.021,50	732.021,50	622.218,28	109.803,22				109.803,22												

ANEXO IV - PROECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Unid.: euro

Eixo Prioritário / Área de intervenção	Código	Designação	Tema prioritário			Identificação do Beneficiário		Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Repartição indicativa da Contrapartida Nacional							Para Informação				Tipologia FSE ***				
			Cód- ígo	Designação	Tipologia as	NIF	Designação				Contrapartida Pública Nacional							Financia- mento Privado	Empres- timos BEI		Outros Financia- mentos	Investi- mento/ Custo Total Elegível	Despesa Comu- nitário	Fundo		
											OE	AL	AR	EP	Outras	Total	OE		AL	AR					EP	Outras
	1	2	8	9	10	11	12	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+19+20+21	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27				
EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental	RAAFDR-03-0184-FEDER-000022	Reabilitação de 5,1 Km de Estradas Regionais na Ilha Grande	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.712.583,50	1.712.583,50	1.455.695,98	256.887,52			256.887,52												
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000024	Reabilitação do troço da Estrada Regional 1, 2ª entre a Ribeira do Almeida e o Cruzamento da Beira	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	546.680,11	546.680,11	464.678,09	82.002,02			82.002,02												
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000025	Beneficiação de diversos arranjos do conceito de Angra e reabilitação da via do troço na freguesia de S Sebastião	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512044040	CM Angra do Heroísmo	1.763.447,67	1.763.447,67	1.498.930,52	264.517,15		264.517,15													
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000026	Reabilitação do troço da Estrada Regional 3, 1ª entre a Vínha Brava e Pico Gordo, incluindo o ramal de ligação aos Biscotes	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.151.997,39	1.151.997,39	979.197,78	172.799,62			172.799,62												
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000027	Beneficiação da ER 1, 1ª entre a zona dos Barreiros e a recta dos Fendais da Ajuda	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.284.080,00	1.284.080,00	1.091.468,00	192.612,00			192.612,00												
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000028	Construção de um troço variante à ER-6, 2ª entre a via circular de AH e a rounda da escola Tomás Borba, S Carlos	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.696.149,90	1.696.149,90	1.441.727,42	254.422,49			254.422,49												
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000030	Reabilitação da rede viária do conceito da Horta	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512073821	CM Horta	3.316.395,28	3.316.395,28	2.818.935,99	497.459,30		497.459,30													
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000029	Reabilitação das Estradas Regionais na Ilha das Flores	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	4.363.533,69	4.363.533,69	3.709.003,64	654.530,06			654.530,06												
	EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental								17.435.841,48	17.435.841,48	14.820.465,27	2.615.376,21	0,00	160.308,67	2.431.651,36	23.416,18	0,00	0,00	0,00							
	OE 4.1 - Ordenar o território								58.526,49	58.526,49	49.747,52	8.778,97	0,00	8.778,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00							
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	RAAFDR-04-0187-FEDER-000001	Elaboração de Estudo de Reordenamento do Centro Urbano da Vila do Nordeste	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e gestão dos riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	512042859	CM Nordeste	58.526,49	58.526,49	49.747,52	8.778,97		8.778,97													
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000001	Construção de duas células de armazenamento de água no Reservatório do Pico Vermeiro	45	Gestão e distribuição de água (podave)	Administração Pública	512013241	CM Ribeira Grande	412.560,26	412.560,26	350.676,22	61.884,04		61.884,04													
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000002	Instalação de sistema de tratamento e desinfeção de reservatórios e instalação de energia hidroelétrica nos reservatórios	46	Tratamento de água (aguas residuais)	Administração Pública	512088357	Nordeste Activo - E. M.	156.107,88	156.107,88	132.691,70	23.416,18															
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000003	Construção de Cordões Aluviais, rede de distribuição de água e construção civil do Furo do Arlie	45	Gestão e distribuição de água (podave)	Administração Pública	672002426	CM Lajes do Pico	597.637,74	597.637,74	507.992,08	89.645,66		89.645,66													
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental								15.450.257,95	15.450.257,95	13.132.719,26	2.317.538,69	0,00	0,00	2.317.538,69	0,00	0,00	0,00	0,00								
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000002	Ampliação e remodelação do Jardim Botânico do Paial	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	658.766,37	658.766,37	559.951,41	98.814,96			98.814,96												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000001	Recuperação do Jardim de Santana (zona Sul) e Rede Exterior de muros do Palácio de Santana	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.591.886,31	1.591.886,31	1.353.103,36	238.782,95			238.782,95												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000003	Requalificação ambiental das margens da Ribeira da Conceição	54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	765.681,59	765.681,59	650.829,35	114.852,24			114.852,24												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000004	Requalificação do Farol dos Capelinhos Centro de interpretação	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	3.824.650,80	3.824.650,80	3.250.953,18	573.697,62			573.697,62												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000005	Centros de interpretação da Ilha do Pico	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.454.795,10	1.454.795,10	1.236.575,84	218.219,26			218.219,26												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000006	Audito Virtual de interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Monte da Guia	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	456.950,41	456.950,41	388.407,85	68.542,56			68.542,56												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000007	Protecção e reforço do muro da estrada marginal da Fajã de São João	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e gestão dos riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.683.600,00	1.683.600,00	1.431.060,00	252.540,00			252.540,00												

ANEXO IV - PROJECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Unid.: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Código	Designação	Tema prioritário			Identificação do Beneficiário			Montantes Aprovados													Para Informação		Tipologia FSE ***		
			Cód- digo	Designação	Tipologia ***	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Repartição indicativa da Contrapartida Nacional							Financia- mento Privado	Empres- sários BEI	Outros Financia- mentos	Investi- mento/ Custo Total Elegível	Despesa Comu- nitário	Fundo			
											Total	OE	AL	AR	EP	Outras										
	1	2	8	9	10	11	12	13=14+22	14=15+16	15	16=17+18+19+20+21	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27				
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000008	Construção do Centro de Apoio aos visitantes da Fuma do Enxofre da Ilha da Graciosa	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	737.313,42	737.313,42	626.716,41	110.597,01			110.597,01												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000009	Rede Regional de Ecotecas	51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.484.730,59	1.484.730,59	1.262.021,00	222.709,59			222.709,59												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000010	Intervenção integrada na ribeira Santiago a jusante da praça municipal e consolidação da vertente ao longo da rua dos Berreros	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.480.643,17	1.480.643,17	1.258.546,69	222.096,48			222.096,48												
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000011	Intervenção integrada e requalificação ambiental do leito e das margens da ribeira da Ribeirinha	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.311.240,19	1.311.240,19	1.114.554,16	196.686,03			196.686,03												
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos								760.751,16	760.751,16	646.638,49	114.112,67	0,00	0,00	114.112,67	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00			
	RAAFDR-04-0435-FEDER-000001	Aquisição de viaturas e equipamentos para os corpos de bombeiros	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	512028273	Serviço Regional Protecção Civil e Bombeiros Voluntários dos Açores	760.751,16	760.751,16	646.638,49	114.112,67			114.112,67												
EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultra-perifericidade								38.476.571,47	38.476.571,47	19.238.285,74	19.238.285,73	0,00	0,00	18.872.818,00	0,00	365.467,73	0,00				0,00	0,00	0,00			
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago								37.745.636,00	37.745.636,00	18.872.818,00	18.872.818,00	0,00	0,00	18.872.818,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00			
	RAAFDR-05-0188-FEDER-000002	Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte inter-ilhas (2007-2009)	82	Compensação de eventuais sobrecustos do edifício de acessibilidades e fragmentação do território	Administração Pública	672001012	Direcção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos	37.745.636,00	37.745.636,00	18.872.818,00	18.872.818,00			18.872.818,00												
OE 5.2 - Compensar os Sobrecustos da Ultra-perifericidade								730.935,47	730.935,47	365.467,74	365.467,73	0,00	0,00	0,00	0,00	365.467,73	0,00				0,00	0,00	0,00			
	RAAFDR-05-0272-FEDER-000001	Construção do parque de estacionamento da aerogate do aeródromo da Ilha de S. Jorge	83	Ações específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	Administração Pública	512087954	SATA - Gestão de Aeródromos, SA	730.935,47	730.935,47	365.467,74	365.467,73					365.467,73										
EP VI - Assistência Técnica	EP6 - Assistência Técnica							0,00	0,00	0,00	0,00															

* "Cód SIQREN Tipo de Operação" = Público: Público GP; Público GR; AE; AE GP; Eng. Financeira
** Aprobado / Concluído
*** "Cód SIQREN Tipologia de Entidades (Privadas) e Tipologia de Entidades (Administração Pública)"
**** Identificar montantes financeiros aprovados da parcela do projecto de Tipologia FSE quando aplicável
***** Quando aplicável

ANEXO IV - PROECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

										Montantes Executados							Montante Pago ao Beneficiário											
Eixo Prioritário / Área de intervenção		Código	Designação	Tipo*	Estado**	Localização			Tema prioritário		Identificação do Beneficiário			Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tipologia FSE ***			Fundo Comunitário	Fundo Comunitário							
						NUT II	NUT III	Concelho	Co- dígio	Designação	Tipologia**	NIF	Designação				Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário									
Total do PROCONVERGENCIA										1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	28	29	30	31	32	33	34
EPI - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores																						87.455.730,90	87.455.730,90	69.411.770,20	0,00	0,00	0,00	68.362.530,72
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas																						3.993.355,57	3.993.355,57	3.394.352,25	0,00	0,00	0,00	3.394.352,25
																				3.215.449,77	3.215.449,77	2.733.132,31	0,00	0,00	0,00	2.733.132,31		
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000001	SEPROQUAL - Programa de Segurança Alimentar e Promoção da Qualidade, 3ª Edição	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512020225	INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores	174.055,42	174.055,42	147.947,11											147.947,11		
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000002	Organização das Jornadas Técnicas do Turismo 2008	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	61.145,20	61.145,20	51.973,42										51.973,42			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000003	Ações de Promoção e captação de fluxos turísticos	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	55	Promoção de recursos naturais	Administração Pública	512069956	Associação Regional de Turismo	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000004	Missão Empresarial a Cabo Verde	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512021260	Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000005	Aquisição de equipamentos interactivos	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	157.669,40	157.669,40	134.018,99										134.018,99			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000006	Apreçamento do Pavilhão do Mar e Organização de Feiras Sectoriais	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000008	AMBITECH - Feira de inovação e tecnologia em Ambiente, Energia e Planeamento Urbano	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512006300	Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada	249.154,75	249.154,75	211.781,54										211.781,54			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000009	Conferência transatlântica das energias renováveis	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512040400	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000010	Participação em feiras no exterior e missões empresariais	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512021260	Câmara do Comércio e Indústria dos Açores	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-01-0280-FEDER-000011	Requalificação da imagem das empresas açorianas e realização de missões explorativas	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	9	Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	Administração Pública	512040400	Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo	0,00	0,00	0,00										0,00			
RAAFDR-01-0280-FEDER-000012	Promoção e Animação Turística	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	57	Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	Administração Pública	672001012	Direcção Regional de Turismo	2.573.425,00	2.573.425,00	2.187.411,25											2.187.411,25			
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa																				777.905,80	777.905,80	661.219,94	0,00	0,00	0,00	661.219,94		
	RAAFDR-01-0626-FEDER-000001	Rede integrada de Apoio ao Cidadão - Modernização e informatização dos Pontos de Atendimento	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	Administração Pública	512106413	Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão - RIAC - I.P.	777.905,80	777.905,80	661.219,94										661.219,94			
	RAAFDR-01-0626-FEDER-000002	SIGRHARA - Sistema de informação de gestão e administração de recursos humanos para a administração regional dos Açores	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Todos da Região Autónoma dos Açores	13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber saúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciber-inclusão, etc.)	Administração Pública	672002728	Direcção Regional da Organização e Administração Pública	0,00	0,00	0,00										0,00			
																				9.458.935,67	9.458.935,67	8.040.095,32	0,00	0,00	0,00	7.823.538,89		
																					5.121.163,56	5.121.163,56	4.352.989,03	0,00	0,00	0,00	4.158.172,52	
EPI II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana																												
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares																												
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000001	Grande Reparação da Escola Secundária Domingos Rebelo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	897.888,05	897.888,05	763.204,84											733.765,60		
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000002	Novas instalações da Escola Profissional de S. Jorge	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Velas	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512048746	Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge	3.902.092,43	3.902.092,43	3.316.778,57										3.151.401,30			
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000003	Elaboração do Projecto de Remodelação e Adaptação ao ensino secundário da EBIS das Velas	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Velas	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	175.840,33	175.840,33	149.464,28										149.464,28			
	RAAFDR-02-0161-FEDER-000001	Polo da Horta - Novas instalações do departamento de oceanografia e pescas	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Horta	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512017050	Universidade dos Açores	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000004	Construção da Escola da Fonte do Bastardo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Praia da Vitória	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512044023	Câmara Municipal da Praia da Vitória	0,00	0,00	0,00										0,00			
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000005	Escola de formação turística e hoteleira	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512047855	Direcção Regional do Trabalho e Qualificação Profissional	0,00	0,00	0,00										0,00			

Und.: euro

ANEXO IV - PROECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Unid.: euro

Eixo Prioritário / Área de intervenção	Código	Designação	Tipo*	Estado**	Localização			Tema prioritário		Identificação do Beneficiário			Montantes Executados							Montante Pago ao Beneficiário
					NUT II	NUT III	Concelho	Co-diço	Designação	Tipologia***	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tipologia FSE ***				
																Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	28	29	30	31	32	33	34	
OE 2.2 - Valorizar o património cultural	RAAFDR-02-0145-FEDER-000007	Elaboração do Projecto de Requalificação e Adaptação ao ES da EB 1/5 Manuel Azevedo da Cunha	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Caleira	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	0,00	0,00	0,00				0,00	
	RAAFDR-02-0145-FEDER-000008	Requalificação e Adaptação ao Ensino Secundário da EB 2,3/5 de Vila Franca do Campo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Via Franca do Campo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	0,00	0,00	0,00				0,00	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000001	Elaboração de projecto técnico para construção da Escola Básica 2,3/1 de Ponta Garça	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Via Franca do Campo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	0,00	0,00	0,00				0,00	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000002	Projecto de arquitectura da Escola Básica 2,3 Francisco F. Drumond	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	672002515	Direcção Regional da Educação	0,00	0,00	0,00				0,00	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000003	Construção de edifício para a educação pré-escolar e 1º ciclo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512014771	Camara Municipal de S. Roque do Pico	0,00	0,00	0,00				0,00	
	RAAFDR-02-0144-FEDER-000004	Remodelação do Parque Escolar do Concelho de Angra do Heroísmo - Escola Infante D. Henrique e Escola Básica de São Baldoineu	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512044040	Camara Municipal de Angra do Heroísmo	145.342,75	145.342,75	123.541,34				123.541,34	
	RAAFDR-02-0161-FEDER-000002	Construção do edifício inter-departamental da Universidade dos Açores no Campus de Angra do Heroísmo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	75	Infra-estruturas de ensino	Administração Pública	512017050	Universidade dos Açores	0,00	0,00	0,00				0,00	
														2.755.745,19	2.755.745,19	2.342.393,41	0,00	0,00	0,00	2.320.643,49
	RAAFDR-02-0247-FEDER-000001	Projectos Técnicos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	522.622,16	522.622,16	444.228,84				444.228,84	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000001	Remodelação do Recolhimento de Stª Bárbara - Edifício extenso do Museu Carlos Machado	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	883.005,36	883.005,36	750.554,56				750.554,56	
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	RAAFDR-02-0252-FEDER-000002	Ampliação e adaptação da Casa Pimentel Mesquita e Biblioteca Municipal de Santa Cruz das Flores	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz das Flores	58	Protecção e preservação do património cultural	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	578.958,61	578.958,61	492.114,82				470.374,89	
	RAAFDR-02-0247-FEDER-000002	Projecto de Execução do Centro de Arte Contemporâneas dos Açores - Centro de Artes	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ribeira Grande	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	263.516,18	263.516,18	223.988,75				223.988,75	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000003	Construção da casa Museu da Freira do Arcano Místico	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ribeira Grande	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	512013241	Camara Municipal da Ribeira Grande	0,00	0,00	0,00				0,00	
	RAAFDR-02-0252-FEDER-000004	Ampliação do Museu dos Baleeiros - Lajes do Pico	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lajes do Pico	59	Desenvolvimento de infraestruturas culturais	Administração Pública	672002744	Direcção Regional da Cultura	507.642,88	507.642,88	431.496,45				431.496,45	
													1.582.026,92	1.582.026,92	1.344.722,88	0,00	0,00	0,00	1.344.722,88	
	RAAFDR-02-0549-FEDER-000001	Construção de Edifício para Centro de Actividades Ocupacionais	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lajes do Pico	79	Outras infraestruturas sociais	Administração Pública	672002523	Direcção Regional Solidariedade e Segurança Social	1.582.026,92	1.582.026,92	1.344.722,88				1.344.722,88	
													50.320.745,29	50.320.745,29	42.772.633,50	0,00	0,00	0,00	41.946.585,04	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000001	Reordenamento do trânsito na Avenida Príncipe do Mónaco	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	687.481,33	687.481,33	584.359,13				555.141,17	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000002	Beneficiação da Rua da Esperança em Santa Cruz das Flores e do Ramal para a Faia Grande	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz das Flores	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.004.583,78	1.004.583,78	853.896,21				853.896,21	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000003	Ampliação do Porto de Pesca de Vila Franca do Campo	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Vila Franca do Campo	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	8.808.882,82	8.808.882,82	7.487.550,40				7.487.550,40	
EP II - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades	RAAFDR-03-0185-FEDER-000001	Melhoramento do Porto de Ponta Delgada, Ilha das Flores	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz das Flores	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1.641.864,11	1.641.864,11	1.395.584,50				1.395.584,50	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000004	Beneficiação do Porto de Pesca da Faia do Ovidir	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Caleira	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	1.003.580,84	1.003.580,84	853.043,72				853.043,72	
	RAAFDR-03-0185-FEDER-000002	Melhoramento das condições operacionais do Porto de Pesca de São Mateus	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	5.877.073,74	5.877.073,74	4.995.512,68				4.995.512,68	

ANEXO IV - PROJETOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Código	Designação	Tipo*	Estado**	Localização			Tema prioritário		Identificação do Beneficiário			Montantes Executados						Montante Pago ao Beneficiário
													Montantes Executados						
					NUT II	NUT III	Concelho	Cód-ígio	Designação	Tipologia***	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tipologia FSE ***			
																Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	28	29	30	31	32	33	34
RAAFDR-03-0184-FEDER-000003		Beneficiação da ER 1-1ª no troço entre os Remédios e o Pilar da Bietriana	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.177.605,62	1.177.605,62	1.000.964,77				1.000.964,77
RAAFDR-03-0184-FEDER-000004		Beneficiação da ER 7-2ª no Lameiro e da ER 1-1ª no interior dos Feirais da Luz	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.324.438,87	1.324.438,87	1.125.773,04				1.070.086,94
RAAFDR-03-0184-FEDER-000005		Consolidação de verbenas e reabilitação do acesso a Fajã das Aímas	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Velas	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512075506	CM Velas	0,00	0,00	0,00				0,00
RAAFDR-03-0184-FEDER-000006		Conceção, projecto e construção do prolongamento da Av. Marginal de Ponta Delgada - 2.ª Fase	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512012814	CM Ponta Delgada	4.628.158,58	4.628.158,58	3.933.934,79				2.343.836,01
RAAFDR-03-0184-FEDER-000007		Requalificação da Via dos Valados - Aímes	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512012814	CM Ponta Delgada	1.843.987,08	1.843.987,08	1.567.389,02				1.505.578,12
RAAFDR-03-0184-FEDER-000009		Execução do Passeio Atlântico - 1.ª Fase	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ribeira Grande	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512013241	CM Ribeira Grande	622.088,63	622.088,63	528.775,34				528.775,34
RAAFDR-03-0184-FEDER-000010		Remodelação da Via Vitorino Nemésio	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ágria do VitorinoPraia da Vitória	20	Auto-estradas	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	5.777.975,58	5.777.975,58	4.911.279,24				4.911.279,24
RAAFDR-03-0185-FEDER-000005		Ampliação do Cais Comercial do Porto da Praia na Ilha Graciosa	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz da Graciosa	30	Portos	Administração Pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, SA	3.129.042,04	3.129.042,04	2.659.685,73				2.659.685,73
RAAFDR-03-0185-FEDER-000006		Ampliação do Parque de Contentores e Construção da nova Via de Acesso ao porto de Velas, Ilha de S. Jorge	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Velas	30	Portos	Administração Pública	512077703	Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, SA	2.048.149,22	2.048.149,22	1.740.926,84				1.740.926,84
RAAFDR-03-0184-FEDER-000012		Reabilitação da E. R. n.º 2 - 2.ª - Acesso à Vila do Topo, incluindo o Caminho Velho	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Calheta	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	446.885,47	446.885,47	379.852,65				362.052,32
RAAFDR-03-0184-FEDER-000013		Reavimentação de arruamentos em cinco freguesias do concelho das Lajes do Pico e construção de um parque de estacionamento	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lajes do Pico	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512077413	CM Lajes do Pico	1.041.066,14	1.041.066,14	884.906,22				884.906,22
RAAFDR-03-0184-FEDER-000015		Correcção e Beneficiação do Caminho do Aldeamento de Nossa Senhora da Graça	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lagoa	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512077410	CM Lagoa	209.602,95	209.602,95	178.162,51				178.162,51
RAAFDR-03-0184-FEDER-000016		Consolidação das verbenas e reabilitação de acesso à Fajã de São João	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Calheta	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512077409	CM Calheta	730.333,12	730.333,12	620.783,15				1.040.783,15
RAAFDR-03-0185-FEDER-000007		Fornecimento e instalação de Postos de Acossagem Flutuantes do Porto da Praia, Ilha Graciosa	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Sia Cruz Graciosa	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	475.759,40	475.759,40	404.395,49				404.395,49
RAAFDR-03-0185-FEDER-000008		Construção dos Edifícios de Armazéns de Açúcares do Porto da Praia, Ilha Graciosa	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Sia Cruz Graciosa	30	Portos	Administração Pública	672002388	Direcção Regional das Pescas	211.783,18	211.783,18	180.015,70				180.015,70
RAAFDR-03-0184-FEDER-000017		Beneficiação da E. R. 3-1ª entre a Planchinha e o Grilo, Ilha de São Miguel	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.450.467,48	1.450.467,48	1.232.897,36				1.232.897,36
RAAFDR-03-0185-FEDER-000009		Execução da pavimentação, infra-estrutura e assinalamento marítimo no sector de pescas do porto da praia na Ilha Graciosa	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Santa Cruz da Graciosa	30	Portos	Administração Pública	512077681	Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, SA	0,00	0,00	0,00				0,00
RAAFDR-03-0184-FEDER-000018		Beneficiação do Ramal de Acesso ao Porto da Caloura e da ER 5-2ª, no Troço entre os Remédios e a Barrosa, Lagoa São Miguel	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lagoa	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	450.074,72	450.074,72	382.563,51				282.563,51
RAAFDR-03-0184-FEDER-000019		Requalificação e pavimentação do centro urbano da Praia da Vitória	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Praia da Vitória	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512004023	CM Praia da Vitória	300.378,99	300.378,99	255.322,14				255.322,14
RAAFDR-03-0184-FEDER-000020		Beneficiação de um troço da ER 1.1.1ª, entre os Gineiros e o Ramal para os Mosteiros	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	1.003.033,56	1.003.033,56	852.578,53				852.578,53
RAAFDR-03-0184-FEDER-000023		Pavimentação de arruamentos municipais nas freguesias do concelho da Madalena	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Madalena	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512070946	CM Madalena	71.875,00	71.875,00	61.093,75				61.093,75
RAAFDR-03-0184-FEDER-000021		Beneficiação do Ramal de Acesso ao Porto da Ribeirinha	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ribeira Grande	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	641.531,34	641.531,34	545.301,64				545.301,64

Unid. : euro

ANEXO IV - PROECTOS APROVADOS POR EIXO PRIORITÁRIO E ÁREA DE INTERVENÇÃO

Eixo Prioritário / Área de Intervenção		Código	Designação	Tipo*	Estado**	Localização			Tema prioritário		Identificação do Beneficiário			Montantes Executados						Montante Pago ao Beneficiário
						NUT II	NUT III	Concelho	Co-dípo	Designação	Tipologia***	NIF	Designação	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Tipologia FSE ****			
																	Investimento/ Custo Total Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	28	29	30	31	32	33	34	
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000022	Realização de 5,1 km de Estradas Regionais na Ilha Graciosa	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	São Cruz Graciosa	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	846.524,36	846.524,36	719.545,71					719.545,70
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000024	Realização do troço da Estrada Regional 1, 2ª entre a Ribeira do Almeida e o Cruzamento da Beira	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Velas	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	512.187,26	512.187,26	435.359,17					435.359,17
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000025	Beneficiação de diversos arranjos do concelho de Angra e realização da via do ferro na freguesia de S. Sebastião	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512044040	CM Angra do Heroísmo	0,00	0,00	0,00					608.565,60
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000026	Realização do troço da Estrada Regional 3, 1ª entre a Vinha Brava e Pico Gordo, incluindo o ramal de ligação aos Biscotes	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	517.807,34	517.807,34	440.136,24					440.136,24
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000027	Beneficiação da ER 1, 1ª entre a zona dos Barreiros e a recta dos Ferrais da Ajuda	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	973.043,20	973.043,20	827.086,72					827.086,72
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000028	Construção de um troço variante à ER 6, 2ª entre a via circular de AA e a rotunda da escola Tomás Borna, S. Carlos	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Angra do Heroísmo	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	162.932,49	162.932,49	138.492,62					138.492,62
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000030	Realização da rede viária do concelho da Horta	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Horta	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	512073821	CM Horta	0,00	0,00	0,00					0,00
	RAAFDR-03-0184-FEDER-000029	Realização das Estradas Regionais na Ilha das Flores	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	São Cruz das Flores e Lajes	23	Estradas Regionais e Locais	Administração Pública	672001055	Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	700.547,06	700.547,06	595.465,00					595.465,00
	EPV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental													9.609.548,37	9.609.548,37	8.168.116,13	0,00	0,00		8.161.481,54
														52.674,00	52.674,00	44.772,90	0,00	0,00		44.772,90
OE 4.1 - Ordenar o território																				
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	RAAFDR-04-0187-FEDER-000001	Elaboração de Estudo de Reordenamento do Centro Urbano da Via do Nordeste	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Nordeste	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	512042559	CM Nordeste	52.674,00	52.674,00	44.772,90					44.772,90
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000001	Construção de duas células de armazenamento de água no Reservatório do Pico Vermelho	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ribeira Grande	45	Gestão e distribuição de água (potável)	Administração Pública	512013241	CM Ribeira Grande	304.864,22	304.864,22	259.134,59					259.134,59
	RAAFDR-04-0246-FEDER-000002	Instalação de sistema de tratamento e desinfeção de reservatórios e instalação de energia fotovoltaica nos reservatórios	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Nordeste	46	Tratamento de água (águas residuais)	Administração Pública	512088357	Nordeste Activo - E.M.	156.107,88	156.107,88	132.691,70					126.057,11
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental	RAAFDR-04-0246-FEDER-000003	Construção de Condutas Adutoras, rede de distribuição de água e construção civil do Furo do Arife	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Lajes do Pico	45	Gestão e distribuição de água (potável)	Administração Pública	672002426	CM Lajes do Pico	0,00	0,00	0,00					0,00
													9.095.902,27	9.095.902,27	7.731.516,94	0,00	0,00		7.731.516,94	
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000002	Ampliação e remodelação do Jardim Botânico do Faial	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Horta	51	Promção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	518.845,86	518.845,86	441.018,98					441.018,98
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000001	Recuperação do Jardim de Santana (zona SUJ) e Rede Exterior de Incêndios do Palácio de Santana	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ponta Delgada	51	Promção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	1.436.031,94	1.436.031,94	1.220.627,15					1.220.627,15
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000003	Requalificação ambiental das margens da Ribeira da Convoição	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Povoação	54	Outras medidas de preservação do ambiente e de prevenção de riscos	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	705.197,06	705.197,06	599.417,50					599.417,50
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000004	Requalificação do Farol dos Capelinhos - Centro de interpretação	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Horta	51	Promção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	3.323.198,20	3.323.198,20	2.824.718,47					2.824.718,47
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000005	Centros de interpretação da Ilha do Pico	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Madalena	51	Promção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	997.984,18	997.984,18	848.286,56					848.286,56
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000006	Audição Virtual de Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida do Monte da Guia	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Horta	51	Promção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo rede Natura 2000)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ambiente	363.223,98	363.223,98	308.740,38					308.740,38
	RAAFDR-04-0331-FEDER-000007	Protecção e reforço do muro da estrada marginal da Fajã de São João	Público	Aprovado	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Ciliteia	53	Prevenção de riscos (incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos)	Administração Pública	672002426	Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos	1.136.347,05	1.136.347,05	965.895,00					965.895,00

Unid.: eur

Unid.: euro

ANEXO V - REPARTIÇÃO CUMULATIVA DAS DOTAÇÕES DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR CATEGORIA

(relatórios de execução anual e final)

Unidade: euro

Combinação de códigos das dimensões 1 a 5					
Código* Dimensão 1 Tema Prioritário	Código* Dimensão 2 Forma de Financiamento	Código* Dimensão 3 Território	Código* Dimensão 4 Actividade Económica	Código* Dimensão 5 Localização	Montante Fundo Executado**
09 - Outras medidas destinadas a estimular a investigação, a inovação e o empreendedorismo nas PME	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	359.728,65
13- Serviços e aplicações para os cidadãos (<i>cibersaúde, ciberadministração, ciberaprendizagem, ciberinclusão, etc.</i>)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	17 - Administração Pública	PT 200	661.219,93
23- Estradas regionais/locais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	11- Transportes	PT 200	23.055.918,46
30- Portos	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	19.716.715,06
45- Gestão e distribuição de água (<i>potável</i>)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	09- Captação, Tratamento e Distribuição de Água	PT 200	259.134,59
46- Tratamento de água (<i>águas residuais</i>)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	132.691,70
51- Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (<i>incluindo rede NATURA 2000</i>)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	6.166.204,44
53- Prevenção de riscos (<i>incluindo a concepção e execução de planos e medidas destinados a prevenir e gerir os riscos naturais e tecnológicos</i>)	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	1.010.667,90
54- Outras medidas de preservação do ambiente e prevenção de riscos	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	599.417,50
55- Promoção dos recursos naturais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	21- Actividades Associadas ao Ambiente	PT 200	0,00
57- Outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços do turismo	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	2.373.403,66
58- Protecção e preservação do património cultural	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	492.114,82
59- Desenvolvimento das infra-estruturas culturais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	22- Outros serviços não especificados	PT 200	1.850.268,60
75- Infra-estruturas de ensino	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	18 - Educação	PT 200	4.352.989,03
79- Outras infra-estruturas sociais	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	1.344.722,88
82- Compensação de eventuais sobrecustos decorrentes do défice de acessibilidade e da fragmentação do território	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	00- Não se aplica	PT 200	7.036.573,00
83- Acções específicas destinadas a compensar sobrecustos ligados à dimensão do mercado	01- Ajuda não reembolsável	07 - Região Ultraperiférica	12 - Construção	PT 200	0,00
					69.411.770,22

* As categorias de cada dimensão devem ser codificadas utilizando a classificação-tipo.

** Montante afectado da contribuição comunitária a cada combinação de categorias.

**ANEXO VI – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR
DIMENSÃO TEMA PRIORITÁRIO**

Unidade: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
	Investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT), inovação e empreendedorismo	215.344.353					
1	Actividades de I&DT em centros de investigação	4.250.000					
2	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	4.250.000					
3	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	3.825.000					
4	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços...	3.825.000					
5	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	15.000.000					
6	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos eco...	1.000.000					
7	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	5.000.000					
8	Outros investimentos nas empresas	177.194.353					
9	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	1.000.000	5	2.039.361,20	203,94	359.728,65	17,64
	Sociedade da Informação	25.700.000					
11	Tecnologias da informação e comunicação	10.000.000					
12	Tecnologias da informação e comunicação (RTE-TIC)	5.000.000					
13	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...)	8.700.000	2	3.093.392,96	35,56	661.219,93	21,38
14	Serviços e aplicações para as PME (ciber-comércio, educação...	1.000.000					
15	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	1.000.000					
	Transportes	246.290.126					
20	Auto-estradas		1	17.251.720,38		4.911.279,24	28,47
23	Estradas regionais/locais	114.251.709	26	37.477.279,77	32,80	18.144.639,22	48,42
29	Aeroportos	20.000.000					
30	Portos	69.538.417	9	25.951.565,64	37,32	19.716.715,05	75,98
31	Transporte por via navegável (regional e local)	42.500.000					
	Energia	2.500.000					
43	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	2.500.000					
	Protecção do ambiente e prevenção de riscos	150.932.671					
44	Gestão dos resíduos privados e industriais	4.675.000					
45	Gestão e distribuição da água (potável)	30.000.000	2	858.668,30	2,86	259.134,59	30,18
46	Tratamento da água (águas residuais)	69.657.671	1	132.691,70	0,19	132.691,70	100,00
51	Promoção da biodiversidade e protecção da natureza (incluindo Natura...	5.000.000	7	8.677.729,05	173,55	6.166.204,44	71,06

Continuação

**ANEXO VI – PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR
DIMENSÃO TEMA PRIORITÁRIO**

Unidade: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
52	Promoção de transportes urbanos limpos	3.400.000					
53	Prevenção de riscos (...)	38.200.000	5	4.500.546,86	11,78	1.010.667,90	22,46
54	Outras medidas de prevenção do ambiente e prevenção de riscos	0	1	650.829,35		599.417,50	92,10
Turismo		50.000.000					
55	Promoção dos recursos naturais	5.000.000	1	181.553,31	3,63	0,00	0,00
56	Protecção e desenvolvimento do património natural	5.000.000					
57	Outras ajudas para melhorar os serviços de turismo	40.000.000	5	4.959.679,81	12,40	2.373.403,66	47,85
Actividades culturais		30.000.000					
58	Protecção e conservação e valorização do património cultural	15.000.000	1	495.131,46	3,30	492.114,82	99,39
59	Desenvolvimento de infra-estruturas culturais	15.000.000	5	4.354.081,70	29,03	1.850.268,60	42,50
Melhorar o acesso ao emprego e a sustentabilidade		5.000.000					
68	Apoio ao emprego independente e criação de empresas	5.000.000					
Melhorar a inclusão social dos mais desfavorecidos		5.000.000					
71	Vias de integração e reentrada no emprego para as pessoas em...	5.000.000					
Investimento em infra-estruturas sociais		198.781.483					
75	Infra-estruturas educativas	150.531.483	13	27.572.156,05	18,32	4.352.989,03	15,79
76	Infra-estruturas de saúde	15.000.000					
79	Outras infra-estruturas sociais	33.250.000	1	3.006.247,10	9,04	1.344.722,88	44,73
Redução dos sobrecustos que entravam o desenvolvimento das regiões ultraperiféricas		32.800.416					
82	Compensação de quaisquer custos adicionais devidos ao défice de...	16.400.208	1	18.872.818,00	115,08	7.036.573,00	37,28
83	Acção específica para compensar os custos adicionais devidos...	16.400.208	1	365.467,74	2,23	0,00	0,00
Assistência técnica		4.000.000					
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	2.000.000					
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	2.000.000					
Total Temas Prioritários		966.349.049	87	160.440.920,35	16,60	69.411.770,20	43,26
Total EARMARKING		639.546.924	37	81.400.103,09	12,73	31.404.426,09	38,58

Categorias de earmarking

Anexo VII - APROVAÇÕES POR NUT III

unid: euro

Eixo Prioritário / Área de Intervenção	Aprovações				Execução			
	Nº Projs	CT	DP	Fundo	CT	DP	Fundo	Tx EX/AP (Fundo)
Total Programa Operacional	87	204.597.318,06	204.597.318,06	160.440.920,35	87.455.730,90	87.455.730,90	69.411.770,20	43,26
FEDER	87	204.597.318,06	204.597.318,06	160.440.920,35	87.455.730,90	87.455.730,90	69.411.770,20	43,26
Fundo de Coesão								
NORTE								
Minho-Lima								
Cávado								
Ave								
Grande Porto								
Tâmega								
Entre Douro e Vouga								
Douro								
Alto Trás-os-Montes								
CENTRO								
Baixo Vouga								
Baixo Mondego								
Pinhal Litoral								
Pinhal Interior Norte								
Dão-Lafões								
Pinhal Interior Sul								
Serra da Estrela								
Beira Interior Norte								
Beira Interior Sul								
Cova da Beira								
ALENTEJO								
Alentejo Litoral								
Alto Alentejo								
Alentejo Central								
Baixo Alentejo								
ALGARVE								
RAA	87	204.597.318,06	204.597.318,06	160.440.920,35	87.455.730,90	87.455.730,90	69.411.770,20	43,26
RAM								
Multi-região Convergência								
Não regionalizável								

ANEXO VIII - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR DIMENSÃO FORMAS DE FINANCIAMENTO

Unidade: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	936.349.049,00	87	160.440.920,35	17,13	69.411.770,20	43,26
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	30.000.000,00					
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)						
4	Outras modalidades de financiamento						
	TOTAL	966.349.049,00	87	160.440.920,35	17,13	69.411.770,20	43,26

ANEXO IX - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR DIMENSÃO TIPO DE TERRITÓRIO

Unidade: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Programação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx	Montante	Tx
01	Aglomeração urbana						
02	Zona de montanha						
03	Ilhas						
04	Regiões de fraca e muito fraca densidade populacional						
05	Zonas rurais (que não montanhas, ilhas, ou zonas de fraca e muito fraca densidade populacional)						
06	Antigas fronteiras externas da UE (após 30.4.2004)						
07	Região ultraperiférica	966.349.049,00	87,00	160.440.920,35	16,60	69.411.770,20	43,26
08	Zona de cooperação transfronteiriça						
09	Zona de cooperação transnacional						
10	Zona de cooperação inter-regional						
00	Não se aplica						
	TOTAL	966.349.049,00	87,00	160.440.920,35	16,60	69.411.770,20	43,26

ANEXO X - REPARTIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR DIMENSÃO ACTIVIDADE ECONÓMICA

unid: euro

Código	Designação	Componente Fundo					
		Progra- mação	Aprovação			Execução	
			Nº Proj.	Montante	Tx AP/PR	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura						
02	Pesca						
03	Indústrias alimentares e das bebidas						
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis						
05	Construção de material de transporte		1	433.171,77		404.395,49	93,36
06	Indústrias transformadoras diversas						
07	Extracção de produtos energéticos						
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente						
09	Captação, tratamento e distribuição de água		1	350.676,22		259.134,59	73,90
10	Correios e telecomunicações						
11	Transportes		5	25.046.443,64		11.437.185,57	45,66
12	Construção		53	98.282.404,95		51.643.020,44	52,55
13	Comércio por grosso e a retalho						
14	Hotéis e restaurantes						
15	Actividades financeiras						
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas		10	4.806.947,17		989.949,90	20,59
17	Administração pública		12	18.690.096,54		1.145.950,07	6,13
18	Educação		1	5.807.831,09			
19	Actividades de saúde humana						
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais		4	7.023.348,97		3.532.134,14	50,29
21	Actividades associadas ao ambiente						
22	Outros serviços não especificados						
00	Não aplicável						
	TOTAL		87	160.440.920,35		69.411.770,20	43,26

**ANEXO XI - RESUMO IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA - Anexo XVIII do
Regulamento (CE) N.º 1828/2006**

unid: euro

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários incluídas no pedido de pagamento enviado à Autoridade de Gestão *	Contribuição pública correspondente	Despesas Privadas	Despesas pagas pelo organismo responsável pelo pagamento aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão
Eixo Prioritário I	3.993.355,57	3.993.355,57		3.394.352,25	
FEDER / Fundo de Coesão	3.993.355,57	3.993.355,57		3.394.352,25	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
Eixo Prioritário II	9.458.935,67	9.458.935,67		7.823.538,89	
FEDER / Fundo de Coesão	9.458.935,67	9.458.935,67		7.823.538,89	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
Eixo Prioritário III	50.320.745,29	50.320.745,29		41.946.585,04	
FEDER / Fundo de Coesão	50.320.745,29	50.320.745,29		41.946.585,04	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
Eixo Prioritário IV	9.609.548,37	9.609.548,37		8.161.481,54	
FEDER / Fundo de Coesão	9.609.548,37	9.609.548,37		8.161.481,54	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
Eixo Prioritário V	14.073.146,00	14.073.146,00		7.036.573,00	
FEDER / Fundo de Coesão	14.073.146,00	14.073.146,00		7.036.573,00	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
Eixo Prioritário VI	0,00	0,00		0,00	
FEDER / Fundo de Coesão	0,00	0,00		0,00	
Despesas correspondentes à intervenção do FSE					
Total PO	87.455.730,90	87.455.730,90		68.362.530,72	68.372.123,63
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral					
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral					

* Corresponde a Custo Total Elegível Executado

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores												
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial												
	Projectos de expansão/ modernização apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				300					800	800
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos com carácter inovador e factores dinâmicos de competitividade	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				120					400	400
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Navios de transporte de passageiros adquiridos	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				2					2	2
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	N.º de empresas do transporte colectivo de passageiros apoiadas	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				4					8	8
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas												
	Laboratórios de apoio à actividade produtiva	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				1					2	2
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Infra-estruturas de apoio à actividade económica	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)			1							1
		Metas				2					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Campanhas e eventos promocionais	Realização Efectiva (execução)		20								20
		Realização Prevista (aprovações) (1)		40								40
		Metas				15					35	35
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	Realização Efectiva (execução)		4								4
		Realização Prevista (aprovações) (1)		18								18
		Metas				30					70	70
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região												
	Projectos para reequipamento científico	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				15					30	30
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos de investigação científica apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				45					100	100
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acções de divulgação científica e tecnológica apoiadas	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				20					50	50
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				20					50	50
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial												
	Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				2					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos empresariais de I&D apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				10					25	25
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs												
	Espaços TIC apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				27					60	60
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Redes e projectos integrados de TIC	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				15					30	30
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Equipamentos de TIC adquiridos	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				2200					5000	5000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Acções de divulgação/seminários/ estudos em TIC	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa												
	Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)		2								2
		Metas				5					10	10
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana												
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares												
	Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	Realização Efectiva (execução)		1								1
		Realização Prevista (aprovações) (1)		4								4
		Metas				4					10	10
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional remodelados	Realização Efectiva (execução)		0								0
		Realização Prevista (aprovações) (1)		6								6
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.2 - Valorizar o património cultural												
	Equipamentos culturais construídos/ /intervencionados (1)	Realização Efectiva (execução)		2								2
		Realização Prevista (aprovações) (1)		4								4
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local												
	Equipamentos de animação local construídos/remodelados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde												
	Unidades de Saúde construídas/ /remodeladas	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				3					6	6
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social												
	Projectos de intervenção social apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)		1								1
		Metas				7						15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
EP III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades												
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas												
	Novas estradas construídas	Realização Efectiva (execução)		1								1
		Realização Prevista (aprovações) (1)		2								2
		Metas				10					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Efectiva (execução)		68								68
		Realização Prevista (aprovações) (1)		174								174
		Metas				170					400	400
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Portos comerciais intervencionados	Realização Efectiva (execução)		2								2
		Realização Prevista (aprovações) (1)		2								2
		Metas				3					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Portos de pesca intervencionados	Realização Efectiva (execução)		4								4
		Realização Prevista (aprovações) (1)		5								5
		Metas				2					4	4
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas												
	Equipamentos portuários adquiridos	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				7					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Equipamento de sinalização e informação rodoviária adquirido	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				1400					3000	3000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos/diagnósticos/campanhas/planos (1)	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental												
OE 4. 1 - Ordenar o território												
	Planos de ordenamento apoiados	Realização Efectiva (execução)		1								1
		Realização Prevista (aprovações) (1)		1								1
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Planos de Ordenamento da Orla Costeira apoiados	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				1					2	2
	Valor de Referência / Situação de Partida											
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais												
	Rede de distribuição de água construída/ beneficiada	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)		7								7
		Metas				45					100	100
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				60					130	130
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estações de tratamento de águas residuais	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				2					5	50
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Captação e tratamento de água	Realização Efectiva (execução)		2								2
		Realização Prevista (aprovações) (1)		3								3
		Metas				7					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Infra-estruturas para gestão de resíduos sólidos	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				2					4	4
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental												
	Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	Realização Efectiva (execução)		7								7
		Realização Prevista (aprovações) (1)		10								10
		Metas				12					25	25
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	Realização Efectiva (execução)		1								1
		Realização Prevista (aprovações) (1)		4								4
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Campanhas de sensibilização e promoção ambiental	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				10					16	16
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				5					12	12
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos												
	Infra-estruturas de apoio à protecção civil	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				1					3	3
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)		10								10
		Metas				9					20	20
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo XII - Resumo Implementação Física - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade												
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago												
	Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	Realização Efectiva (execução)		15								15
		Realização Prevista (aprovações) (1)		15								15
		Metas				15					15	15
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Doentes deslocados beneficiados/ano	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				23000					23000	23000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Resíduos transportados/ano	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				10000					10000	10000
		Valor de Referência / Situação de Partida										
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago												
	Infra-estruturas aéreas intervencionadas/apetrechadas	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)		1								1
		Metas				3					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										
EP VI - Assistência Técnica												
	Número de processos de entidades públicas analisados	Realização Efectiva (execução)		100								100
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				300					600	600
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Número de acções de acompanhamento realizadas	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				150					600	600
		Valor de Referência / Situação de Partida										
	Estudos e avaliações	Realização Efectiva (execução)										
		Realização Prevista (aprovações) (1)										
		Metas				2					5	5
		Valor de Referência / Situação de Partida										

Anexo XII - Resumo do Resultado - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores												
OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial												
	Postos de trabalho criados nos projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos	Resultado										
		Metas			1 500					4000	4000	
		Situação de Partida	300/ano (1) (2000-2005)									
	Empresas/serviços com certificação	Resultado										
		Metas			130					200	200	
		Situação de Partida	60 (2006)									
	Oferta de lugares no transporte marítimos inter-ilhas: - Passageiros	Resultado										
		Metas			1150					1150	1150	
		Situação de Partida										
	Oferta de lugares no transporte marítimos inter-ilhas: - Viaturas	Resultado										
		Metas			178					178	178	
		Situação de Partida	(2)									
	População beneficiada pela melhoria introduzida no transporte colectivo de passageiros	Resultado										
		Metas			40					100	100	
		Situação de Partida	242 000 (3) (2006)									
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas												
	Volume de negócios das empresas regionais no total do país	Resultado										
		Metas			1,4					1,5	1,5	
		Situação de Partida	1,3 (2004)									
	Receitas na hotelaria	Resultado										
		Metas			7k5					105	105	
		Situação de Partida	53 (2005)									
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região												
	Unidades do sistema científico e tecnológico apoiadas	Resultado										
		Metas			40					100	100	
		Situação de Partida	17 (4)									
	Despesas de I&D no PIB (Portugal=100)	Resultado										
		Metas			75					90-100	90-100	
		Situação de Partida	64 (2003)									
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial												
	Empresas apoiadas em projectos de cooperação com o sistema científico e de investigação	Resultado										
		Metas			0 (2006)					20	20	
		Situação de Partida										
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs												
	Agregados domésticos com ligação à Internet	Resultado										
		Metas			52					70	70	
		Situação de Partida	37 (2006)									
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa												
	Organismos da Administração Pública que disponibilizam formulários para download	Resultado										
		Metas			65					80	80	
		Situação de Partida	50 (2005)									
EP II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana												
OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares												
	População escolar beneficiada	Resultado										
		Metas			10					20	20	
		Situação de Partida	40 566 (1) (2003)									
OE 2.2 - Valorizar o património cultural												
	Aumento dos utilizadores/visitantes dos espaço culturais	Resultado										
		Metas			5					10	10	
		Situação de Partida	53 5000/ano (1) (2003)									
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local												
	Beneficiários dos equipamentos de animação local	Resultado										
		Metas			40					100	100	
		Situação de Partida	85 000 (2)									
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde												
	Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos	Resultado										
		Metas			19					38	38	
		Situação de Partida	242 000 (1)									
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social												
	População beneficiada por projectos de intervenção social	Resultado										
		Metas			400					1000	1000	
		Situação de Partida										

Anexo XII - Resumo do Resultado - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidades												
OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas												
	Aumento de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal	Resultado										
		Metas				77					87	87
		Situação de Partida		70 (1) (2006)								
	Portos comerciais beneficiados/modernizados	Resultado										
		Metas				25					42	42
		Situação de Partida		12 (2) (2006)								
	Embarcações de pesca que beneficiam de melhores condições de operacionalidade	Resultado										
		Metas				5					13	13
		Situação de Partida		1 582 (2) (2004)								
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas												
	Redução do n.º de acidentes rodoviários	Resultado										
		Metas				3600					3200	3200
		Situação de Partida		3 900 (2004)								
	Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores	Resultado										
		Metas				13 a 14					15 a 16	15 a 16
		Situação de Partida		11 a 12 (2006)								
EP IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental												
OE 4.1 - Ordenar o território												
	Orla costeira com planos de ordenamento	Resultado										
		Metas				90					100	100
		Situação de Partida		80 (1) (2005)								
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais												
	Perdas nos sistemas de abastecimento de água	Resultado										
		Metas				15					10	10
		Situação de Partida		20 (2001)								
	Aglomerados urbanos com população superior a 2000 e.p. que não cumprem com a Directiva Comunitária 91/271/CE, do Conselho de 21.15.1991	Resultado										
		Metas				4					0	0
		Situação de Partida		8 (2006)								
	População coberta pela recolha selectiva doméstica de resíduos sólidos	Resultado										
		Metas				93					100	100
		Situação de Partida		88 (2005)								
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental												
	Ilhas cobertas por Planos de Gestão Integrados	Resultado										
		Metas				4					9	9
		Situação de Partida		0 (2006)								
	Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos	Resultado										
		Metas				4					9	9
		Situação de Partida		1 (2006)								
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos												
	População beneficiada pela requalificação das infra-estruturas dos sistema regional de protecção civil	Resultado										
		Metas		242 000 (2) (2001)		20					30	30
		Situação de Partida										

Anexo XII - Resumo do Resultado - Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Eixo (alínea c do n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006)												
EP V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade												
OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago												
	Poupança obtida ao nível dos encargos públicos no transporte aéreo inter-ilhas	Resultado										
		Metas			14				32	32		
		Situação de Partida		3,5/ano (1) (2007)								
	Poupança dos encargos públicos com a deslocação de doentes	Resultado										
		Metas			6				13	13		
		Situação de Partida		1,5/ano (1) (2007)								
	Poupança dos encargos públicos com o transporte de resíduos	Resultado										
		Metas			1				2,25	2,25		
		Situação de Partida		0,25/ano (1) (2007)								
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago												
	Movimentos de passageiros inter-ilhas beneficiados (embarcados+desembarcados)	Resultado										
		Metas			476				608	608		
		Situação de Partida		355 (2) (2004)								
	Movimento de carga beneficiada (carregada+descarregada)	Resultado										
		Metas			1500				1700	1700		
		Situação de Partida		1 379 (2) (2004)								
EP VI - Assistência Técnica												
	Taxa de aprovação do Programa	Resultado										
		Metas			70				100	100		
		Situação de Partida										
	Taxa de execução do Programa	Resultado										
		Metas			50				100	100		
		Situação de Partida										
	Promotores públicos visitados pela estrutura gestão pelo menos uma vez	Resultado										
		Metas			70				100	100		
		Situação de Partida										

EIXO 1

- (1) Valores relativos à execução de medidas equivalentes no PO PRODESA (QCA III)
- (2) Associado a tipologia de projectos sem antecedentes no anterior QCA
- (3) Universo Regional - 242 000 habitantes
- (4) Universo Regional - 17 unidades

EIXO 2

- (1) Universo Regional para cada tipologia
- (2) População Regional até aos 24 anos
- (3) Associado a tipologia de projectos sem antecedentes no anterior QCA

EIXO 3

- (1) Universo Regional 2 450Km
- (2) Universo Regional para cada tipologia

EIXO 4

- (1) Universo Regional - 10 planos
- (2) Universo Regional

EIXO 5

- (1) Valor anual de referência para o cálculo do valor acumulado 2010 e 2015
- (2) valores referentes aos aeródromos da responsabilidade do Governo Regional dos Açores (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Corvo)

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)											
Áreas Temáticas	Indicadores										
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	2. dos quais: homens	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	3. dos quais: mulheres	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. Nº de projectos de I&DT	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	5. Nº de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	6. Empregos na investigação criados	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	8. dos quais: nº de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Sociedade de Informação	11. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Transportes	13. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)		37							37
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	14. Nº de Km de novas estradas	Realização Efectiva (execução)		1							1
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)											
Áreas Temáticas	Indicadores										
Transportes	15. das quais: RTE	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	16. Nº de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	Realização Efectiva (execução)		68							68
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	17. Nº de Km de novas ferrovias	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	18. das quais: RTE	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	19. Nº de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Energias Renováveis	23. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	Realização Efectiva (execução)		33 500							33 500
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	27. Nº de projectos de Resíduos Sólidos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	28. Nº de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	29. Área reabilitada (em km2) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									

Eixo Prioritário / Áreas Temáticas	Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Indicadores Comuns Comunitários (core indicators)											
Áreas Temáticas	Indicadores										
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Prevenção de Riscos	31. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)		1							1
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	Realização Efectiva (execução)		149 929							149 929
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Turismo	34. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	35. Nº de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Educação	36. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)		9							9
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
	37. Nº de alunos que beneficiam das intervenções	Realização Efectiva (execução)		3 500							3 500
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Saúde	38. Nº de projectos	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Reabilitação Urbana	39. Nº de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	Realização Efectiva (execução)									
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Competitividade das Cidades	40. Nº de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	Realização Efectiva (execução)		11							11
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									
Inclusão Social	41. Nº de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	Realização Efectiva (execução)		1							1
		Metas (2)									
		Valor de Referência / Situação de Partida (2)									

NOTAS:

(1) Realização Prevista (aprovações) : muito embora esta informação não se encontre contemplada no modelo de quadro relativo à execução física do Anexo XVIII do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, o IFDR considera que, atendendo ao ano de reporte do Rel

unid: euro

[illegible]

* investimento produtivo ou infraestruturas